

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
FACULDADE DE ECONOMIA  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GABRIEL OLIVEIRA DE CARVALHO SENRA

**A CONSTRUÇÃO DA DEPENDÊNCIA:  
CONVERGÊNCIAS ENTRE OS DEBATES DA TRANSIÇÃO E DO IMPERIALISMO**

Niterói - RJ  
2020

GABRIEL OLIVEIRA DE CARVALHO SENRA

**A CONSTRUÇÃO DA DEPENDÊNCIA:  
CONVERGÊNCIAS ENTRE OS DEBATES DA TRANSIÇÃO E DO IMPERIALISMO**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao curso de Bacharelado em  
Ciências Econômicas, como requisito  
parcial para conclusão do curso.

Orientador:  
Prof. Dr. Hugo Figueira de Souza Corrêa

Niterói - RJ  
2020

S474c Senra, Gabriel Oliveira de Carvalho  
A construção da dependência : Convergências entre os debates da transição e do imperialismo / Gabriel Oliveira de Carvalho Senra ; Hugo Figueira de Souza Corrêa, orientador. Niterói, 2020.  
113 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, Niterói, 2020.

1. Imperialismo. 2. Dependência. 3. Marxismo. 4. Produção intelectual. I. Corrêa, Hugo Figueira de Souza, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Economia. III. Título.

CDD -

GABRIEL OLIVEIRA DE CARVALHO SENRA

**A CONSTRUÇÃO DA DEPENDÊNCIA:  
CONVERGÊNCIAS ENTRE OS DEBATES DA TRANSIÇÃO E DO IMPERIALISMO**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao curso de Bacharelado em  
Ciências Econômicas, como requisito  
parcial para conclusão do curso.

Aprovada em 28 de janeiro de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Hugo Figueira de Souza Corrêa (Orientador)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. André Guimarães Augusto  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Leonardo de Magalhães Leite  
Universidade Federal Fluminense

Niterói - RJ  
2020

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal Fluminense (UFF) pela oportunidade de cursar minha graduação em uma instituição de qualidade, que abriu espaço para minha formação enquanto indivíduo crítico e com responsabilidade social. Sou grato pelo apoio financeiro e institucional que obtive tanto no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) quanto no Programa de Mobilidade Internacional. Grande parte da pesquisa que deu origem ao presente trabalho foi feita nos anos que fui bolsista PIBIC e no semestre em que estudei na Universidad Autónoma Metropolitana (UAM), da Cidade do México. O alcance das experiências e do aprendizado que a UFF me proporcionou, no entanto, vai muito além destas páginas.

Agradeço ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e à sua frente de massas para a juventude, a União da Juventude Comunista (UJC), da qual faço parte tem alguns anos. A militância cotidiana se constituiu na minha formação política e teórica por excelência, e de alguma maneira todo meu esforço acadêmico se direciona a contribuir para nossa atuação na realidade concreta. Aos meus camaradas devo tudo o que tenho, e a construção da Revolução Brasileira por meio de um Partido histórico e revolucionário é sem dúvida a decisão mais importante da minha vida.

Agradeço aos meus já antigos amigos do Colégio Pedro II, João, Rafael, Bruno, Matteus, Rodrigo, Cozza, Alex e Tainara, os quais mantenho com muito carinho e admiração, apesar do tempo e das distâncias. A UFF me mostrou ser também uma generosa fonte de amigos: Julieta, Luan, Rodolfo, Bruna, Patinho, Gustavo, Ana, Mariana, Yayas, Faifa, Sara, Camila, Vitor, Tairane, Johny, Mônica, João, Antônio, Juju, Igor, Edinho, meus companheiros do DAHJ, e tantos outros por quem tenho amor e que contribuíram para minha trajetória. Devo lembrar também de todos os companheiros da UFSC, em especial Lucas e Pedro, além dos da Unicamp, USP, Unimontes, PUC-SP, UAM e UNAM, e os que militaram comigo na FENECO. Agradeço a Alan e Ismael por terem me resgatado enquanto vagava perdido pelo México, e a Washington e Matheus pelo cotidiano feliz.

Agradeço ao professor Hugo Corrêa, cuja orientação exemplar tornou possível minha iniciação no mundo da pesquisa teórica séria. O professor tem responsabilidade por muito do que aprendi nos últimos anos, e seus conselhos serviram não só para a produção deste trabalho de conclusão de curso, como para várias de minhas escolhas e caminhos que decidi

trilhar. Sou francamente grato pelo seu apoio. Neste sentido, agradeço também a todos os meus professores, sejam da UFF, sejam os que conheci nos encontros e viagens que fiz. Particularmente importantes foram os professores João, Bianca, Marcelo, Victor, Eduardo, Leonardo e o professor Jaime, que me deram de presente várias aulas e conversas, me abriram diversas oportunidades e perspectivas. A professora Lérica conseguiu colocar sua presença sobre toda a minha graduação, e fico triste por não poder mais agradecê-la pessoalmente.

Agradeço meu pai Alvaro e minha mãe Maria por absolutamente tudo, mas em especial pelo exemplo como estudiosos e militantes. O amor de vocês é o pressuposto de todas as minhas conquistas. Nayara Kellen, obrigado por me dado a oportunidade de participar de sua vida. Flávio, Eleonora, Maria, Isabel, Érika e Dione são parte da minha família ampliada, e, assim, tem “culpa” direta na minha sorte e felicidade. Por fim, agradeço à Paula, por ser minha companheira de todos os dias dos últimos dois anos. Sem você nada disso seria possível, e, pior ainda, não faria sentido.

Dedico esse trabalho de conclusão de curso aos meus avós, operários e donas de casa, que infelizmente não puderam ver mais um fruto de suas vidas de trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a delimitação das características mais gerais do processo de transição ao capitalismo efetivado pela atuação imperialista do capital. A partir do embate crítico entre as posições dos debates da transição do feudalismo ao capitalismo e dos debates do imperialismo, com forte referência na obra de Karl Marx, estabelecemos uma série de marcos históricos e nexos categoriais importantes para compreender a emergência da condição de dependência como necessidade do mercado mundial capitalista. Buscamos vincular a esse processo à centralidade da violência extra-econômica, à mudança forçada das relações de propriedade, à complexidade das novas relações de classe e à expropriação dos produtores diretos. Ao longo da pesquisa, estabelecemos a revolução industrial como marco histórico necessário do que denominamos de “transição dependente” e buscamos identificar o nexo entre a subsunção real do trabalho ao capital e a universalização da concorrência de capitais, de maneira a entender melhor os condicionantes da dependência.

**Palavras-chave:** Transição ao Capitalismo. Teorias do Imperialismo. Teorias da Dependência. Marxismo.

## ABSTRACT

This study aims to delimit the most general characteristics of the process of transition to capitalism effected by the imperialist action of capital. From the critical comparison between the positions in the debates of the transition from feudalism to capitalism and the debates of imperialism, with strong reference in Karl Marx's work, we establish a series of historical milestones and categorical links important to understand the emergence of the dependent condition as a necessity of the capitalist world market. We seek to link to this process the centrality of extra-economic violence, the forced change of property relations, the complexity of new class relations and the expropriation of direct producers. Throughout the research, we established the industrial revolution as the historical hallmark of what we call the “dependent transition”, and we sought to identify the nexus between the real subsumption of labor to capital and the universalization of capital competition, in order to better understand the conditions of dependence.

**Keywords:** Transition to Capitalism. Imperialism Theories. Dependence Theories. Marxism.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>1. O DEBATE DA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO</b> .....	<b>12</b>
1.1 CONTRADIÇÕES DO DEBATE CLÁSSICO .....	13
1.2 ROBERT BRENNER E AS TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA DE CLASSES .....	22
1.3 EXPANSÃO COMERCIAL E MANUFATURA .....	27
1.4 O DEBATE DA TRANSIÇÃO E A TRANSIÇÃO DEPENDENTE.....	32
<b>2. O DEBATE CLÁSSICO DO IMPERIALISMO</b> .....	<b>35</b>
2.1 A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL DE ROSA LUXEMBURGO .....	36
2.1.1 <i>Os esquemas de reprodução e a realização externa do mais-valor</i> .....	36
2.1.2 <i>Valor, valor de uso e a transição dependente</i> .....	45
2.2 A “LINHA PRINCIPAL” DO DEBATE CLÁSSICO DO IMPERIALISMO .....	50
2.2.1 <i>Lênin e a monopolização como essência do imperialismo</i> .....	50
2.2.2 <i>Economia mundial e desenvolvimento desigual</i> .....	55
2.3 O DEBATE CLÁSSICO DO IMPERIALISMO E A TRANSIÇÃO DEPENDENTE.....	62
<b>3. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA</b> .....	<b>64</b>
3.1 AVANÇOS DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA .....	65
3.2 COLONIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA .....	81
3.3 A TRANSIÇÃO DEPENDENTE LATINO-AMERICANA .....	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>100</b>
<b>APÊNDICE – MARX, GRANDE INDÚSTRIA E MERCADO MUNDIAL</b> .....	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

O tema do processo histórico de transição ao capitalismo por parte dos países e regiões hoje tidos como “dependentes” ou “subdesenvolvidos” já foi largamente discutido no interior da tradição historiográfica marxista. No caso específico do Brasil, por exemplo, é em si um objeto de estudo importante as distintas interpretações acerca da sua trajetória ao capitalismo, onde ganham relevo os debates quanto às suas particularidades, à essência capitalista (ou não) do período colonial, ao caráter e interesses de suas classes sociais, entre outros<sup>1</sup>. Esses estudos tomaram parte importante das diferentes épocas em que foram produzidos, sendo influenciados e influenciando posições políticas importantes, e contribuindo para afirmar o caráter conservador ou transformador dos diferentes grupos sociais em sua prática política.

Atualmente, é sensível o retorno ao centro dos debates de uma série de temas marxianos e suas categorias fundamentais, tais como as de *alienação*, *totalidade*, além dos esforços em tentativa de recuperação plena do sentido de sua crítica e de seu método científico. Isso se dá em um contexto de crise e contestação profunda do capitalismo e sua face neoliberal, que após uns poucos anos declarando sua invencibilidade, dada a derrocada do socialismo real, deixa cada vez mais explícita a contradição entre sua manutenção e qualquer perspectiva de melhora das condições de vida da humanidade, do fim dos diversos tipos de opressões sociais e da exploração do homem. Na América Latina, o rigor e a força da crítica revolucionária aparecem como resposta ao fracasso dos governos “progressistas” que consistiram na prova prática dos limites inerentes a qualquer tentativa de conjugar o atual projeto de desenvolvimento do capital com políticas sociais de compensação, sem qualquer pretensão reformista e completamente emancipado da perspectiva realmente transformadora.

É desta maneira que aparece a necessidade de formular, a partir de um referencial direto nas elaborações mais rigorosas desse resgate do método e categorias marxianas, uma análise da trajetória ao capitalismo por parte das regiões que não compõem o grupo dos países “centrais”. O objetivo deste trabalho é buscar apreender algumas das determinações mais gerais inerentes ao processo de transição “dependente”, abstraindo da análise os percursos históricos concretos tomados pelas diferentes regiões. De fato, entendemos que é somente a

---

<sup>1</sup> Algumas destas interpretações clássicas são as de Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Fernando Novais, Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso. Infelizmente, não poderemos fazer a discussão de suas contribui es em detalhe, dado o nível de abstra o alto que nos propusemos a trabalhar e o caráter limitado da presente pesquisa.

partir deste referencial que se pode distinguir entre quais características são mais gerais e quais são particulares às distintas trajetórias, permitindo assim uma percepção totalizante dos mecanismos sociais em funcionamento. Inclusive, é por meio desse trabalho que pensamos ser possível encontrar alguns dos fatores estruturantes da condição dependente, determinantes para o seu posterior desenvolvimento específico, em conjunto com a totalidade do mercado mundial. Por fim, é somente a partir da compreensão desses pressupostos básicos que ganha pleno sentido a construção da condição dependente, que se expressa em múltiplas histórias, em tendências e trajetórias muitas vezes contraditórias entre si, que alcançaram de maneira geral este caráter subordinado no interior do modo de produção capitalista.

A primeira tarefa nos parece ser a de revisar criticamente as principais interpretações referentes à emergência do modo de produção capitalista na Europa ocidental, mais especialmente na Inglaterra. Foi assim que passamos a estudar o debate clássico da transição, que abarcou grandes nomes do pensamento marxista do século XX. Teóricos como Paul Sweezy, Maurice Dobb, Eric Hobsbawn e Ellen Wood, entre tantos outros, se debruçaram sobre o tema dos mecanismos profundos que efetivaram a passagem do modo de produção feudal para o capitalista. A grosso modo, os termos do debate repousaram em onde se deveria localizar o “motor” fundamental da transição: se na forte expansão dos circuitos mercantis à margem das unidades produtivas próprias à Idade Média, onde o avanço da atuação do capital comercial e bancário desagregaram a totalidade da base econômica e impuseram a sua lógica interna de produção; ou se no próprio interior do modo de produção feudal, sendo enfatizado o desenrolar histórico de suas contradições internas e da luta de classes.

Mesmo não sendo o foco de tais contribuições as trajetórias de transição ao capitalismo percorridas pelos povos cuja passagem foi efetivada pelo movimento expansivo do capital, elas cumprem o papel fundamental de indicar o conjunto de pressupostos históricos deste modo de produção, as contradições que lhe dão fundamento, além de colocar os marcos históricos gerais de sua emergência. A perspectiva, portanto, é a de que o desenvolvimento clássico do capitalismo na Europa é o motor de seu próprio espraiamento sobre mundo, e nesta sua afirmação se universalizam também seus pressupostos mais gerais, ainda que de maneira desigual e de acordo com os mecanismos mais gerais do Mercado Mundial.

É desta maneira que se torna necessário passar ao estudo da tendência expansiva do capitalismo, das suas leis internas que exigem sua efetivação enquanto modo de produção global, estabelecido com base na ruína e destruição das outras formas de sociedade. Tal necessidade expansionista do capital é evidente em toda a elaboração teórica marxiana, mas o

tratamento mais concreto e sistemático acerca do movimento do capital no mundo e de sua atuação devastadora foi feita no contexto histórico de emergência das grandes potências industriais europeias, de acirramento de suas disputas econômicas e conquistas territoriais. O estudo do debate clássico do imperialismo aparece desta maneira como momento fundamental para a compreensão de como, a partir desta tendência à dominação universal, o capitalismo põe por toda parte seus próprios pressupostos, e os meios violentos de que se utiliza.

Em seu interior, o conjunto de interpretações que ganhou maior influência entre os teóricos e organizações marxistas foi o que colocou centralidade na tendência à monopolização da esfera econômica. Para Lênin e Bukhárin, este é o fenômeno que modifica algumas determinações essenciais do capitalismo e leva este último à uma nova fase de desenvolvimento histórico, caracterizada tanto pela socialização crescente da produção quanto pela emergência do capital financeiro e das grandes expansões territoriais, pela intensificação dos conflitos interburgueses. Consiste assim no período onde se chega ao desdobramento último das contradições internas à sociedade capitalista, princípio de sua dissolução e prenúncio de um novo modo de produção.

A interpretação de Rosa Luxemburgo, por sua vez, destoa no interior do debate e parte de uma posição corajosa: a crítica direta à construção teórica marxiana, mais especialmente aos esquemas de reprodução apresentados na seção III do Livro II de *O capital*. Ao identificar uma contradição entre o tratamento teórico destes e o conjunto da obra de Marx, a pensadora propõe um reenquadramento do problema identificando a impossibilidade de reprodução normal do capital sem o contato constante com formações sociais não capitalistas, devido à necessidade de realização externa do mais-valor socialmente produzido. O impulso expansionista é intrínseco ao modo de produção e, conseqüentemente, se deriva uma centralidade de análise da interação entre este e os modos de produção que lhe são estranhos – algo que não encontramos em nenhuma outra contribuição da época. É desta maneira que no trabalho de Rosa Luxemburgo se apresenta de modo muito mais sistemático os meios os quais o capital utiliza para efetivar a dissolução das formas de sociabilidade não capitalista e colocar as condições necessárias à sua reprodução ampliada, levando a cabo um processo de transição que é ao mesmo tempo a estruturação de relações de domínio e subordinação no mercado mundial.

Como indicaremos, as posições dos autores envolvidos estavam marcadas por problemas teóricos e metodológicos importantes, que impediram, em alguma medida, a apreensão de certos aspectos essenciais do processo de afirmação do modo de produção capitalista pelo resto do mundo. Fundamental, no entanto, é a avaliação crítica destas

interpretações, na tentativa de sintetizar quais elementos são contribuições importantes e necessárias a qualquer avanço teórico. Além disso, foi o debate clássico do imperialismo que enfatizou características essenciais do capitalismo mundial, tal como a existência de relações de subordinação e domínio entre as diferentes nações, e a necessidade de se apreender suas trajetórias de desenvolvimento particulares de acordo com as tendências operantes na totalidade do sistema, em condicionamento recíproco e contraditório entre suas partes.

Assim, os debates sobre o imperialismo abriram terreno para as interpretações formuladas a partir do ponto de vista dos países dependentes. A teoria marxista da dependência se constituiu na perspectiva de ser o desenvolvimento das teorias sobre o imperialismo para a análise das leis e tendências específicas das regiões dependentes que o têm como condicionamento mais geral. Elaborada no calor da luta política contra as perspectivas reformistas na América Latina, representadas pelos projetos desenvolvimentistas e pelos partidos comunistas “oficiais”, essa teoria buscou reestabelecer a revolução socialista como a única via possível de superação das mazelas próprias à condição dependente. Desta maneira, seus principais teóricos enquadraram a história do capitalismo dependente e suas contradições no contexto de funcionamento do capitalismo global, enfatizando assim o caráter desigual e combinado dos processos de desenvolvimento dos países.

E ao analisar essas trajetórias particulares de desenvolvimento, não podiam deixar de esboçar sua interpretação sobre a passagem latino-americana ao capitalismo. Particularmente importante é a ênfase que esses pensadores deram à revolução industrial, estabelecendo um marco histórico fundante da condição dependente que é distinto do que é posto pelos mesmos teóricos do imperialismo em que se baseavam. Nas contribuições de Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini é nítida a importância da emergência da grande indústria na Inglaterra como o fator que revoluciona as bases das relações econômicas mundiais, pondo novas leis e tendências que serão determinantes para a condição subordinada da América Latina no mercado mundial e seu desenvolvimento. A dependência encontra nesse processo histórico a afirmação dos elementos centrais de sua própria condição, tal como a superexploração da força de trabalho, efetivando-se como forma particular do modo de produção capitalista.

Tais interpretações também terão seus limites, e como todas as outras passarão por uma revisão crítica. Assim, o método que permeia este trabalho, cujo escopo não vai além de tentar identificar alguns dos pressupostos e marcos históricos para a análise do processo de transição dependente, é o confronto direto entre as contribuições dos debates já mencionados, com referência permanente da concepção rigorosa do método e categorias marxianas.

Mas qual o motivo de refletir sobre as características da trajetória de transição ao capitalismo percorrida pelos países que não passaram pela transição “clássica”, e mais especificamente, pelos países dependentes? Antes de ser um mero exercício de amor aos fenômenos passados, a análise desta passagem histórica possibilita a apreensão dos mecanismos essenciais de uma estruturação social a qual ainda nos encontramos. Elucida, da mesma maneira, não só os fundamentos da condição dependente, mas também elementos próprios à atuação imperialista do capital, relacionados, portanto, também ao funcionamento das economias centrais. Como defenderemos ao longo deste trabalho, trata-se de evidenciar o movimento histórico de afirmação do mercado mundial capitalista, e com este, das contradições que lhe pertencem.

## 1. O DEBATE DA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO

O debate clássico da transição se desenvolve nos primeiros anos do segundo pós-guerra, frente à disputa entre dois modelos de sociedade distintos e à possibilidade real de transição ao socialismo. Nesse contexto, a questão das vias possíveis para o desenvolvimento de outra forma de sociedade impôs a análise das condições que permitiram a emergência do modo de produção historicamente antecedente, o capitalista<sup>2</sup>. A polêmica tem origem na publicação em 1946 do livro *A evolução do capitalismo*, de Maurice Dobb (1988), cuja crítica às interpretações tradicionais ao processo de transição do feudalismo ao capitalismo seria rechaçada em 1950 por Paul Sweezy (1977b), em um artigo que inaugura o amplo debate que se seguiria no interior do pensamento marxista. Por meio de diversos artigos, nele interviriam alguns dos principais historiadores marxistas do século XX, como Rodney Hilton, Christopher Hill, Eric Hobsbawm, além dos próprios Dobb e Sweezy, e prosseguiria ao longo de grande parte da década de 1950<sup>3</sup>.

Ao final dos anos 1970 e início dos 1980, o debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo volta à tona a partir do artigo *Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*, do historiador Robert Brenner (1988), com a singularidade de que neste novo ciclo interviriam autores que não se restringiam à matriz teórica marxista, tal como Michael Postan e Emmanuel Le Roy Ladurie<sup>4</sup>. A partir da crítica direta aos modelos históricos dominantes à época, o esforço de Brenner se deu no sentido de superar as contradições e limites do debate clássico, em conjunto com a firme referência nas bases da teoria marxiana da história. Em nosso esforço de síntese dos debates, manteremos forte referência na sistematização feita pela historiadora Ellen Wood (2001), em seu *A origem do capitalismo*, relevante justamente por evidenciar as perspectivas em disputa.

O objetivo deste capítulo é precisamente o de resgatar este debate, tentando perceber como ele nos ajuda a compreender a transição em regiões dependentes. Não se pretende aqui fazer uma explanação exaustiva destes dois momentos do debate da transição ao capitalismo, mas apenas a indicação de alguns dos princípios histórico-ontológicos imprescindíveis para a apreensão das condições gerais de emergência do capitalismo, atentando para as divergências

---

<sup>2</sup> Neste sentido, ver Dobb (1977).

<sup>3</sup> As diferentes intervenções foram reunidas em *Do feudalismo ao capitalismo* (SWEEZY et al, 1977a) e *A transição do feudalismo para o capitalismo – um debate* (HILTON, 2004).

<sup>4</sup> Os principais textos que fizeram parte do chamado *debate Brenner* foram reunidos em ASTON & PHILPIN (2002).

também objetivamente necessárias frente às trajetórias históricas da transição da Europa ocidental.

### 1.1 Contradições do debate clássico

O modo de produção feudal, conforme demonstram Kuchenbuch e Michael (2009), tem uma estrutura marcadamente agrária que se baseia na produção camponesa voltada aos valores de uso, em acordo com as necessidades de sua própria reprodução material e à produção de um mais-produto a ser apropriado por outros grupos sociais. Ele está fundamentado em uma relação de propriedade distinta da capitalista, na qual os produtores têm acesso direto aos seus meios de vida<sup>5</sup>. Aqui, a unidade básica de produção aparece como a família camponesa independente, que abarca em si tanto o processo de trabalho (levado a cabo por uma divisão sexual e etária do trabalho) quanto o intercâmbio interno de seus produtos. No entanto, apesar do caráter familiar desta forma de reprodução humana e interrelação com a natureza, desta forma de propriedade, o baixo desenvolvimento das forças produtivas impõe tanto a eventual cooperação do processo de trabalho para além destas unidades autofundadas de trabalho e consumo (como nos períodos de colheita) quanto a exploração coletiva de terras comuns e de instalações e outros meios de produção coletivos<sup>6</sup>. O baixo desenvolvimento das forças produtivas submete a reprodução material à força das intempéries naturais evidenciando a ainda forte determinação natural da dinâmica social.

Para além da reprodução desta comunidade aldeã, outro elemento das relações feudais de produção é a apropriação de mais-trabalho imposta pela coerção extraeconômica de uma classe senhorial, respaldada por seu monopólio da violência. Apesar das múltiplas formas que este mais-trabalho pode assumir (como pagamentos em trabalho, produto ou em dinheiro), sua apropriação pela classe senhorial é determinada por sua propriedade “superior” da terra e pela sujeição pessoal do camponês (KUCHENBUCH; MICHEL, 2009, p. 22). A *servidão*, portanto, está intimamente associada ao *senhorio* como relação de dominação político-militar, onde a dependência direta se associa com a forma de propriedade tipicamente feudal, colocando o camponês não só em uma relação direta ao seu principal meio de vida,

---

<sup>5</sup> Para uma descrição sucinta das determinações gerais do modo de produção feudal, ver Kuchenbuch e Michael (2009).

<sup>6</sup> Esta comunidade aldeã, determinada pela união de famílias para a efetivação do trabalho coletivo, constitui a base de desenvolvimento de uma divisão interna do trabalho posta pela necessidade de especialização e autonomização de determinados ofícios, como o artesanato, que conservam seu caráter camponês e estão fortemente integrados na comunidade (KUCHENBUCH; MICHAEL, 2009, p. 17).



mas de maneira também subordinada. Em verdade, as relações de dependência pessoal vão permear a sociedade feudal em praticamente todos seus âmbitos, particularmente nas esferas política e religiosa, as quais assumem uma relevância particular de acordo com as determinações objetivas desta sociedade.

Ainda de acordo com Kuchenbuch e Michael (2009), a centralidade assumida pela servidão como relação social básica no interior do feudalismo vai determinar a estrutura interna de organização dos diferentes grupos sociais e as vias de expressão da luta de classes. A aristocracia é assim caracterizada por um alto grau de fragmentação (condizente com a parcialização da produção de mais-trabalho em unidades familiares autônomas) e hierarquização, determinadas em geral pela relação conflituosa de apropriação do excedente produzido pelo campesinato. Ao mesmo tempo, daí também se desenvolvem contradições tanto no interior da classe servil quanto nos vínculos entre campo e cidade, todas a partir das relações heterogêneas entre produção e apropriação dos frutos do trabalho camponês.

A historiadora Ellen Wood (2001, p. 21) aponta que a perspectiva dominante sobre a dissolução do feudalismo e emergência do capitalismo, mesmo nos círculos marxistas, seria o chamado *modelo mercantil*, cujo arquétipo seria o historiador Henri Pirenne<sup>7</sup>. Em síntese, tal modelo tende a identificar as relações mercantis com as relações capitalistas, compreendendo que o processo de transição deve ser encarado como um processo de retirada das barreiras erguidas contra tais nexos mercantis. As cidades, vistas como espaço por excelência das trocas de mercadorias e da sociabilidade capitalista, são postas em oposição ao mundo rural, feudal, estacionário e atrasado. Seria, então, pela via do desenvolvimento das cidades que se engendra a desintegração da antiga ordem feudal, a partir da monetização das relações feudais e de sua crescente orientação mercadológica. Este processo resultaria também na centralização do poder político, pela construção da monarquia absoluta e a conseqüente conformação do Estado moderno. Haveria assim uma continuidade histórica direta entre este período inicial de avanço das relações de troca e o momento em que o alargamento das relações mercantis dá um salto qualitativo, favorecendo o desenvolvimento das primeiras indústrias nas cidades. A revolução industrial seria produto último de um longo processo histórico, expresso nos séculos das grandes navegações, na força crescente dos monopólios, das corporações comerciais, e nas revoluções burguesas efetivadas pela classe capitalista citadina.

---

<sup>7</sup> Para a autora, o *modelo mercantil* abarcaria também outros pensadores como Max Weber, Fernand Braudel, além de quase todos os marxistas que trataram da questão de maneira direta ou marginal.

Wood (2001, p. 25) lembra, no entanto, que existem registros de relações mercantis nas mais variadas épocas históricas, mesmo nos “mais obscuros” anos do feudalismo, e que na verdade o sentido da pesquisa histórica sobre a transição está relacionado a entender como se desenvolve a *compulsão ao mercado*, o *imperativo à troca*<sup>8</sup>. Segundo a historiadora, o que diferencia o capitalismo, em verdade, não é a existência da mercadoria, mas sim que a mercadoria é a *forma geral* do produto social. Explicar como isto desenvolve implicaria, portanto, demonstrar como o trabalho social passa a ser efetivado por indivíduos privados e independentes entre si, o que só pode ser feito mediante a compreensão de quais mecanismos internos da organização social anterior levaram (não-teleologicamente) a esta estrutura. Dada a existência do mercado nas mais distintas formações sociais, a emergência do capitalismo, em uma região e uma época específicas, teria que possuir um “motor fundamental” de transição interno às relações feudais de produção. E mesmo que aceitemos a influência positiva das relações de troca no processo, é somente pela análise dos desdobramentos interiores da antiga formação, que possibilitaram a conformação de um tipo específico de organização do trabalho social caracterizada por esta compulsão ao mercado e por sua dinâmica de crescimento autossustentada, que pode ser explicada de maneira correta a dinâmica de transformação de uma sociedade em outra. A crítica de Wood ao modelo mercantil se sintetiza na compreensão de que o capitalismo impõe determinadas alternativas e práticas aos indivíduos, que aparecem como uma racionalidade muitas vezes pressuposta nos modelos explicativos da transição do feudalismo ao capitalismo. A problemática histórica, portanto, é justamente compreender como esta última organização social surgiu não-teleologicamente do desdobramento das condições de reprodução e das contradições existentes no interior da formação anterior.

O historiador inglês Maurice Dobb aparece como o primeiro intelectual marxista a perfazer uma crítica sistemática às interpretações do modelo mercantil. Dobb (1988) procura mostrar que o problema fundamental deste modelo é considerar a expansão comercial e a crescente autonomia das cidades, sensíveis desde o início do século XI, como condição

---

<sup>8</sup> A *compulsão* ou *imperativo à troca* de que trata Wood foi percebida por Marx já no primeiro volume de *O capital* (MARX, 2013). Para o Marx, a configuração própria da sociedade capitalista, caracterizada por ser uma formação onde o trabalho social é efetivado por produtores independentes entre si, impõe o mercado como mediador da reprodução social, inescapável aos indivíduos em sua reprodução material. A mercadoria aparece desta maneira como forma específica do produto social no interior da produção capitalista. Ela é uma unidade contraditória entre *valor* e *valor de uso* por conta do duplo caráter do próprio processo de trabalho, enquanto trabalho concreto orientado à produção de um valor de uso específico, comum à todas formações sociais, e trabalho abstrato produtor de valor, particular ao capitalismo (ver MARX, 2013, cap. 1). Dos desdobramentos resultantes desta relação contraditória se baseiam a totalidade das determinações capitalistas, especialmente a lei do valor enquanto dinâmica específica desta sociedade, e a apreensão de sua gênese histórica constitui, portanto, o eixo para o estudo da transição.

*suficiente* à dissolução do modo de produção feudal e emergência das relações de arrendamento capitalista e trabalho assalariado. Para ele, o fortalecimento dos laços mercantis poderia resultar igualmente no aprofundamento da servidão, como foi historicamente observado no fortalecimento do poder senhorial na Europa oriental quando da expansão das exportações de cereais para o ocidente na mesma época. Fundamentalmente, os efeitos da expansão comercial dependiam das condições internas do feudalismo, em um contexto específico e em uma configuração particular da luta de classes. Dobb então demonstra que as relações mercantis só podem ter contribuído ao processo de dissolução da antiga sociedade se se considera a primazia do desenvolvimento das contradições internas à sociedade feudal, predominantemente agrária, no processo de transição. Em síntese,

embora o desfecho real tenha de ser tratado como resultado de uma interação complexa entre o impacto externo do mercado e essas relações internas do sistema, há um sentido em que as últimas podem ser tomadas como tendo exercido a influência decisiva (DOBB, 1988, p. 31).

A partir da ênfase na relação de servidão como categoria central e definidora do modo de produção feudal, Dobb busca identificar seus conflitos característicos e as tendências históricas emergentes. O baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e a necessidade endógena de ampliação constante das rendas senhoriais (determinada, por sua vez, pela expansão populacional da classe senhorial, pelas guerras características ao feudalismo e pelos gastos suntuários da nobreza), apesar de em parte contrarrestados pelo crescimento demográfico e pela colonização de novas terras, tendiam no longo prazo a impor a ampliação do grau de exploração dos servos. Sua pauperização crescente teria impulsionado, então, a fuga para as cidades, cuja autonomia e força econômica constituíam um espaço alternativo frente às exações senhoriais. A pobreza e estagnação da produção agrícola, agregadas ao risco do esvaziamento dos campos, abririam um período de violentas crises demográficas, a partir da fome generalizada e das pestes, sintetizadas historicamente no que se denomina crise do século XIV.

Mas como visto, para Dobb, a reação feudal à fuga dos servos poderia ter sido tanto um enrijecimento das obrigações servis quanto seu abrandamento e eventual substituição pela relação contratual. O determinante para o sentido do desenvolvimento tomado dependeria da abundância ou escassez relativa de produtores diretos e de terras. Dobb aponta que quanto maior a miséria e, conseqüentemente, a possibilidade de fuga, em condições de abundância de força de trabalho e de alta produtividade, maior a tendência de transição ao assalariamento como maneira de evitar o despovoamento de porções de terra particularmente lucrativas. O

arrendamento, por sua vez, era vantajoso aos senhores em um contexto de escassez de terras, que determinava o alto nível de suas rendas.

Na perspectiva de Dobb, no entanto, a possibilidade de transição às relações de arrendamento e assalariamento só ganha conteúdo histórico quando aparece como interesse objetivo para a expansão da produção comercial de uma camada enriquecida do campesinato. Fruto de um processo histórico de diferenciação dos produtores diretos por conta das condições de desigualdade inerentes ao feudalismo (como as diferenças de produtividade do solo, de condições materiais e fortuna), que foi ampliada no tempo e aprofundada pela crise, esses grupos, reorientados pela expansão comercial, incentivaram a maior eficiência de sua produção e detinham interesse direto no arrendamento das terras senhoriais e na utilização da força de trabalho dos camponeses empobrecidos. Por terem a possibilidade de pagar uma renda maior do que era passível de ser extraída pela classe senhorial pela extorsão de mais-trabalho, principalmente no contexto já citado de escassez relativa de terras e abundância de trabalhadores, os interesses dessas camadas superiores do campesinato convergiram aos interesses dos senhores feudais e impuseram a transição às relações de arrendamento capitalista e de assalariamento.

A possibilidade histórica de transição ao trabalho assalariado não significa, no entanto, imediatamente o fim das relações de servidão, tal como não implicam o caráter plenamente capitalista do arrendamento. É somente a partir do século XV, com a intensificação das revoltas camponesas e do movimento de fuga para as cidades, que são impostos contra uma classe senhorial já há muito enfraquecida o fim das relações de dependência pessoal e a transição ao trabalho assalariado e ao arrendamento dispostos a partir do mercado. Essa mudança abriu espaço para a atuação das relações comerciais imanentes das cidades e das camadas enriquecidas do campesinato, ansiosas em ampliar o volume de sua produção direcionada ao mercado. O camponês arrendatário, fruto histórico desta luta, é o elemento apontado por Dobb (1988, p.42) como o *sujeito revolucionário* da nova sociedade, aquele que ao se livrar das amarras impostas pela classe dominante, passa a ser o bastião da sociabilidade capitalista. E esta revolução das condições de produção no campo, ao mesmo tempo que abre espaço à expansão das relações mercantis oriundas das cidades, vai também transformar seu conteúdo ao generalizar a concorrência no interior da reprodução social e ao efetivar amplos processos de expropriação dos produtores diretos, estabelecendo desta maneira as bases para o modo de produção capitalista.

Mesmo detalhando a importância das transformações operantes no interior da sociedade feudal, entendemos que Dobb (1988) não demonstra a emergência histórica do

impulso estranhado ao crescimento autossustentado do valor, derivando-o do comércio e das cidades, ainda consideradas como *corpus* estranho. Apesar de em determinados sentidos seu crescimento ter sido determinado pela demanda por bens suntuários por parte dos senhores feudais, para o autor as cidades ganham autonomia crescente a partir da explicitação do comércio, do controle do artesanato e dos mercados locais – desenvolvendo o poder do comércio em detrimento do campo. Elas se mantêm, na perspectiva de Dobb, como espaço de relações mercantis mais ou menos exógenas à sociedade feudal e portadoras de uma lógica de lucratividade, apesar de ainda não se basearem no modo de produção capitalista. Portanto, entendemos que apesar deste autor indicar a importância da dinâmica interna ao feudalismo e a centralidade da luta de classes para a formação do trabalho assalariado, no seu pensamento o aspecto central do capitalismo ainda aparece derivado desta força externa.

Wood (2001, p.38) também aponta o equívoco de Dobb de traçar uma identificação entre o movimento de dissolução das relações feudais de produção e o nascer do capitalismo, o que pode implicar sérios problemas na construção de uma teoria compatível com uma concepção materialista da história. Para Wood, ao perceber no pequeno arrendatário o sujeito revolucionário, portador de uma racionalidade capitalista, Dobb cai na falácia de pressupor a organização social capitalista para explicar sua gênese, portanto não conseguindo se desgarrar por completo da influência exercida pelo próprio modelo mercantil, do qual era adversário. A defesa da transição como uma luta revolucionária entre dois modos de produção, como se já estivessem contidas na dissolução feudal as determinações mais gerais do capitalismo, não se diferenciaria muito da busca na simples expansão das relações mercantis o motor fundamental da mudança e a pressuposição de um tipo de racionalidade que só existe quando o capitalismo já está posto, ou seja, a pressuposição do próprio capitalismo. Desta maneira, incorpora-se a lógica capitalista como própria à essência do homem, encara-se a possibilidade de produção visando o lucro como uma possibilidade que só não é levada a cabo quando existem barreiras à mesma, tornando tal sistema social natural e eterno.

A reação do modelo mercantil à crítica de Dobb é levada a cabo por Paul Sweezy, importante marxista estadunidense, cuja resposta vai diretamente em direção às deficiências demonstradas pela argumentação de Dobb. Em primeiro lugar, ele questiona a centralidade dada à categoria da servidão para a compreensão do processo de transição a partir do entendimento de que esta forma de trabalho aparece em diferentes circunstâncias históricas. Para avançar na compreensão das características concretas do feudalismo deveria ser destacado também, e de maneira crucial, a orientação da produção ao valor de uso. Isso significa que a reprodução social está orientada às condições sociais postas, não abarcando

um processo auto-expansivo nem de revolucionamento constante de suas forças produtivas. Apesar de não estar livre de contradições e conflitos de classe, esta orientação ao valor de uso impõe uma “tendência fortemente acentuada a favor da manutenção de determinados métodos e relações de produção” (SWEEZY, 1977b, p. 24).

A transição ao capitalismo, para Sweezy, não poderia ser fenômeno interno ao feudalismo, pois a dinâmica conservadora deste último impede a emergência de um modo de produção que se revoluciona constantemente. Dito de outro modo, de uma produção orientada ao valor de uso não poderia emergir a lei do valor, e assim é recolocada a caracterização fundamentalmente externa da emergência das legalidades capitalistas. A partir daí, o que Sweezy faz é inverter a relação de causalidade dos fenômenos esboçados por Dobb, para afirmar que a própria transformação interna das relações de produção feudais foi levada a cabo pela expansão comercial. Neste sentido, se os senhores feudais necessitavam ampliar o grau de exploração da massa servil, só poderia ser para satisfazer às necessidades produzidas por um comércio florescente. E se os camponeses tinham a possibilidade de fugir às relações de dependência pessoal, era justamente porque a autonomia crescente das cidades, produzida pela expansão comercial, afirmava um espaço de liberdade antagônico ao campo opressor. Desta maneira, ao não romper com a concepção das cidades como espaço da liberdade e do comércio, Dobb abre pleno espaço à volta do modelo mercantil, agora complexificado ao adotar suas próprias contribuições acerca do efeito do comércio sobre a dinâmica interna feudal<sup>9</sup>.

Assim, aqueles fenômenos que Dobb interpreta como puramente endógenos não poderiam ser compreendidos sem a atuação expansiva das relações mercantis. O grande mérito de Sweezy, nos parece, é apontar que a falha fundamental da visão de Dobb era não ter demonstrado como o “valor emerge do valor de uso” e ter mantido sua caracterização enquanto fenômeno de gênese externa. O problema é que o próprio Sweezy enuncia a questão para depois afirmar que não existe tal possibilidade, e, portanto, reafirmar a defesa da concepção a-histórica do valor. Ele reafirma a centralidade do mercado como princípio de emergência de si próprio como regulador da totalidade da produção social, a partir da atuação crescente da cidade e do comércio sobre a produção rural. Esta reorientação mercantil, pressuposta à ascensão das relações de arrendamento capitalista e de assalariamento, se dá por

---

<sup>9</sup> Como Sweezy (1977b, p. 32) admite explicitamente: “A teoria de Dobb das causas internas do colapso do feudalismo podia ainda salvar-se se ele conseguisse demonstrar que a ascensão das cidades foi um processo interno do sistema feudal. Mas, pelo que li de Dobb, ele não afirmou isto. (...) Uma vez que o comércio não pode ser encarado em nenhum sentido como uma forma de economia feudal, segue-se que dificilmente Dobb pode argumentar que o desenvolvimento da vida urbana seja consequência de causas feudais internas”.

representar um espaço de *oportunidade* aos produtores diretos de acessar meios de vida mais baratos, de auferir lucros de sua própria produção, e não como imposição (ou imperativo) emergente das novas relações de propriedade. Assim,

A superior eficiência de uma produção mais bem especializada, os lucros maiores que se podiam obter produzindo mais para o mercado do que para o consumo imediato, a maior atração da vida da cidade para o trabalhador: estes fatores fizeram com que tudo fosse uma questão de tempo, o tempo em que o novo sistema, uma vez bastante poderoso para se manter sobre os seus próprios pés, levou a impor-se. (SWEEZY, 1977b, p. 37)

Wood (2001, p. 42) ressalta a correção da ênfase que Sweezy dá à diferença histórica entre o processo de dissolução das relações feudais, para ele sem dúvida alguma levada a cabo pelo avanço das relações mercantis, e o processo de constituição do capitalismo. Ele evita a continuidade geralmente estabelecida entre os dois processos, compreendendo que a época posterior à dissolução do feudalismo foi um período onde haveria um leque de possibilidades para o desenvolvimento social, ou seja, a sociedade capitalista não seria a consequência necessária do fim das relações feudais de produção, sua emergência deveria ser apreendida a partir dos desenvolvimentos históricos concretos. Mesmo sendo discutível sua defesa da existência de uma “produção pré-capitalista de mercadorias” (SWEEZY, 1977b, p. 46) como categoria definidora desta fase da transição, onde ainda encontramos elementos da sociedade feudal apesar da subordinação crescente às legalidades capitalistas, esta perspectiva é fundamental para uma compreensão correta do processo como um todo, principalmente por evitar a visão determinista desta evolução histórica.

Por mais que Dobb, no prosseguimento da polêmica, apoiado pelas intervenções de H. Takahashi, Rodney Hilton e outros, corrigisse Sweezy e, a partir de análises concretas, voltasse a defender a centralidade da servidão como categoria feudal, a capacidade dinâmica deste modo de produção, a ênfase em suas contradições internas, na luta de classes e no desenvolvimento das formas de propriedade, entendemos que ele não consegue superar os limites de sua posição primeira. A reafirmação da independência real frente ao crescimento dos círculos de comércio do processo de liberação da autonomia da condição camponesa, conjunto à sua própria diferenciação interna, mantém, para nós, a falha fundamental de considerar como uma liberação à plena atuação de um impulso capitalista, externo, preexistente. Portanto, a despeito da defesa de temas objetivamente relevantes para a apreensão adequada da transição, mantém-se a noção da dissolução do modo de produção feudal como uma *síntese* da relação “interno e externo”, a qual mantém as noções “mercantis”

das cidades e do comércio como espaços alheios ao feudalismo e a externalização do principal fator a ser explicado em sua emergência interna ao feudalismo, a saber, o impulso estranhado de valorização do valor. Assim,

não se justifica buscar na cidadania feudal os ‘germes’ que vão se desenvolver, de maneira mais ou menos contínua, até a burguesia capitalista. Esta interpretação pressupõe uma oposição estrutural entre a cidade e o campo, o que significa metodológica e concretamente a ‘exclusão’ dos cidadãos do modo de produção ‘feudal’. Porém, este (...) está justamente caracterizado pela *integração* – naturalmente conflituosa – entre cidade e campo. (KUCHENBUCH; MICHEL, 2009, p. 46)<sup>10</sup>

Conforme demonstram Kuchenbuch e Michel (2009), as cidades, ao invés de antagônicas à estrutura feudal de produção, são sua necessidade imanente como espaço de centralização do comércio e da produção artesanal, adequado à satisfação das demandas de consumo suntuário oriundas das rendas senhoriais – em geral supridas pelo comércio de longa distância – e de certos bens relevantes para a vida camponesa. Nelas, parte da produção camponesa toma a forma de mercadoria e se constitui na principal fonte de acesso da população das cidades aos seus meios de vida, representando, portanto, a base geral de reprodução da vida urbana. A produção artesanal é baseada tanto nas relações familiares de produção, análogas às que ocorrem no campo, quanto efetivada pelo trabalho nas oficinas também determinado pela unidade entre produtor e meio de produção e pelas relações pessoais entre mestre e aprendiz. O conjunto da produção urbana no feudalismo está regulado por uma série de corporações e ofícios que visam organizar a quase totalidade das relações mercantis e artesãs, de maneira a inibir a concorrência e garantir sua própria reprodução e existência. Esta regulação integrada é determinada pela forte dependência das cidades da produção agrícola e do comércio de longa distância, ambos altamente instáveis e suscetíveis a amplas variações no fornecimento de matérias primas, na oferta de bens de consumo e na demanda pelos produtos urbanos (KUCHENBUCH; MICHEL, 2009).

Mesmo o comércio de longa distância tanto depende da produção agrícola e artesanal quanto baseia sua existência no intercâmbio desigual entre regiões distintas e permite à aristocracia o acesso aos produtos de luxo que compõem parte da manutenção de seu poder enquanto classe dominante. Neste contexto, se desenvolvem formas de capital mercantil e

---

<sup>10</sup> Tradução livre de “no es procedente buscar en la ciudadanía feudal los ‘gérmenes’ que han ‘desarrollarse’ históricamente, de forma más o menos continua, hacia la burguesía capitalista. Esta interpretación presupone una oposición estructural entre la ciudad y el campo, lo que significa metodológica y concretamente la ‘exclusión’ de los ciudadanos del modo de producción ‘feudal’. Pero éste (...) está justamente caracterizado por la *integración* – naturalmente conflictiva – de ciudad y campo.”



usurário que, apesar de terem seu espaço de atuação limitado às relações complementares da reprodução social dominada pelo campo, constituem a base para desenvolvimento de uma organização política e econômica relativamente autônoma. A constituição das determinações particulares do *domínio cidadão* aparecem, portanto, por todos os lados limitada pelo monopólio da propriedade da terra e da violência por parte da nobreza (KUCHENBUCH & MICHEL, 2009, p. 36).

Por fim, a vida econômica cidadina se constitui como fonte de renda “suplementar” à nobreza, que estimula sua autonomia relativa frente às relações de sujeição pessoal como fomento à expansão mercantil e artesanal, incrementando sua capacidade de extração de riqueza a partir da circulação. A maior autonomia econômica e política das cidades frente às relações de sujeição pessoal do campo não significa, desta maneira, sua externalidade para com as legalidades da ordem feudal. Em verdade são o resultado heterogêneo de sua dependência da produção rural dominante e das funções específicas que assume em seu interior<sup>11</sup>.

Do ponto de vista mais geral, além da demonstração da cidade e do comércio como fenômenos internos ao feudalismo, o central é a apreensão de como o valor emerge de maneira não-teleológica, a partir do desenvolvimento histórico e do resultado da luta de classes no interior do modo de produção feudal. Entendemos que, apesar de ser um processo historicamente longo, ele deve existir em circunstâncias concretas, em condições históricas específicas, o “salto” ao valor como elemento regulador da vida social. Deve também ocorrer no interior das relações agrárias, já que o comércio, mesmo que atuante no interior do feudalismo, não dominava a totalidade da produção de maneira a impor suas legalidades e força desintegradora. Para nós, a tarefa de apreensão da maneira a qual “o valor se desdobra do valor de uso”, de modo não-teleológico e a partir de imprescindíveis pressupostos históricos, tais como determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e uma trajetória específica de desenvolvimento das relações de propriedade, somente seria levada a cabo por Robert Brenner, anos após o debate clássico da transição.

## **1.2 Robert Brenner e as transformações na estrutura de classes**

A continuidade teórica entre Maurice Dobb e Robert Brenner se dá na necessidade de localizar o motor primeiro do processo de transição na mudança das relações agrárias, dando

---

<sup>11</sup> Ver também Brenner (1988, p. 53-55).

lugar central à luta de classes. Em verdade, ao traçar sua crítica tanto ao modelo mercantil quanto ao chamado modelo demográfico<sup>12</sup>, que viam em fatores externos à sociedade feudal o motor do desenvolvimento capitalista, Brenner enfatiza a centralidade da estrutura interna de relações de classes como definidora do sentido do desenvolvimento social e do impacto de forças econômicas diversas. Assim, e em “termos mais concretos” são as relações de propriedade e a estrutura de classes a elas relacionadas que definem o quadro de possibilidades da ação dos indivíduos, determinando as legalidades sociais e delimitando as suas tendências históricas de desenvolvimento (BRENNER, 1988, p. 23).

Para Brenner, as crises demográficas recorrentes na Europa ocidental, tão enfatizadas pelo modelo demográfico, ao contrário de serem fator externo, eram antes postas pelo funcionamento interno da economia feudal. As barreiras estruturais ao desenvolvimento das forças produtivas resultavam tanto da relação de servidão, em que a reprodução material do produtor direto não condicionava a necessidade de melhoramento constante de seus meios de produção, quanto pela necessidade de ampliação da renda senhorial, que impunha a expropriação de parte do fundo de subsistência e das reservas camponesas<sup>13</sup>. Assim, com a expansão demográfica e ocupação de terras marginais, o que se colocava era uma tendência geral de queda da produtividade e do padrão de vida do campesinato. As crises consequentes intensificaram a luta entre servos e senhores pelo domínio da terra e pelo reforço ou fim da relação de dependência pessoal. Os resultados históricos das revoltas camponesas e do desenvolvimento da luta de classes dependiam, no entanto, de suas condições locais, da correlação de forças e da relação com o Estado. Como sintetiza Brenner,

as contradições entre o desenvolvimento da produção camponesa e as relações de extração do excedente, que definiam as relações de classe da servidão, produziram uma crise da acumulação e da produtividade camponesa e, em última instância, das possibilidades da subsistência camponesa. Esta crise foi acompanhada por uma

---

<sup>12</sup> O modelo demográfico ou neomalthusiano dominou grande parte da historiografia medieval na segunda metade do século XX, e se baseia na defesa de ondas demográficas autônomas que definiam tanto os períodos de prosperidade quanto de crise do feudalismo, e teve como principais representantes pensadores como Le Roy Ladurie e M. Postan. A partir da escassez ou abundância relativa tanto de alimentos quanto de trabalhadores, e de maneira similar ao modelo mercantil, a sociedade feudal responderia automaticamente a essas variações exógenas de oferta e demanda de bens e trabalho, transformando sua estrutura interna e possibilitando a emergência das relações capitalistas.

<sup>13</sup> “o desenvolvimento econômico feudal manifestou uma interação múltipla e conflituosa entre: o desenvolvimento de um sistema de produção para a subsistência, pelo qual a classe de camponeses proprietários visava sua própria reprodução e a continuidade de suas famílias, e o desenvolvimento do sistema de extração extra-econômica de excedente para consumo improdutivo, pelo qual a classe de senhores feudais visava sua própria reprodução enquanto indivíduos e como classe dominante” (BRENNER, p. 232, 1985). Tradução livre de “feudal economic development manifested a two-sided, conflictive interaction: between a developing system of production for subsistence through which the class of peasant possessors aimed to reproduce themselves and provide for the continuity of their families, and a developing system of surplus extraction by extra-economic compulsion for non-productive consumption, by which the class of feudal lords aimed to reproduce themselves as individuals and as a ruling class”.

intensificação do conflito de classes inerente à estrutura social vigente, mas teve resultados distintos em lugares diferentes: a ruptura da antiga estrutura ou o seu reforço, dependendo do equilíbrio de forças entre as classes em conflito. (BRENNER, 1988, p. 52)<sup>14</sup>

Neste contexto, se em grande parte da Europa ocidental a forma orgânica do crescimento populacional e da produção camponesa permitiu em seu interior a conformação de estruturas comunais de trabalho coletivo<sup>15</sup>, que se constituíram na base objetiva de uma maior organização e unidade do campesinato e que possibilitou o fim da relação servil já em fins do século XIV, esse resultado não implicou a ascensão geral das relações capitalistas no campo. Foi somente na Inglaterra, onde a classe senhorial estava particularmente coesa, que o fim das relações de dependência pessoal no campo foi acompanhado da manutenção do poder senhorial sobre a terra, a ampliação de seus direitos de renda e a emergência de relações de arrendamento que implicavam a separação completa do produtor com seus meios de reprodução material. A estrutura de classes emergente impunha o interesse objetivo na centralização e expropriação crescente de terras por parte dos senhores, os quais deveriam arrendá-las a arrendatários que concorriam entre si pelo acesso à terra. A mediação pelo mercado e pela concorrência obrigava os arrendatários à expansão da produção para a garantia de determinado nível de renda, e, portanto, de seu próprio acesso aos meios de produção, e condicionava aos senhores à necessidade de melhorar suas próprias terras, de maneira a atrair os arrendatários mais eficientes. Assim, na reprodução de suas próprias condições de vida arrendatários e senhores dependiam da capacidade de maximização de lucros, do desenvolvimento da produtividade e da manutenção de altas taxas de investimento impostas pela concorrência na venda de gêneros agrícolas à massa camponesa que não tem mais acesso direto aos seus meios de subsistência.

Estas novas relações de propriedade e de arrendamento no campo impuseram um novo direcionamento da produção e da utilização do excedente extraído dos novos trabalhadores assalariados, voltados agora ao melhoramento e à produção ampliada de mercadorias, de cuja realização dependiam tanto senhor quanto arrendatário. Essas novas relações e tendências permitiram à Inglaterra não só escapar das crises impostas pelas contradições internas ao

---

<sup>14</sup> Tradução livre de “las contradicciones entre el desarrollo de la producción campesina y las relaciones de extracción de excedente que definían las relaciones de clase de la servidumbre produjeron una crisis de la acumulación y la productividad campesina y, en última instancia, de las mismas posibilidades de subsistencia campesina. Esta crisis se acompañó por una intensificación del conflicto de clases inherente en la estructura social vigente, pero con resultados distintos en lugares diferentes: la ruptura de la antigua estructura o su reforzamiento, dependiendo del equilibrio de fuerzas entre las clases contendientes.”

<sup>15</sup> Contrapostas às formas de organização derivadas das terras da Europa oriental, resultado da colonização desfavorável à construção de elementos de solidariedade camponesa (ver BRENNER, 1988, p. 58).

modo de produção feudal como colocaram um impulso de crescimento autossustentado. Este revolucionamento das relações no campo possibilitou a conformação de um mercado interno integrado e cada vez mais dinâmico, baseado na expansão das relações de assalariamento, na ampliação da produtividade agrícola e em seu conseqüente barateamento dos salários e liberação de força de trabalho para as atividades urbanas. É desta maneira que o desenvolvimento interno das relações capitalistas consegue estabelecer a trajetória histórica de afirmação dos pressupostos gerais da sociedade capitalista, e por fim seu modo de produção específico. Portanto, “na realidade, foi, em última instância, uma revolução agrícola baseada no surgimento de relações de classe capitalistas no campo que permitiu à Inglaterra converter-se no primeiro país que experimentou a industrialização” (BRENNER, 1988, p. 72)<sup>16</sup>.

Um importante contraponto à trajetória apresentada pela Inglaterra é o desenvolvimento histórico francês neste contexto de crise e agravamento da luta de classes. Nesse caso, o maior grau de resistência alcançado pelas comunidades camponesas e as contradições de uma classe senhorial demasiadamente fracionada possibilitaram tanto o fim da relação de servidão quanto o fortalecimento da propriedade camponesa sobre a terra. A classe senhorial foi então obrigada a sua reorganização interna, a partir de sua centralização e racionalização política. O Estado absolutista aparece como o resultado histórico do esforço de construção de um sistema centralizado de expropriação do excedente de um campesinato forte (a partir do sistema tributário), e permitiu assim a manutenção do poder aristocrático mesmo que às custas de amplas parcelas das antigas camadas senhoriais. Esta reformulação baseada na máquina de um Estado absolutista manteve as contradições e tendências básicas do modo de produção feudal, e, portanto, a possibilidade de crises cada vez mais violentas no longo prazo (BRENNER, 1985, p. 270).

Contra Dobb, portanto, Brenner rechaça a ideia da transição como uma luta entre dois modos de produção antagônicos e como uma tendência comum à Europa ocidental. Ele entende que o processo de imposição do *imperativo de mercado* deve ser abordado sim como produto da luta de classes entre camponeses e senhores, mas em condições históricas e sociais concretas e como resultado não-teleológico da mudança das relações de propriedade motivada por interesses determinados num espaço e época particulares<sup>17</sup>. Foram nexos produtivos

---

<sup>16</sup> Tradução livre de “En la realidad fue, en última instancia, una revolución agrícola basada en el surgimiento de relaciones de clase capitalistas en el campo, que permitió a Inglaterra convertirse en el primer país que experimentó la industrialización”.

<sup>17</sup> Essa ênfase nas relações capitalistas no campo como resultado particular da luta de classes travada em condições específicas da Inglaterra se constitui em importante contraponto à perspectiva de Guy Bois,

específicos na Inglaterra que geraram a necessidade de especialização dos produtores para que fossem garantidos seus meios de subsistência, além da gênese de toda uma classe de arrendatários que visava a generalização dos arrendamentos pagos em dinheiro. Como síntese de tais desdobramentos, tem-se como resultado que os produtores diretos e os grandes proprietários passam a depender do mercado para sua reprodução material.

Para Wood (2001, p.52), o grande avanço de Brenner foi conseguir assim capturar todo este período de transformação de um modo de produção social como um processo de transição de uma dinâmica histórica em outra, evidenciando as raízes agrárias do capitalismo e se colocando contra a visão das antigas formas sociais como meros obstáculos ao pleno desenvolvimento da lógica capitalista. A origem do capitalismo se encontra em um sistema particular de relações de classe, onde indivíduos em sua práxis normal de reprodução acarretam não-intencionalmente um estado de coisas onde é imposta a caracterização do fruto do trabalho como mercadoria. Assim, é engendrada uma nova condição em que é impossível o não-direcionamento ao mercado. Esta nova conjunção dá vida a diferentes desenvolvimentos, devido a uma nova força organizativa que se impõe a todos os produtores, independentemente da forma em que se encontram as relações de trabalho. A concorrência, como um tipo distinto de coerção, tornou lucrativas (portanto, agora interessantes) diferentes modos de expropriação dos meios de produção da grande massa campesina. Esta teve como resultado a separação completa entre os meios de produção e a força de trabalho, além da própria existência desta última como uma mercadoria, ou seja, foram gerados os pressupostos históricos da dinâmica capitalista, que passariam a ser também resultado da reprodução capitalista. É significativo que Marx (2013, p. 788-813) no capítulo XXIV de *O capital*, “A assim chamada acumulação primitiva de capital”, procure a gênese dos pressupostos do modo de produção capitalista especialmente na expropriação dos camponeses, principalmente de sua terra<sup>18</sup>, e em sua proletarização. A consolidação das necessidades básicas da reprodução material tipicamente capitalista se dá pela criação da classe trabalhadora como uma classe de

---

medievalista marxista que atribui a Brenner um superdimensionamento da esfera política e escanteamento das determinações econômicas para o processo aqui analisado. Para Bois, o feudalismo seria determinado em sua dinâmica essencial pela lei de queda das rendas senhoriais, que a partir de determinado momento o colocaria em crise e “abriria o caminho” para as relações capitalistas de produção. A sua plena afirmação na Inglaterra se explicaria por ser este um país atrasado, cuja classe política dominante foi incapaz de se reorganizar e preservar as relações feudais tal como ocorreu no continente europeu a partir dos novos Estados Absolutistas como o francês. A persistência da crise para os senhores ingleses os fez adotar novas formas de arrendamento, de maneira a permitir a afirmação das relações capitalistas que brotam do feudalismo como um todo. A crítica de Brenner repassa vários dos pontos já analisados sobre as noções gerais da transição. Ver Bois(1988) e Brenner (1985).

<sup>18</sup> Separação ontologicamente prioritária por fornecer por excelência os objetos de trabalho (matéria prima), os meios de trabalho e o *locus* do trabalho (onde trabalhar). Ver Marx (2011, p. 410).

indivíduos que para se reproduzir materialmente não têm opção senão a venda de sua força de trabalho e pela concentração dos meios sociais de produção como capital.

A circulação mercantil como mediadora do intercâmbio social e a relação capital/trabalho são, portanto, o resultado historicamente contingente da afirmação tanto de tendências gerais do desenvolvimento social, como a elevação das forças produtivas e a “individualização” crescente da produção<sup>19</sup>, quanto das trajetórias específicas de determinadas estruturas de propriedade e correlação de classes, que possibilitaram a dissolução da conexão direta entre trabalhador e condições suas condições objetivas de trabalho e das relações de dependência pessoal<sup>20</sup>. Entendemos, portanto, que somente após estabelecidas essas bases é possível a apreender a necessidade histórica da propriedade privada capitalista e da lei do valor como resultados não teleológicos das ações humanas, a partir das possibilidades postas pela afirmação de leis e tendências mais gerais e por conflitos e contradições mais concretos, sem, no entanto, cair em sua apologia.

### 1.3 Expansão comercial e manufatura

É necessário evidenciar agora a crítica de Wood ao próprio Marx, principalmente às ideias contidas na *Ideologia alemã* e no *Manifesto comunista*. Segundo a autora, grande parte dos problemas do debate da transição foram postos pelas próprias posições de Marx, e as diversas partes se utilizaram de citações contraditórias do autor para afirmar a ênfase marxiana seja no desenvolvimento comercial, seja nas relações de propriedade. Para Wood, o que existiria em verdade é um corte na teoria da história de Marx, que em seus primeiros anos carregaria forte determinismo econômico e que somente após décadas de estudo afirmaria o caráter não teleológico da história, ainda que baseada nas contradições e tendências gerais estabelecidas na relação dos homens com a natureza e entre si. Assim, o Marx de 1848 guardaria uma visão bastante próxima ao chamado “modelo mercantil” do processo de transição, que enfatizava o avanço da divisão técnica e da divisão do trabalho no interior do feudalismo como indícios do agir do capital. Já o Marx maduro, que aparece nos *Grundrisse* e se consolida em 1867, ano de publicação de *O capital*, teria uma visão bem mais refinada desta dinâmica de transformação. Este último daria uma prioridade maior às mudanças das relações

---

<sup>19</sup> Pressuposta em uma formação social em que o trabalho é efetivado por produtores independentes entre si.

<sup>20</sup> Marx trata da trajetória da propriedade privada, de sua inexistência na comunidade natural até a propriedade privada capitalista, no fragmento *Formas que precederam a produção capitalista*, que faz parte dos *Grundrisse* (MARX, 2011, p. 387-422), onde evidencia também os pressupostos históricos do modo de produção capitalista.

propriedade, ao processo de expropriação e de produção da forma assalariada de trabalho, justamente por ter uma compreensão mais profunda das leis de movimento do capitalismo.

Esta visão de um corte na teoria da história na obra de Marx é, para nós, algo problemática. De fato, grande parte das concepções materialistas do autor sobre a história e a sociedade já estão contidas em *A Ideologia alemã*, escrita junto à Engels no período imediatamente anterior ao Manifesto, incluindo as complexas determinações postas pelo conteúdo da relação de trabalho, enquanto fundamento da sociedade e de suas categorias específicas. Neste sentido, se o problema do jovem Marx seria a falta de referência nas relações de propriedade para estudo da mudança histórica, como enquadrar as sínteses do desenvolvimento das relações de propriedade e a tentativa de apreensão da gênese da propriedade privada que encontramos não só na *Ideologia alemã*, como já nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*<sup>21</sup>? Não podemos esquecer também que, além do caráter panfletário do *Manifesto*, escrito no calor da organização operária e pouco antes dos processos revolucionários de 1848, Marx não fazia suas análises históricas do vazio, mas a partir do material historiográfico e das fontes primárias disponíveis à época<sup>22</sup>. Isso significa que a capacidade de superar os preconceitos neles contidos só era possível ao longo do estudo e da crítica rigorosa, conforme o pensador se aprofundasse na análise do capitalismo. Se mal estava desenvolvida sua crítica à economia política e nem plenamente apreendida a lei do valor, como poderíamos esperar a plena consciência de Marx sobre os seus pressupostos históricos fundamentais? Nos parece que a confluência das interpretações históricas com as bases ontológicas esboçadas na *Ideologia alemã* somente é possível a partir do momento que o próprio Marx avança na compreensão interna do objeto, no estudo sobre os processos de acumulação primitiva etc. Desta maneira, a crescente correção das análises do Marx maduro reafirma e aprimora as bases de sua teoria da história esboçada na *Ideologia alemã*, antes de negá-las<sup>23</sup>.

Mais interessante para nosso objeto de estudo, no entanto, são os seguintes trechos, retirados logo das primeiras páginas do *Manifesto comunista*:

A descoberta da América e a circunavegação da África abriram um novo campo de ação para a burguesia nascente. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e do volume das mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até então desconhecida para o comércio, a navegação e a indústria (...) A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial criou um

---

<sup>21</sup> Ver Marx (2015, p.332-333) e Marx & Engels (2007, p. 90-92).

<sup>22</sup> Para um estudo das fontes historiográficas disponíveis à época, ver Hobsbawm (1985).

<sup>23</sup> Uma importante explanação da teoria da história em Marx, crítica às perspectivas de “dois Marx”, pode ser encontrada em Miranda (2016).

desenvolvimento incomensurável do comércio, da navegação e das comunicações. Esse desenvolvimento, por sua vez, voltou a impulsionar a expansão da indústria. (MARX & ENGELS, 2008, p. 10)

Neles, é evidente a distinção que Marx faz entre a expansão comercial emergente após o fim da Idade Média, nas quais se enquadram o impulso colonizador, a atuação crescente dos grandes monopólios comerciais, as guerras interestatais europeias pelo domínio de territórios e rotas comerciais, e a gênese do mercado mundial capitalista, derivado da afirmação do modo de produção capitalista pela revolução industrial. Essa diferenciação é importante por indicar a mudança qualitativa entre as relações postas pela atuação do capital comercial e usurário na periferia da produção social e as determinações derivadas de um capitalismo já bem fundamentado, dominado pela reprodução ampliada do capital industrial. Como o próprio Marx expressa, é claro que as primeiras preparam o terreno para o desenvolvimento do segundo, mas isso é bem diferente de dizer que existe uma relação unívoca de causa/consequência entre os dois. Se fosse esse o caso, seria o mesmo que dizer que não existe distinção entre o desenvolvimento das relações mercantis e a gênese do novo tipo de formação social. Portanto, seria cair novamente na naturalização do capitalismo.

Apesar de o capitalismo só se consolidar como modo de produção a partir da revolução industrial, diferentes formas de capital anteriores subordinaram esferas específicas e periféricas do trabalho social, sem, no entanto, nunca se firmarem como predominantes. A manufatura<sup>24</sup> é o exemplo histórico por excelência deste desenvolvimento, e sua limitada capacidade de dinamizar a produção mesmo em condições favoráveis é um forte indício a favor da interpretação aqui desenvolvida, ao demonstrar que a ação única dos capitais comercial e usurário não poderiam desenvolver em si a forma de organização da produção própria à sociedade capitalista justamente por não conseguir comandar de forma dominante o trabalho social. Essa sua constituição enquanto forma de produção historicamente transitória, pressuposta à afirmação do modo de produção capitalista, mas incapaz de colocar o impulso autossustentado de crescimento específico às relações capitalistas, era determinado também pela centralidade que os trabalhadores e suas habilidades assumiam no processo de produção, a despeito de sua parcialização, alienação etc. Esta condição restringe as possibilidades de desenvolvimento da produtividade, da organização e aplicação científicas no processo de trabalho, e assim a manufatura não poderia assumir posição dominante para a produção social,

---

<sup>24</sup> “Como forma característica do processo de produção capitalista, ela predomina ao longo do período propriamente manufatureiro, que, em linhas gerais, estende-se da metade do século XVI até o último terço do século XVIII” (MARX, 2013, p. 411).



aparecendo somente na “periferia” das sociedades, nas relações econômicas internacionais construídas pela expansão comercial e apoiada pelos monopólios das colônias e do comércio. A manufatura seria, assim, a forma de expressão máxima das possibilidades de modificação da produção social por parte do capital comercial, essencialmente limitada e instável, intrinsecamente ligada à ação estatal (MARX, 2013, p. 441-442).

Em verdade, mesmo a expansão comercial acelerada evidenciou o caráter limitado da manufatura, e sua incapacidade de sustentar-se por si era revelada pela necessidade de tarifas de proteção e dos privilégios comerciais. A expansão da manufatura estava sujeita à ampliação do domínio sobre distintos mercados, e sua capacidade de gerar riquezas dependia mais da capacidade belicista da nação do que de condições econômicas propriamente ditas. Desta maneira, sua dinâmica subordinada à circulação comercial e às disputas interestatais, sua secundarização determinada por poder se sustentar apenas na periferia da produção social e em acordo com relações mercantis estabelecidas em nível mundial comprovaram as limitações internas da manufatura e sua incapacidade de gerar impulso autossustentado de crescimento.

A manufatura era continuamente protegida por barreiras alfandegárias no mercado interno, pelos monopólios no mercado colonial e, na medida do possível, por tarifas diferenciais no exterior. A elaboração da matéria-prima produzida no próprio país era favorecida (lã e linho na Inglaterra, seda na França) e a [elaboração] da matéria-prima importada era ou negligenciada ou reprimida (algodão na Inglaterra). A nação predominante no comércio marítimo e como poder colonial assegurou para si, naturalmente, a maior extensão quantitativa e qualitativa da manufatura. Esta de modo algum podia prescindir de proteção, já que com a mais ínfima modificação que ocorresse noutros países ela podia perder seus mercados e ser arruinada; ela é facilmente introduzida num país com condições em certa medida favoráveis e, pela mesma razão, é facilmente destruída. (...) a manufatura dependia inteiramente da extensão ou da limitação do comércio e acabou por exercer [sobre ele] uma influência relativa[mente] muito pequena. Daí seu [papel] secundário e a importância dos [com]erciantes no século XVIII. (MARX; ENGELS, 2007, p. 58-59. Colchetes do editor.)

Conforme vimos, a expansão comercial e colonial europeia iniciada no século XV ainda estava fortemente determinada pelas necessidades feudais de artigos suntuários e regulada pelas relações de controle e dependência pessoal, além de ter em parte de sua própria origem o impulso pela reorganização aristocrática em volta do Estado Absolutista. Por se encontrar integrada à totalidade de relações de produção que permaneciam feudais em seu conteúdo, essa expansão se manteve incapaz de transformar a agricultura (setor produtivo ainda central), de impor um mercado interno dinâmico, de revolucionar a totalidade da produção. Somente a partir do desenvolvimento econômico inglês, que em sua evidente

superioridade impôs a concorrência ao conjunto das relações comerciais internacionais e às próprias nações europeias, que estas passam a ser crescentemente determinadas por relações capitalistas.

A acumulação de riquezas proporcionada pelas relações de comércio e pelo sistema colonial, o desenvolvimento do sistema bancário e financeiro e de formas cada vez mais refinadas da atuação do capital comercial e bancário também constituíram momentos absolutamente centrais para a *acumulação primitiva*, para a criação de um mercado adequado à grande indústria e, desta maneira, para a afirmação do modo de produção capitalista<sup>25</sup>. No entanto, estas relações são um pressuposto histórico não suficiente ao capitalismo, já que, se não se vinculam à mudança das relações no campo, permanecem incapazes de transformar a totalidade das relações sociais de produção e de impor a dinâmica estranhada da lei do valor. A prova do caráter dependente e limitado da manufatura e do comércio exterior, mesmo em suas formas mais desenvolvidas, se apresenta na incapacidade histórica apresentada pela França, e, de maneira ainda mais significativa, pela Holanda, em desenvolver a revolução industrial e a totalidade das determinações específicas ao capitalismo<sup>26</sup>.

Portanto, é a transformação das relações no campo na Inglaterra, onde a dinâmica estranhada de produção passa a dominar o centro da reprodução social, e tem como resultado a estruturação de um mercado interno também determinado por essa lógica de valorização que se constitui na base de desenvolvimento da produção capitalista. Novamente, é claro que para o salto qualitativo para a grande indústria estava pressuposta uma rede comercial internacional capaz de representar a demanda adequada à massa de produção das fábricas inglesas. Mas mesmo tal desdobramento histórico já pressupõe a existência das condições postas pela revolução das relações agrárias, a concentração dos meios de produção e a massa de trabalhadores despossuídos. De novo, é necessário buscar no desenvolvimento das contradições internas à sociedade feudal a “causa última” do desenvolvimento do imperativo à troca. A ação anterior do capital mercantil pode muito bem potencializar este processo, além de acelerar a constituição do capitalismo como uma força mundial, mas isso não significa que levaria necessariamente ao emergir do mesmo. Enfatiza-se, assim, a necessidade de se entender as origens agrárias do capitalismo, o emergir da configuração capitalista de toda a produção social a partir dos desdobramentos internos à ordem feudal.

---

<sup>25</sup> Marx, 2013, p.820-830.

<sup>26</sup> Ver Brenner, 1988, p. 71.

#### 1.4 O debate da transição e a transição dependente

A diferença central entre a transição *clássica* do feudalismo ao capitalismo e o processo de transição levado a cabo pela atuação imperialista de um capitalismo já bem estabelecido deve estar agora evidente. Enquanto o conteúdo da primeira é a emergência da relação do valor enquanto categoria central da reprodução social a partir das contradições e transformações operantes no interior de um modo de produção fundamentalmente voltado ao valor de uso, ou seja, a partir do processo em que o “valor emerge do valor de uso”, para a segunda a lei do valor já está posta e atua *realmente* como fator externo em sua tendência expansionista sobre os tipos distintos de sociedade. Portanto, uma vez estabelecido o modo de produção capitalista e plenamente firmadas suas tendências internas, este atua no sentido de desestruturar o restante das sociedades e de estabelecer a reprodução ampliada da própria contradição entre valor e valor de uso como fundamento de parcelas crescentes da humanidade, submetendo-a à força do capital.

Apreender a transição das sociedades pré-capitalistas ao capitalismo significa compreender, fundamentalmente, como se impõe em seu interior o imperativo à troca, como se coloca a configuração especificamente capitalista da reprodução baseada no mercado enquanto mediador inescapável do intercâmbio do produto social. A análise deve demonstrar como essas estruturas sociais, antes voltadas à reprodução de suas condições de vida postas e com estruturas de classes particulares, foram externamente coagidas pela força disruptiva do capital a terem reprodução social fracionada e efetivada por indivíduos independentes entre si, a partir da mudança forçada das relações de propriedade e do desenvolvimento correspondente das forças produtivas. Intimamente associada a esta determinação é a compreensão da ação do capital como uma força expropriadora, que promove a separação dos meios sociais de produção e os produtores diretos, promovendo também nestes espaços a criação de uma classe despossuída e pauperizada. A mercadoria como forma por excelência do produto do trabalho e a contradição social entre capital e trabalho devem ser ao mesmo tempo resultado do imperialismo capitalista e o fundamento de seu espraiamento enquanto modo de produção.

Desde já podemos nos colocar contra as interpretações que enxergam o mero contato comercial entre a sociedade capitalista e o tipo social diverso, com a introdução do impulso ao aumento da produtividade e a abundância de mercadorias, como suficiente ao efetivar da transição, mesmo para sociedades que já contavam com um sistema mercantil desenvolvido.

Caso fosse assim, estar-se-ia pressupondo uma racionalidade capitalista aos indivíduos que têm em verdade uma sociabilidade distinta, estaríamos voltando a visão das relações capitalistas como *possibilidade*. Portanto, o método de imposição do mercado enquanto mediador da reprodução social tem de envolver forças extra-econômicas que ajam diretamente contra a estrutura político-econômica da sociedade, do que podemos inferir a *necessidade* da violência enquanto momento central desse processo de transformação. Isso por si já explica em muito o porquê do envolvimento necessário de sua forma legal (o Estado) no processo de espraiamento do capital pelo mundo. Ou seja, pressuposta à efetividade dos canhões de mercadorias devemos encontrar a atuação dos canhões de balas de ferro.

Vimos que existe uma distinção objetiva entre as legalidades e tendências das relações econômicas internacionais postas pelo processo de desenvolvimento comercial, explícito desde meados do ano 1000 em diferentes lugares da Europa feudal e aprofundado após o século XV, e o mercado mundial enquanto produto do desenrolar da organização social capitalista. Apesar das complexas interações existentes entre os dois fenômenos, argumentamos, com base na historiografia, a impossibilidade de enxergar aí uma linearidade absoluta – o que implica que também não podemos igualar as grandes navegações, o período manufatureiro e o “sentido comercial” do processo de colonização com as determinações e formas de organização social fundadas no modo de produção capitalista. No interior de cada período operam categorias, mediações e dinâmicas distintas, e a ênfase em sua diferença se constitui como momento necessário para a compreensão e delimitação das particularidades e tendências do mercado mundial capitalista, da sua maneira específica de efetivar a transição ao capitalismo. Buscamos evitar assim a confusão com as legalidades de um período de transição onde ainda encontramos fortes determinações oriundas do modo de produção anterior e suas formas de reestruturação, e onde o impulso estranhado da lei do valor ainda não havia estabelecido plenamente suas próprias bases.

Entender o porquê da necessidade expansiva do capital deve ser o próximo passo da pesquisa, e compreender as legalidades internas ao fenômeno do imperialismo aparece como etapa importante para a análise das determinações do processo de transição dependente. O debate clássico do Imperialismo, ao enquadrar e sistematizar essa categoria em um momento histórico de consolidação do mercado mundial capitalista e de avanço das relações imperialistas sobre continentes inteiros, também oferece contribuições importantes ao tratar diretamente dos casos concretos de transição ao capitalismo. Conforme evidenciaremos, as contradições e legalidades imanentes à atuação expansiva do capital vão determinar não só as particularidades da passagem das distintas sociedades ao capitalismo, como também sua

forma de integração ao mercado mundial capitalista e as condições gerais de seu desenvolvimento econômico posterior.

## 2. O DEBATE CLÁSSICO DO IMPERIALISMO

O debate clássico do imperialismo ocorreu logo nas primeiras décadas do século XX e foi composto por diferentes pensadores marxistas que buscaram compreender quais foram as legalidades e mudanças que se operaram no interior do modo de produção capitalista e acabaram por conduzir à emergência de novos fenômenos tais como a constituição de grandes monopólios, a crescente hegemonia dos bancos, os impulsos expansionistas das nações industriais e as guerras cada vez mais violentas. Pelos anos imediatamente antecedentes e ao longo da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), pensadores como Hilferding, Lênin, Bukhárin, Rosa Luxemburgo, entre outros, buscaram traçar quais eram os fenômenos básicos que explicavam a particularidade daquele momento histórico, e, a partir desta análise, estabelecer qual era a estratégia e a prática necessárias à classe trabalhadora<sup>27</sup>.

A revolucionária polaca Rosa Luxemburgo teve como ponto de partida de sua análise a crítica aos chamados esquemas de reprodução, apresentados por Marx na última seção do Livro II de *O capital*. Da identificação de uma contradição entre os resultados teóricos de tais esquemas e o conjunto da obra *O capital*, além da própria insuficiência dos mesmos para a compreensão da realidade, a autora aponta seu suposto equívoco metodológico fundamental e demonstra, a partir de um reposicionamento analítico, a necessidade do modo de produção capitalista de se relacionar com formações econômicas que lhe são distintas. Conforme veremos, apesar de importantes problemas teóricos, a pensadora direcionou seu trabalho à análise concreta do processo de transição ao capitalismo levado a cabo pela atuação imperialista do capital, qualificando sua contribuição como a que mais sistematicamente contribuiu para nossa pesquisa. Por esse motivo, as análises de caso levantadas por Luxemburgo, sua explanação das características gerais do imperialismo e suas consequências para a estruturação das economias periféricas serão as primeiras a serem debatidas neste capítulo.

As contribuições de Lênin e Bukhárin procuraram apreender o contexto histórico específico das primeiras décadas do século XX a partir de um forte sentido de continuidade com relação às categorias desenvolvidas por Marx e pela incorporação das contribuições de Hilferding e de Hobson. Sua ênfase nas estruturas monopólicas como definidoras de uma

---

<sup>27</sup> Para uma apresentação sucinta do contexto histórico de emergência do debate clássico do imperialismo, suas principais contribuições e polêmicas, ver Corrêa (2012) e Caputo & Pizarro (1971).

nova fase do modo de produção capitalista foi a que obteve maior impacto teórico e político sob o pensamento marxista nas décadas posteriores, nos permitindo considerar tais autores como parte da “linha principal” do debate, tal como foi nomeada por Corrêa (2012, p. 63). À diferença do tratamento de Rosa Luxemburgo, onde é posta a centralidade das sociedades não-capitalistas para a acumulação de capital e onde, portanto, se exige o tratamento pormenorizado das condições sob as quais o capitalismo se estabelece, na “linha principal” do debate o eixo explicativo do fenômeno é identificado nas transformações ocorridas no interior das economias capitalistas industriais do final do século XIX, levadas a cabo pela afirmação de certas tendências mais gerais ao modo de produção capitalista. Assim, as consequências da ação expansionista do capital sobre as demais regiões não são tratadas tão detidamente como em Luxemburgo, oferecendo pouco material para a análise mais concreta da transição dependente. No entanto, e a despeito das perspectivas de Lênin e Bukhárin não estarem isentas de sérios problemas teóricos, elas oferecem elementos e posições extremamente importantes para a compreensão da maneira como se desenvolve o mercado mundial, e assim de como se estabelecem as relações de dependência mediante o espraiamento do modo de produção capitalista pelo mundo. Por isso, nos deteremos sobre seus trabalhos em um segundo momento.

## **2.1 A acumulação de capital de Rosa Luxemburgo**

### ***2.1.1 Os esquemas de reprodução e a realização externa do mais-valor***

O texto *A acumulação de capital*, publicado em 1913, é o principal aporte feito por Rosa Luxemburgo para a compreensão do que era o fenômeno do imperialismo, característica central do capitalismo do início do século XX. Particularmente na Seção III deste livro, a pensadora expõe de forma sistemática sua crítica aos esquemas de reprodução de Marx, e propõe uma análise das causas e consequências do movimento de expansão do capital por todo o mundo.

Os esquemas de reprodução são apresentados por Marx na seção III do Livro II de *O capital*. Com eles, se procura demonstrar qual é o movimento necessário que o produto do trabalho social precisa perfazer para que não só seja possível a satisfação das necessidades materiais do conjunto da população, mas para que também sejam colocadas as bases de um novo processo produtivo, ao mesmo tempo que são realizados os valores (e portanto, o mais-valor) produzidos no interior do processo capitalista de produção. Ou seja, procura-se

apreender quais são as relações básicas que precisam ser estabelecidas no processo de circulação do produto social, em sua unidade de valor e valor de uso<sup>28</sup>. Para tanto, Marx subdivide a totalidade da produção social em dois departamentos: o departamento de Meios de Produção (Departamento I) e o departamento de Meios de Consumo (Departamento II). Trata-se então de explicitar quais são as trocas que têm de ser estabelecidas entre esses dois departamentos para que seja efetivada a distribuição social dos meios de consumo e dos meios de produção, possibilitando a satisfação das necessidades sociais e colocando as bases de um novo processo de produção, ao mesmo tempo em que realiza as parcelas de valor referentes ao valor do capital constante, apenas transferido ao produto final, e ao valor novo derivado da utilização da força de trabalho, este por sua vez dividido entre o componente responsável por repor o que foi gasto com o capital variável e o componente referente ao mais-valor.

Deve-se destacar que dentro dos esquemas de reprodução as trocas têm de obedecer a proporcionalidades específicas, para que seja possível não só a plena realização do valor das mercadorias produzidas pelos dois departamentos, mas que este movimento seja ao mesmo tempo a satisfação das necessidades de consumo (produtivo e improdutivo) dos valores de uso produzidos socialmente. Assim, o Departamento I, ao mesmo tempo em que realiza a parte do produto sobressalente às suas próprias necessidades, atende as exigências materiais para a renovação do processo produtivo do Departamento II. Da mesma forma, o Departamento II, ao fornecer os meios de consumo necessários à renovação do capital variável e ao consumo improdutivo de parte do mais-valor produzido no Departamento I, realiza ao mesmo tempo o valor de suas próprias mercadorias. Utilizando essa metodologia de análise, Marx consegue demonstrar quais são as relações intersetoriais que precisam ser estabelecidas para que seja garantida a reprodução social, tanto no contexto que a totalidade do mais-valor produzido é consumido de maneira improdutiva (reprodução simples) quanto no caso que em que parcela deste mesmo mais-valor é capitalizada, ou seja, utilizada para a ampliação do processo de produção (reprodução ampliada).

Por todo *A acumulação de capital*, Rosa Luxemburgo demonstra sua interpretação dos esquemas de reprodução como a descrição dos movimentos *indispensáveis* ao modo de produção capitalista para sua reprodução normal. Assim, estes aparecem como a apresentação teórica do que é absolutamente necessário em termos objetivos da produção e circulação de mercadorias para que o seu funcionamento “adequado” seja alcançado, o que, caso não

---

<sup>28</sup> Para uma exposição detalhada dos esquemas de reprodução, ver Marx (2014). Ver também Luxemburgo (1985), para um detalhamento da análise da autora sobre os escritos marxiano e Carcanholo (1996) para uma perspectiva crítica das várias análises produzidas pela leitura dos esquemas de reprodução, inclusive a de Luxemburgo.



ocorra, colocaria problemas de realização, desproporções intersetoriais etc. – ou seja, as crises em geral. Para a autora a omissão das diferentes determinações da realidade concreta nos mesmos significaria, portanto, a sua incapacidade de apreender o funcionamento do capitalismo em si. E é justamente neste ponto que vai se centrar a crítica de Luxemburgo aos esquemas, ao destacar a contradição profunda entre os mecanismos da acumulação apresentados neles e outras tendências fundamentais, próprias ao modo de produção capitalista.

Em primeiro lugar, a autora aponta a ausência nos esquemas de reprodução da tendência ao aumento da composição orgânica do capital, derivada de sua própria característica de revolucionamento constante das forças produtivas. Como a reprodução social é baseada em relações de troca de formas materiais específicas (ou seja, é uma unidade de valor e valor de uso), estas seriam afetadas por mudanças na oferta e demanda das mercadorias produzidas devido à variação da produtividade de algum setor. A acumulação normal de determinados setores seria impedida por tais modificações, o que levaria, fatalmente, à impossibilidade de uma reprodução “equilibrada”, independentemente se esta mesma acumulação fosse “regulada” de forma a corresponder às novas condições estabelecidas. E isto porque, novamente, as relações intersetoriais são baseadas numa correspondência material das trocas, que exige determinadas proporcionalidades que seriam de qualquer modo transformadas. Assim, a colocação desta tendência do modo de produção capitalista significaria necessariamente a inviabilidade da reprodução “normal” dentro dos esquemas. Desta impossibilidade, deriva-se que os esquemas de reprodução do Livro II d’*O capital* só podem funcionar em um contexto de nenhuma mudança de produtividade.

Em um segundo momento, coloca-se também o problema de realização específica do mais-valor. Para a autora, os esquemas excluem a possibilidade de entesouramento de qualquer parte do mais-valor produzido, já que o não-gasto desse componente significa a não-realização de parte correspondente do produto social. Tal característica contrasta claramente com a realidade do entesouramento como situação normal da reprodução. Sendo este, inclusive, um dos pressupostos para ampliações importantes nas condições da acumulação, a sua inexistência significaria a impossibilidade destes “saltos” da produção. De outra forma, tais mudanças bruscas em determinados setores levariam novamente ao problema da proporcionalidade entre os diferentes ramos da produção social.

Por fim, Luxemburgo expõe a inadequação dos esquemas quanto às colocações feitas por Marx no Livro III d’*O capital*, principalmente a respeito da contradição crescente que o próprio capitalismo põe na relação entre as condições de produção e as condições de

realização do valor produzido socialmente. Esta incompatibilidade pode ser observada justamente pelo fato de os esquemas permitirem a ampliação ilimitada da produção, mediante a capitalização de um mais-valor cuja realização está sempre garantida. Para Luxemburgo, portanto, os esquemas falham por permitirem sempre a realização da totalidade do mais-valor produzido mediante as relações de trocas materiais entre os distintos setores, não evidenciando o modo como o capitalismo põe em si obstáculos para a realização da totalidade do produto do trabalho social, tal como Marx tratou diversas vezes. Assim,

O esquema exclui, porém, a contradição profunda e fundamental entre as capacidades de produção e de consumo, da sociedade capitalista, que periodicamente procura aliviar-se por meio das crises e impele o capital para a ampliação constante do mercado. (LUXEMBURG, 1985, p. 238)

Importante indicar que a noção que a autora apresenta de “ampliação de mercado” é a de realização das mercadorias produzidas em condições de consumo para além das que são derivadas das relações de produção propriamente capitalistas. Nos esquemas de reprodução, entretanto, encontramos somente as relações sociais específicas ao modo produção capitalista, e apenas suas duas classes fundamentais – a classe trabalhadora e os capitalistas, e a partir delas demonstram quais relações de troca têm de ser estabelecidas para a possibilidade de realização do conjunto da produção social. Luxemburgo, no entanto, aponta esse resultado como extremamente problemático.

Não resta, pois, a menor dúvida de que Marx queria descrever o processo de acumulação de uma sociedade constituída exclusivamente de capitalistas e operários, sob o domínio geral e exclusivo do modo de produção capitalista. De acordo com esses pressupostos, no entanto, seu esquema não permite nenhuma outra interpretação a não ser a da produção pela produção. (LUXEMBURG, 1985, p. 229)

Tal interpretação se baseia no fato de que nos esquemas de reprodução a capitalização total do mais-valor produzido só é possível através da realização de parte da produção social mediante as trocas entre os próprios capitalistas, a partir dos equivalentes que compõem parte deste mesmo mais-valor. Assim, por não encontrar limite em si, por não encontrar problemas para sua própria realização, a produção se revela como propulsora de sua própria expansão, e a finalidade última do capitalismo parece ser a “produção pela produção”.

A questão que, antes de mais nada, se coloca é a seguinte: Para quem produzem os capitalistas quando não consomem ou se abstêm, ou seja, quando acumulam? (...) Quem realiza, então, a mais-valia, que cresce sem parar? O esquema responde: são os capitalistas e somente eles. E o que fazem com essa mais-valia crescente? O esquema responde: usam-na para ampliar a produção cada vez mais. Esses capitalistas são, portanto, fanáticos adeptos da ampliação da produção, por amor à

própria ampliação da produção. Mandam construir máquinas novas para, como elas, construir outras máquinas novas. Daí não resulta uma acumulação de capital, mas uma produção crescente de meios de produção, sem nenhuma finalidade (...). (LUXEMBURG, 1985, p. 230-231).

Importante indicar que Marx, por todo *O capital*, demonstra que o objetivo da produção capitalista é a produção e apropriação de mais-valor. A partir do impulso de valorização do valor derivado da configuração específica do trabalho social no capitalismo, e do fato de que só é possível produzir mais-valor no próprio processo de produção, conforma-se objetivamente uma tendência à auto-expansão da produção capitalista, de fato, à “produção pela produção”, mas com uma finalidade específica: o lucro. Como argumenta Carcanholo,

A circulação do capital é formada por uma unidade, sempre em processo (movimento) de duas instâncias contraditórias: produção e circulação de mercadorias (mercado). Desta forma, o objetivo do capitalismo, a apropriação crescente de mais-valia, pressupõe a produção para nova produção sim! Mas com uma intermediação importante: a circulação de mercadorias, responsável pela realização do valor produzido. (...) Não é o pensamento de Marx que entra em um círculo vicioso, onde a produção é condição e resultado de outras produções, mas é a própria economia capitalista que, para exercer sua lógica de apropriação crescente de mais-valia, possui um movimento interminável no qual o capital passa pelas esferas produtiva e da circulação, ora em uma, ora em outra. (CARCANHOLO, 1996, p. 98)

Na interpretação de Luxemburgo, no entanto, este movimento interminável e *a priori* ilimitado do capital implica a impossibilidade de superação do capitalismo, dada sua reprodução ampliada ausente de dificuldades e contradições, e por isso mesmo “eterna”. A falha fundamental dos esquemas seria justamente a sua limitação às relações capitalistas propriamente ditas, limitação esta que leva por sua vez à uma série de contradições (teóricas) entre os mesmos e as determinações objetivas do capitalismo, que não permitem a apreensão do movimento real da acumulação como um todo. Em sua perspectiva, todas essas dificuldades apresentadas pelos esquemas de reprodução na sua tentativa de apreensão da realidade concreta podem ser derivadas de um equívoco metodológico geral de Marx. Para a autora, o pensador alemão falha ao dar continuidade ao método da abstração dos elementos mais aparentes de determinado objeto para que se possa capturar as suas relações categoriais essenciais, utilizado no Livro I de *O capital* para a análise das determinações fundamentais do processo de produção levado à cabo pelos capitais individuais. Na consideração do movimento do capital social, tal como é trabalhado a partir do Livro II, seria inescapável colocar o conjunto de determinações históricas que envolvem o processo de acumulação de capital. Caso contrário, não se poderia de forma alguma apreender seu real funcionamento.

Como expõe Rosdolsky (2001, p. 73) em relação ao pensamento de Luxemburgo: “Em sua opinião, só o capital individual permite uma abordagem abstrata, enquanto a categoria do capital social global deve representar uma realidade imediata. Daí seu frequente apelo à ‘realidade histórica’ contra a ‘ficção teórica’”.

Rosdolsky se propõe a fazer um contraponto à tal perspectiva metodológica, em defesa da adotada por Marx. Em primeiro lugar, com relação à diferença entre o tratamento feito nos Livros I e II de *O capital*, o autor elucida que

Ao contrário do que pensa Rosa Luxemburgo, o que caracteriza metodologicamente os diversos tomos de *O capital* não é o fato de que no primeiro deles Marx se limita à análise do capital individual, passando a considerar no segundo e no terceiro tomos o capital em suas vinculações sociais. Já no primeiro tomo, para fundamentar noções extremamente importantes, aparece muitas vezes a oposição entre as categorias de capital em geral e capital individual. (...) A principal diferença é a seguinte: os dois primeiros tomos não ultrapassam a análise do “capital em geral”, enquanto o terceiro supera esse limite, fazendo a passagem para a análise da “pluralidade de capitais” e de suas inter-relações, ou seja, do capital que existe “na realidade”. (ROSDOLSKY, 2001, p. 69)

Assim, o tratamento ainda “abstrato” presente nos esquemas de reprodução se justifica não só por ser um nível ainda muito próximo da essência dos fenômenos aqui estudados, mas também pelo seu sentido metodológico, de consideração das condições *gerais* necessárias à realização plena da totalidade do produto social. Desta maneira, quanto à suposta inadequação dos esquemas de reprodução para a representação do movimento concreto do capital social,

se quisermos seguir o que diz Rosa e vincularmos a exatidão das leis econômicas descobertas por Marx à observação estrita de todas às condições da “realidade histórica”, logo fica claro que não só os esquemas de reprodução, mas todos os resultados da investigação de *O capital*, são ficções. Para o empirismo, como se sabe, qualquer abstração teórica deve ser vista com desconfiança. (...) Em seu esquema abstrato de reprodução, Marx abriu mão de analisá-las [as demais determinações em que se processa a acumulação de capital], com razão, mas isso não quer dizer que, para compreender a “realidade” empiricamente considerada, se possa ignorá-las, assim como não se pode ignorar o “entorno histórico” do capitalismo. (ROSDOLSKY, 2001, p. 70)

Ou seja, o que há em verdade é uma incompreensão por parte de Luxemburgo do sentido metodológico dos esquemas de reprodução e do nível de abstração em que estes se situam. Como sintetiza Carcanholo,

é preciso considerar que os esquemas de reprodução fazem parte do Livro II de *O capital*, que trata da circulação do capital em geral, considerando o processo de produção *apenas* no que é indispensável para o entendimento da primeira – a teoria da produção no Livro II é pressuposta. Em outras palavras, o Livro II possui um grau de abstração muito elevado. A tentativa de aplicação dos esquemas de reprodução para o entendimento do concreto-real sem qualquer mediação, como

quer Rosa Luxemburgo, constitui uma falha metodológica grave. Desta forma, os esquemas de reprodução são limitados porque o escopo do Livro II é limitado. (CARCANHOLO, 1996, p. 95, grifos do autor)

No entanto, estabelecida para a autora a impossibilidade de se considerar satisfatória a apreciação feita por Marx nos esquemas de reprodução, coloca-se o problema fundamental da realização do mais-valor produzido no interior do capitalismo. É somente quando, em acordo com o posicionamento metodológico da autora, a reprodução social é tratada como efetivada por um único capital, que transparece o problema da realização do produto social no interior do modo de produção capitalista, mais especificamente da parte do mais-valor destinada ao reinvestimento produtivo. A parte de valor apenas conservada pelo trabalho social, referente ao capital constante, encontra sua possibilidade de realização pelos próprios gastos dos capitalistas com meios de produção. Quanto ao valor novo produzido, tanto os salários quanto o próprio fundo de consumo dos capitalistas garantem a realização do valor equivalente ao gasto com o capital variável e de parte do mais-valor. É, no entanto, a parcela deste último voltada à capitalização que acaba por não encontrar equivalente no interior da esfera econômica em que foi produzido, o que constitui em um flagrante “problema sem solução” para o prosseguimento da reprodução ampliada do capital social<sup>29</sup>. Esta contradição aponta para a exigência objetiva do modo de produção capitalista de transcender os limites de suas próprias relações.

Mas é exatamente a análise global da reprodução simples em Marx, bem como a característica do processo capitalista total, que (...) contém implicitamente uma solução para o problema da acumulação (...). O próprio esquema da reprodução ampliada, depois de examinado mais de perto, nos aponta em todos os sentidos, e transcendendo as próprias relações, para relações que se situam para fora da produção capitalista e da acumulação. (LUXEMBURG, 1985, p. 241)

Desta maneira, a impossibilidade de realização interna da parte a ser capitalizada do mais-valor seria um problema *real* do capitalismo, que só poderia ser sanada mediante a realização desta fração do valor em formações econômicas não-capitalistas. Ou seja, a

---

<sup>29</sup> Vale notar que neste método de análise proposto desaparece a vinculação do valor de uso com o processo de acumulação, sendo que é justamente a relação deste com o valor que permite a apreensão da possibilidade de realização da totalidade da produção social no interior do capitalismo. Como ressalta Carcanholo (1996, p. 97): “Os esquemas de reprodução analisam a circulação de mercadorias, levando em consideração o fato de que a mercadoria é uma unidade contraditória entre valor e valor de uso. Assim, a realização das mercadorias seria um processo de realização não só do valor, mas deste materializado em valores de uso específicos. Ao privilegiar o aspecto quantitativo da realização, Rosa Luxemburgo não tratou do seu aspecto qualitativo. Para os esquemas de reprodução, interessa a análise do quanto é realizado e do que é comprado. Isto a leva a perder de vista as compras intersetoriais (consumo intermediário), que é o elo teórico que lhe falta para entender o significado de que são os próprios capitalistas que demandam a mais-valia”.

reprodução “normal” (isto é, sem crises e desequilíbrios) do modo de produção capitalista só seria possível mediante a compra de parte do produto social produzido internamente neste modo de produção por modos de produção distintos, em sua interação constante com modos que lhe são diversos. O capitalismo exigiria, portanto, para seu funcionamento a presença “ao seu lado” de formas de sociabilidade diferenciadas.

A obrigação de realização externa da parte do mais-valor a ser capitalizado não é, entretanto, o único componente explicativo da necessidade de o capitalismo se expandir para além de suas próprias fronteiras. O prosseguimento da reprodução ampliada, concomitantemente à elevação da composição orgânica do capital, coloca exigências materiais para o modo de produção capitalista que, se fossem resolvidas apenas internamente, levariam a limitações das possibilidades de acumulação, da reprodução ampliada “via saltos”. A busca desses pressupostos objetivos da reprodução capitalista, ou seja, meios de produção e força de trabalho, para além do que se coloca por ela mesma, é assim necessária para a sua expansão não-constrangida.

Assim, o capitalismo buscou historicamente nas formas sociais que lhe são distintas os valores de uso indispensáveis ao prosseguimento de seu processo de reprodução ampliada, de maneira a reunir e subordinar a si a totalidade dos recursos, forças naturais e elementos humanos disponíveis no mundo<sup>30</sup>. No caso destes últimos, é explícita a necessidade da

transição constante da força de trabalho, passando de condições não-capitalistas para capitalistas, produto que não é excedente do modo de produção capitalista mas do modo pré-capitalista, já em processo progressivo rumo ao colapso e à decomposição. Neste se inclui não somente a destruição da economia camponesa europeia e do artesanato desta, mas também a destruição das mais variadas formas de produção, inclusive das sociedades primitivas, nos países não-europeus. (LUXEMBURG, 1985, p. 248)

Torna-se translúcida, aqui, como a atuação desagregadora do capital sobre os distintos modos de produção é, ao mesmo, a subordinação dos pressupostos materiais de sua

---

<sup>30</sup> “o aumento incessante da produtividade do trabalho implica e se vincula, por outro lado, à utilização ilimitada de todas as matérias e condições que a Natureza e a terra põem a sua disposição. *Nesse sentido e em função de sua natureza e de sua forma de existência, o capital não admite nenhuma limitação. (...) Em sua ânsia de apropriação das forças produtivas com vistas à exploração, o capital esquadrinha o mundo inteiro, procura obter meios de produção em qualquer lugar e os tira ou os adquire de todas as culturas dos mais diversos níveis, bem como de qualquer forma social. (...) Uma das condições prévias indispensáveis ao processo de acumulação, no referente a sua elasticidade e sua capacidade súbita de ampliação, é a rápida inclusão de novos territórios de matérias-primas, de proporções ilimitadas, a fim de poder enfrentar tanto as vicissitudes e interrupções eventuais no abastecimento de matérias primas dos antigos fornecedores, quanto a ampliações súbitas das necessidades sociais. (...) É somente o capital dotado dos respectivos meios técnicos que consegue executar a mágica de criar revoluções tão maravilhosas em tão curto tempo. Somente em solo pré-capitalista, de relações sociais mais primitivas, é que o capital consegue exercer tamanha influência sobre as formas produtivas materiais e humanas, a ponto de criar tais prodígios” (LUXEMBURG, 1985, p. 245-246, itálico no original).*

reprodução nestes mesmos espaços, garantindo a disponibilidade do elemento que lhe é indispensável, a força de trabalho<sup>31</sup>. Luxemburgo propõe que para assentar para si esta disponibilidade de mão-de-obra, o capital tem necessariamente de agir sobre as outras formações socioeconômicas no sentido de expropriar das populações locais as possibilidades de sua reprodução autônoma, ou seja, de impossibilitar a sua existência material fora das condições de obrigatoriedade de venda de sua força de trabalho. Trata-se, assim, de diluir as distintas formas do trabalho social que não sejam dominadas pelas relações mercantis e de promover o processo de separação dos produtores diretos de seus meios de vida. Para tanto, é indispensável a utilização de métodos extraeconômicos, necessariamente violentos, e a efetivação do conjunto da humanidade como classe trabalhadora é assim fruto das tendências próprias da acumulação do capital e de sua expansão nada pacífica.

O capitalismo, portanto, ao mesmo tempo em que necessitaria para seu funcionamento da existência de formas de sociabilidade de que lhe são estranhas, agiria sobre estas, dissolvendo-lhes progressivamente. Evidenciar-se-ia assim a “contradição dialética do movimento de acumulação capitalista, que exige um meio ambiente de formações sociais não-capitalistas” (LUXEMBURG, 1985, p. 251). Para Luxemburgo, capitalismo efetivamente se baseia na contradição entre mercado interno (ou seja, as regiões em que este modo de produção é dominante) e mercado externo (todas as formações que lhe são distintas)<sup>32</sup>. Assim, percebe-se uma dupla via explicativa da tendência expansiva própria ao capitalismo. Uma, mais relacionada às necessidades de valorização do capital social, de confirmação fora do próprio sistema da porção de valor a ser capitalizada. Outra, ligada às suas exigências materiais, aos valores de uso indispensáveis à reprodução ampliada e ilimitada deste modo de produção. No entanto, estes dois aspectos não são, de forma alguma, autônomos entre si. Deve-se lembrar que a parte de valor a ser realizada externamente existe em valores de uso específicos, em determinada porção do produto social, a ser comprada por formas sociais

---

<sup>31</sup> Deve-se sublinhar que por toda argumentação desenvolvida sobre este elemento em particular Luxemburgo demonstra um marcante lapso quanto ao tratamento da lei geral da acumulação capitalista, evidenciada por Marx ainda no Livro I d’*O capital* e que demonstra a tendência própria ao capitalismo de conformar, em sua reprodução normal, uma superpopulação relativa, fruto da queda da demanda relativa da força de trabalho (derivada da tendência de aumento da composição orgânica do capital), e disponível em si aos interesses da acumulação. Além disso, a autora faz uma identificação direta e substancialmente problemática entre os mecanismos de conformação desta superpopulação relativa e a acumulação primitiva de capital, processo de expropriação que coloca os pressupostos materiais da reprodução capitalista.

<sup>32</sup> “Do ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é o mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumidora de seus próprios produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. Do ponto de vista econômico, a Alemanha e Inglaterra constituem, em sua troca recíproca, um para a outra, mercados capitalistas internos, enquanto as trocas entre a indústria alemã e seus consumidores ou produtores camponeses alemães representam, para o capital alemão, relações de mercado externo” (LUXEMBURG, 1985, p. 251).

distintas. Da mesma maneira, a busca por elementos materiais para além dos que são produzidos no interior do sistema não é uma busca fundada em si mesma. Ela é exigida pela própria reprodução ampliada, baseada por sua vez na ânsia capitalista de valorização ilimitada do valor. Por fim, ambas as dimensões são derivadas do próprio movimento expansivo do capital, inerentes, portanto, ao ciclo do capital e sua acumulação.

### ***2.1.2 Valor, valor de uso e a transição dependente***

Para tratar do movimento histórico de interação da acumulação do capital sobre as formas de sociedade não-capitalistas, Luxemburgo (1985, p. 253) identifica que “nesse processo há três fases a distinguir: a luta do capital contra a economia natural, a luta contra a economia mercantil e a concorrência do capital no cenário mundial, em luta pelas condições restantes de acumulação”.

Sabemos que as camadas sociais não-capitalistas não são *a priori* capazes de satisfazer as necessidades da acumulação, enquanto mercado e fonte de meios de produção e de força de trabalho. A configuração específica do trabalho e do intercâmbio social nas mesmas as impede de servir para este fim, e Luxemburgo explana o constrangimento à reprodução do capital representado pela *economia natural*. Esta última aparece como englobando todos os modos de produção em que o acesso ao trabalho social não é feito pela troca de mercadorias (onde, portanto, a produção não é orientada à obtenção de valor) e onde existe algum tipo de associação entre os produtores diretos e seus meios de produção. Coloca-se assim a necessidade de se efetuar a expropriação desses mesmos produtores e de se fracionar o trabalho e intercâmbio social, de maneira que as relações mercantis se imponham objetivamente como inevitáveis. Para tanto, o capital necessariamente tem de se utilizar de instrumentos extraeconômicos, se servindo principalmente da violência estatal.

Os objetivos econômicos que o capitalismo persegue em sua luta contra as sociedades de economia natural são, especificamente, os seguintes: 1) Apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terras, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como borracha etc.; 2) ‘Liberar’ força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho; 3) Introduzir a economia mercantil; 4) Separar a agricultura do artesanato. (LUXEMBURG, 1985, p. 254)

Note-se que os dois primeiros objetivos apresentados estão mais intimamente relacionados ao aspecto da subordinação ao capital de seus pressupostos materiais



mundialmente disponíveis, enquanto os dois últimos à necessidade de garantir a realização externa de seu mais-valor. A síntese de tais desígnios é a efetivação de uma prática expropriadora sobre os modos de produção não-capitalistas, que ao mesmo tempo age no sentido de fracionar a forma do trabalho social, mudando violentamente tais relações de produção. Desta maneira, a necessidade da violência extraeconômica estaria presente não só na emergência do modo de produção capitalista (onde a autora localiza temporalmente a categoria da acumulação primitiva), mas seria uma característica inerente de seu funcionamento.

As análises históricas de Luxemburgo demonstram que a ocupação militar direta, as guerras comerciais e os instrumentos políticos derivados desta atuação violenta do capital levaram a mudanças forçadas das relações de propriedade, as quais condicionaram formas distintas de interação no interior da produção e apropriação dos frutos do trabalho social. Impuseram-se novas contradições de interesses no interior da sociabilidade existente, além de potencializar as que já estavam presentes. Como produto incontornável de tais mudanças, se produziu a desestabilização da reprodução social como um todo. Em consequência da interferência direta do capital no conjunto dessas relações sociais, emergiram também novos grupos cujos interesses colidiram diretamente com a antiga estrutura produtiva. Assim, essas novas classes aceleraram o processo de expropriação, colocando ao mesmo tempo os pressupostos para a plena atuação do capital sobre essas regiões. Neste sentido, essa atuação também é devastadora por promover a degradação direta dos elementos materiais de sua infraestrutura pré-capitalista para acelerar assim a ruína dos produtores diretos.

O processo de expropriação e fracionamento do trabalho social levado à cabo pelo capital é, ao mesmo tempo, também a introdução forçada da condição subordinada da estrutura produtiva desses territórios, que se vêem constrangidos a cumprir o papel de espaço de realização do mais-valor produzido e de fornecedores das mercadorias necessárias à reprodução ampliada deste mesmo capital. Tudo isto não significa, porém, a separação imediata e completa entre os produtores diretos e seus meios de produção. Em verdade, para a autora, a introdução da circulação de mercadorias resultaria num modo de produção denominado economia mercantil simples, onde ainda não existiria em si o impulso autossustentado de valorização de capital. Somente na concorrência do próprio capital estrangeiro contra esta economia (onde ainda estariam intimamente ligados a produção camponesa e o artesanato) seria completada a transição de tais sociedades ao capitalismo, mediante a disputa destas com a indústria moderna, a utilização da violência, os processos de

endividamento e expropriação dos pequenos produtores – no qual o moderno sistema bancário assume papel particularmente relevante<sup>33</sup>.

Em síntese,

O capitalismo combate e suprime, onde pode, a economia natural, a produção de subsistência e a forma combinada da agricultura com o artesanato; implanta em seu lugar a economia mercantil. O capitalismo necessita da economia mercantil para vender sua própria mais-valia. A produção mercantil é a forma geral, que permite ao capitalismo desenvolver-se. Uma vez expandida a produção mercantil sobre as ruínas da economia natural, inicia-se a luta do capital contra esta última. O capitalismo passa a concorrer com a economia mercantil; após dar-lhe vida, disputa-lhe seus meios de produção, sua força de trabalho e seu mercado. Seu objetivo original era separar os produtores, desligá-los da proteção da comunidade, separar, depois, a agricultura do artesanato, e separar, por fim, os pequenos produtores mercantis de seus meios de produção. (LUXEMBURG, 1985, p. 275)

Ou seja, a ação do capital sobre os modos de produção que lhe são estranhos não coloca diretamente sua própria estrutura social. Haveria, em primeiro momento, a introdução forçada das relações mercantis. Com a emergência de uma “economia mercantil simples”, ter-se-ia a possibilidade de realização externa do mais-valor produzido internamente ao capitalismo, que, como já vimos, seria condição inescapável para o prosseguimento da acumulação do capital. Em um segundo momento, o capital passaria a suprimir as bases desta mesma “economia mercantil simples” que ele põe. Assim, busca a expropriação completa dos produtores diretos, para que possa subordinar à sua lógica o máximo possível tanto de força de trabalho quanto de meios de produção. O pôr-se do modo de produção capitalista é, desta maneira, tanto em sua gênese histórica quanto em seu espraiamento sobre o mundo, um processo de disputa e dissolução de formas sociais que ele encontra e que ele mesmo faz desenvolver, ainda que temporariamente.

Esta percepção sobre o processo de transição ao capitalismo levado a cabo pela atuação expansiva do capital seria, no entanto, bastante complicada. Em primeiro lugar, este é tratado teoricamente em identidade absoluta com o processo “clássico” da transição, o que apaga várias de suas diferenças fundamentais e necessárias. Além disso, a autora demonstra defender uma defasagem temporal necessária entre os efeitos disruptivos e expropriadores do capital sobre o trabalho social, donde deriva a exigência da “economia mercantil simples”, categoria em si bastante problemática. Em Callinicos podemos encontrar um contraponto à esta análise, expondo que não é possível compreender o processo de separação do trabalho

---

<sup>33</sup> Aqui aparecem como particularmente importantes os instrumentos fiscais, impostos mediante o domínio militar direto ou pelo mecanismo da dívida externa, como maneira de levar a cabo a degradação material do conjunto dos produtores diretos e efetivar a expropriação de seus meios de produção. Ver Luxemburg (1985, p.261)

social em “unidades de produção autônomas, especializadas e interdependentes através da troca de seus produtos no mercado” e a separação entre “produtores diretos e donos dos meios de produção, que implica a transformação da força de trabalho em mercadoria” como dois movimentos distintos.

Apesar de Marx apresentar essas duas separações em pontos distintos de sua análise em *O Capital* - respectivamente na Seção I e Seção II do livro I, elas são de fato interdependentes. Em outras palavras, a transformação da força de trabalho em mercadoria é possível apenas em um sistema generalizado de produção de mercadorias; assim, apenas nessas circunstâncias os meios de consumo estão disponíveis no mercado para que os trabalhadores os comprem com seus salários. Correlativamente, é apenas onde os meios de produção são eles mesmos mercadorias - o que pressupõe sua separação dos produtores diretos - que as unidades de produção são completamente dependentes do mercado e, portanto, sujeitas à lei do valor. (CALLINICOS apud MIRANDA, 2016, p. 164. Tradução livre feita por Miranda)

Se Luxemburgo defende uma defasagem temporal necessária entre os efeitos disruptivos e expropriadores do capital sobre o trabalho e intercâmbio social e, conseqüentemente, a necessidade da categoria de “economia mercantil simples”, tal posição se não justifica direta e nem necessariamente de uma compreensão historicista do primeiro capítulo d’*O capital*, apesar de esta também estar presente no trabalho aqui analisado. Em verdade, é exigência da teorização luxemburguista a existência de um modo de produção baseado em pequenas unidades produtivas, onde há certa união entre os produtores diretos e ao mesmo tempo o predomínio do mercado. Isto porque o capital necessita, ainda que temporariamente, de um espaço em que, mediante as relações mercantis, possa realizar parte de suas mercadorias (justamente aquelas que representam o mais-valor a ser capitalizado), mas que não produza mais-valor, caso contrário perder-se-ia toda a lógica de sua constituição necessária. O capitalismo é “empurrado adiante” justamente porque, por seus processos internos de concorrência e expropriação, ele não consegue preservar tais espaços, colocando assim a necessidade de sua expansão por sobre outros domínios. Torna-se evidente, por fim, a questão do que se passaria ao modo de produção capitalista quando este completasse seu processo de domínio sobre o mundo, ou seja, quando não mais existissem espaços não-capitalistas que permitissem a continuidade do ciclo do capital.

Alcançado o resultado final - que continua sendo uma simples construção teórica -, a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento em que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso,

a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital. (LUXEMBURG, 1985, p. 285)

O mesmo movimento de espraiamento do modo de produção capitalista pelo mundo coloca as condições de seu “declínio” e dissolução, já que se aproxima o ponto histórico em que não existirão mais espaços externos que permitiram a sua reprodução ampliada. A categoria do imperialismo aparece, assim, como a fase que delimita o “período final da trajetória histórica do capital”<sup>34</sup>. O momento em que o capitalismo não poderá mais se expandir será, segundo Luxemburgo, o momento em que será colocada concretamente a reprodução capitalista tal como ela é trabalhada por Marx nos esquemas de reprodução. Será também o momento de dissolução deste modo de produção em si.

A acumulação não é simples relação interna entre os dois ramos da produção capitalista, mas, sobretudo, uma relação entre o capital e o meio não-capitalista, na qual os dois grandes ramos da produção no processo de acumulação seguem, em boa parte, de forma independente e autônoma, um do outro, de modo que os movimentos de ambos se cruzam e se interligam. (...) O esquema marxista da acumulação é apenas a expressão teórica daquele momento em que a dominação do capital terá alcançado sua última barreira, sendo, dessa maneira, uma ficção teórica como sucede com o esquema da reprodução simples, que formula teoricamente o ponto de partida da produção capitalista. É justamente entre essas duas ficções que se insere o conhecimento exato da acumulação de capital e suas leis. (LUXEMBURG, 1985, p. 285)

Portanto, o estudo do capitalismo e de suas tendências imanentes é localizado em um ponto teórico anterior ao tratado por Marx nos esquemas de reprodução, em que se fazem presentes as formações sociais “estranhas”, necessárias para a acumulação de capital e sua reprodução ampliada. O erro de Marx, segundo a autora, é justamente não ter percebido tais exigências da realidade concreta.

---

<sup>34</sup> “A fase imperialista da acumulação de capital ou a fase da concorrência capitalista internacional compreende a industrialização e a emancipação capitalista das antigas zonas interioranas do capital em que este processava à realização de sua mais-valia. Os métodos operacionais específicos dessa fase são representados pelos empréstimos estrangeiros, pela construção de ferrovias, por revoluções e guerras” (LUXEMBURG, 1985, p. 287).

## 2.2 A “linha principal” do debate clássico do imperialismo

### 2.2.1 *Lênin e a monopolização como essência do imperialismo*

O livro de Lênin *Imperialismo: fase superior do capitalismo* pode ser considerado o texto de maior impacto político e teórico do debate clássico do imperialismo. Escrito em 1916 e publicado no ano seguinte como um folheto popular, seu objetivo era fazer uma análise das causas profundas que desencadearam a Primeira Guerra Mundial, colocando o horizonte político da revolução socialista em um momento de forte embate contra as posições reformistas assumidas pelos partidos socialdemocratas. Por aparecem aqui de maneira mais clássica e sintética as bases teóricas da “linha principal” do debate, o tomaremos como base de análise desta corrente.

O ponto de partida teórico de Lênin está nos processos de concentração e centralização de capitais, descritos por Marx em *O capital*, além da própria tendência ao aumento das forças produtivas. Para o autor, a afirmação histórica destas legalidades leva à conformação de unidades produtivas cada vez maiores, que efetivam processos de acumulação cada vez mais intensos e em escala crescente. O prosseguimento da concentração e centralização destas empresas engendra, em determinado momento, uma mudança qualitativa no domínio da vida econômica social, que passa a ser cada menos determinada pela livre concorrência entre os diversos capitais e cada vez mais monopolizada. Tem-se como resultado que ramos inteiros da produção social se tornam subordinados ao domínio de pouquíssimas empresas. Sua enorme capacidade econômica lhes garante uma condição de hegemonia em meio à concorrência do mercado, o que permite, por sua vez, uma maior racionalização da organização do trabalho social.

Os desenvolvimentos descritos assumem particular importância quando se efetivam no setor bancário da economia. De fato, o processo de centralização que se manifesta no interior do capital bancário leva a uma mudança qualitativa no sentido de sua atuação, e a monopolização resultante é sinônimo da preponderância desta espécie de capital sobre a totalidade dos recursos sociais, seja em forma monetária, seja em meios de produção. Tem-se como resultado a subordinação do conjunto das instituições bancárias à estas imensas empresas, efetivando a centralização dos recursos sociais sob esse tipo de capital, portanto subordinando à sua vontade o conjunto da produção social. Os bancos aparecem, ao longo de sua centralização, como um elemento absolutamente dominante sobre o conjunto dos outros setores da produção, sendo capaz de discriminar o destino destes de acordo com sua vontade.

A monopolização do capital bancário é desta maneira a imposição da relação de subordinação da indústria a ele mesmo. O imenso aporte dos recursos sociais centralizados e a consequente limitação de seu acesso coloca nas mãos dos bancos o destino das empresas industriais, tanto das pequenas quanto das grandes. Estabelecem-se laços cada vez mais densos entre tais formas do capital, conformando uma interpenetração baseada na hegemonia do capital bancário. Esta interpenetração crescente entre os capitais bancários e industriais, com predomínio dos primeiros, coloca uma mudança qualitativa em sua atuação, levando assim à conformação de uma nova categoria: a do *capital financeiro*.

Toda a linha argumentativa desenvolvida até o momento demonstra a força da influência de Hilferding no pensamento de Lênin, em especial na afirmação por parte deste último da centralidade do capital financeiro para as transformações ocorridas no modo de produção capitalista no início do século XX<sup>35</sup>. O avanço teórico de Lênin está em sua ênfase na derivação da categoria do capital financeiro dos processos históricos de centralização e concentração de capitais, dos quais derivam uma nova “fase” histórica do modo de produção capitalista. Neste período qualitativamente novo, nomeado *imperialismo*, necessário e desdobrado das leis internas ao capitalismo, o capital financeiro passa a atuar sobre a totalidade do tecido social, servindo de instrumento de expropriação, potencializando a mercantilização da vida humana e colocando elementos para sua instabilidade crescente.

O fim da livre-concorrência determinado pela monopolização do conjunto da economia e a subordinação da produção social ao capital bancário permite um grau de concentração e centralização crescente dos recursos produtivos sociais, colocando uma organização e racionalização do trabalho social nunca vista, sendo assim colocadas as bases materiais de um modo de produção “superior”. A reprodução material da sociedade já não é mais mediada pelo mecanismo “anárquico” do mercado sob a livre concorrência, mas sim dominada por grandes empresas que em sua reprodução ampliada desenvolvem a socialização crescente da produção: “A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta o imenso progresso na socialização da produção” (LÊNIN, 1979, p. 25).

No entanto, ao mesmo tempo que a produtividade social é ampliada devido à conformação de empresas cada vez maiores e ao próprio avanço acelerado da acumulação, colocam-se entraves à continuidade do incremento das forças produtivas. Lênin defende que o processo de monopolização da vida econômica acaba por contradizer as “bases mais gerais” da concorrência e da inovação tecnológica, próprias ao capitalismo. Por ser oposto à

---

<sup>35</sup> Ver Hilferding (1985), em especial a parte quinta do livro.

concorrência, e assim ao impulso de aumento das forças produtivas, o monopólio acaba por colocar uma tendência à “estagnação e decomposição” do modo de produção.

Como vimos, a principal base econômica do imperialismo é o monopólio. Este monopólio é capitalista, isto é, nasceu do capitalismo; e, nas condições gerais do capitalismo, da produção mercantil, da concorrência, ele está em contradição permanente e inevitável com estas condições gerais. Entretanto, como monopólio que é, gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e a decomposição. Na medida em que se estabelecem, ainda que momentaneamente, preços de monopólio, isso fará desaparecer até certo ponto os estímulos do progresso técnico e, por consequência, de qualquer outro progresso; e então, torna-se possível, no *plano econômico*, travar artificialmente o progresso técnico. (LÊNIN, 1979, p. 98-99)

Neste momento é que se põe de maneira mais evidente um dos pressupostos básicos da perspectiva trabalhada: a de que existe uma contradição entre *monopólio* e *concorrência*, ou seja, a afirmação de que a constituição de empresas cada vez maiores no interior de uma economia obstaculiza os mecanismos próprios da disputa intercapitalista, possibilitando a utilização de mecanismos de apropriação de “mais-valor extraordinário” e colocando entraves à efetivação da tendência ao aumento das forças produtivas. Aqui, a afirmação da posição de dominância de determinadas empresas põe entraves aos mecanismos básicos do modo de produção capitalista, engendrando mudanças significativas em seu funcionamento e tendências. Resultado das legalidades internas à concorrência de capitais, os monopólios desenvolvem novas determinações no interior do modo de produção capitalista ao dissolver os fundamentos que permitiram sua emergência, levando por isso mesmo à uma fase histórica qualitativamente nova e necessária, o *imperialismo*. Para Corrêa, entretanto, esta concepção de concorrência vinculada ao número de empresas que lutam no mercado e às condições em que esta luta se desenvolve é, entretanto, estranha ao corpo teórico marxiano. Em verdade, para Marx,

a concorrência pode ser entendida como forma fenomênica pela qual se realiza a natureza interna do capital. Para enfatizar: se (...) o capital é uma relação social autonomizada que se contrapõe aos sujeitos como algo que lhes é externo, na concorrência todo capitalista se vê submetido a imperativos externos – e embora ao capitalista essa coerção pareça obra da concorrência, esta não faz mais que realizar o conteúdo da relação capital (garantir a maior valorização possível do valor). Assim, os imperativos do capital manifestam-se concretamente em interesses antagônicos no interior da classe capitalista, na luta incessante entre capitais pelo maior mais-valor possível – cujo resultado é, frequentemente, a destruição de capacidade produtiva, mediante a expulsão do mercado daqueles capitais mais fracos, ou a sua assimilação pelos mais fortes por meio da centralização. Na medida em que a centralização dá ensejo à reprodução em escala cada vez mais ampliada do capital, ela permite a ampliação também da base sobre a qual operam as relações capitalistas, subjugando frações cada vez maiores da humanidade a relacionarem-se entre si por meio das relações de produção capitalistas e permitindo a valorização cada vez maior do capital. Portanto, o que fazem os múltiplos capitais de interesses

antagônicos na concorrência não é contrariar, mas realizar as leis de operação da sociedade capitalista, sobretudo, a lei do valor. (CORRÊA, 2012, p. 38-39)<sup>36</sup>

Ou seja, por ser o mecanismo por meio do qual se efetivam as tendências mais gerais do capitalismo, ampliando em si os espaços onde se efetivam as relações próprias a este modo de produção, a concorrência não pode ter como resultado senão a confirmação e reprodução em escala ampliada da lei do valor. Desta maneira, na afirmação da concorrência, por meio inclusive da concentração e centralização de capitais, são recolocadas e potencializadas as condições da luta intercapitalista: “a noção marxista de concorrência define um processo, não um estado. Descreve um processo destrutivo e antagônico, não uma fantasia de equilíbrio. Por concorrência entre capitalistas, descreve uma guerra” (SHAIKH, 1990, p. 84)<sup>37</sup>. Como aponta Shaikh, a noção de concorrência da qual se utilizam os teóricos da “linha principal” do debate está em verdade muito mais vinculada às teorizações burguesas da economia política neoclássica. Por compreenderem, no entanto, que Marx compartilhava dessa concepção, e que desta maneira as leis tendenciais por ele descobertas dependiam da manutenção da “livre-concorrência”, esses pensadores marxistas derivaram que o aparecimento das grandes organizações industriais no início do século XX colocaria mudanças qualitativas na estrutura econômica social, tornando agora insuficientes e datadas as contribuições marxianas.

Finalmente, existe a afirmação comum de que ‘a situação definida por Marx em *O capital* [é] baseada nas condições de mercado do século XIX’, enquanto o caso tratado por Hilferding-Lênin-Sweezy é fundamentado em uma ‘ciência social baseada na realidade’, que reconhece a ‘tendência para a monopolização na economia capitalista’. (...) A visão sobre concorrência a qual a escola marxista do capitalismo monopolista defende nunca foi válida, nem à época e nem agora, e este fato parece lhes ter escapado completamente. (SHAIKH, 2016, p. 355)<sup>38</sup>

Assim, cria-se a ilusão de existiu uma “era da livre-concorrência”, sobre a qual se baseou a construção teórica de Marx em *O capital*, e a qual foi suprimida pela ascensão dos grandes monopólios, na emergência de uma nova etapa histórica do modo de produção

---

<sup>36</sup> “Conceitualmente, a concorrência nada mais é do que a natureza interna do capital, sua determinação essencial, que se manifesta e se realiza como ação recíproca dos vários capitais uns sobre os outros, a tendência interna como necessidade externa.) (O capital existe e só pode existir como muitos capitais e, conseqüentemente, a sua autodeterminação aparece como ação recíproca desses capitais uns sobre os outros.)” (MARX, 2011, p. 338).

<sup>37</sup> Tradução livre de “la noción marxista de competencia define un proceso, no un estado. Describe un proceso destructivo y antagónico, ni una fantasía de equilibrio. Por competencia entre capitalistas describe una guerra”.

<sup>38</sup> Tradução livre de “Finally, there is the standard claim that “the case established by Marx in *Capital* [is] based on nineteenth-century market conditions” while the Hilferding–Lenin–Sweezy case is grounded in a “reality based social science” which recognizes the “tendency towards monopolization in the capitalist economy.” (...) The vision of competition to which the Marxian monopoly capitalism school pledges its allegiance was never valid, not then and not now and this fact seems to have escaped them entirely.”



capitalista. Apesar de se manterem suas bases mais gerais, essas novas condições históricas indicavam a necessidade de desenvolver a herança teórica deixada por Marx, abrangendo as novas determinações emergentes. No entanto, aqui encontramos uma compreensão problemática do sentido metodológico de *O capital*, onde as leis nele descritas são apreendidas como próprias da fase da “livre-concorrência” do modo de produção analisado, e não como inerentes ao próprio capitalismo. Isto implica em uma confusão entre o caminho teórico de *O capital*, de apreensão e desenvolvimento de relações objetivas mais abstratas para mais concretas, no tratamento de categorias que são todas *gerais* ao modo de produção capitalista, e a forma de manifestação destas em regiões e períodos históricos contingentes.

ao confundirem-se movimentos teóricos que vão daquilo que é mais abstrato para o que é mais concreto, com as análises que vão daquilo que é geral (entendido como o que é próprio ao modo de produção capitalista) para o que é particular (isto é, a forma particular de manifestação de uma legalidade em um momento particular da história), a teoria clássica abriu margem para uma transposição entre distintos graus de abstração. O cotejamento dessas teorias revela que (...) a afirmação de um novo estágio histórico confunde aspectos conjunturais da realidade social com aspectos estruturais e colapsa numa só coisa o capitalismo em si e sua forma de manifestação histórica. (...) vemos que a transposição de níveis de abstração poderia ser apreendida (i) por confundir características particulares do capitalismo de alguns países (notadamente da Alemanha, graças à influência exercida por Hilferding) com características de todo o capitalismo (em qualquer local do globo) e, o que é mais relevante, (ii) por tomar as características do capitalismo em sua era imperialista clássica como tendências inelutáveis da produção capitalista. (...) a teoria do imperialismo supunha que “o capital industrial britânico de meados do século XIX e suas políticas de livre mercado representavam um capitalismo ‘puro’ antiético ou ao menos ‘indiferente’ à expansão imperial”, levantando com isso o problema da oposição entre livre-concorrência e monopolização como aparece nos clássicos. (CORRÊA, 2012, p. 117-118)

Ao tratar como “tendências históricas” do modo de produção capitalista legalidades e características particulares, se impossibilita a compreensão adequada e totalizante da realidade concreta e do sentido de seu desenvolvimento. Evidente que não se trata, aqui, de uma defesa da irrelevância da atuação dos grandes monopólios no interior da acumulação e reprodução material e nem da negação de sua capacidade de desenvolver categorias qualitativamente novas, centrais inclusive para a compreensão das determinações mais concretas operantes no interior dos países e do mercado mundial como um todo. Em verdade, entende-se que é justamente para a apreensão correta destas legalidades específicas que se deve enquadrar rigorosamente o fenômeno da monopolização dentro das posições ontológicas legadas por Marx, definindo seu lugar adequado dentro das determinações mais gerais já conhecidas, e enfatizando o nexos com o fenômeno da concorrência intercapitalista.

A centralidade objetiva do processo de monopolização econômica para a análise histórica do imperialismo, defendida pela linha principal do debate clássico, acabou por assentar o fenômeno expansionista do capital sobre as determinações emergentes no interior dos países industriais, dando-se pouca ênfase em suas consequências mais concretas para os modos de produção distintos<sup>39</sup>. A despeito de não encontrarmos uma descrição detalhada dos processos de transição ao capitalismo levados a cabo nestes últimos, o desdobramento das tendências postas pela monopolização no plano mundial permitiu, principalmente a Lênin e a Bukhárin, a determinação de categoriais essenciais para o exame científico do mercado mundial e de suas relações imanentes.

### ***2.2.2 Economia mundial e desenvolvimento desigual***

Lênin (1979) propõe que as transformações derivadas da monopolização progressiva da vida econômica impõem mudanças significativas nas relações entre os distintos países. Do ponto de vista do processo de valorização, a acumulação dos países “mais avançados”, potencializada pela concentração e centralização de capitais, levou à conformação de massas crescentes de mercadorias e de mais-valor incapazes de serem realizadas e capitalizadas internamente devido às desproporções intersetoriais postas pela monopolização – em especial entre os setores agrícolas e industriais – e à limitação do mercado interno para a absorção da produção industrial, estabelecida pela alta exploração da classe trabalhadora. A *exportação de capitais* aparece, assim, como a saída que o capital financeiro encontra para superar estas contradições, constituindo-se ao mesmo tempo no marco que determina o novo conteúdo histórico das tendências expansionistas do capital em nível mundial.

Em busca da alta taxa de lucro apresentada nos países “atrasados” (derivada de uma baixa composição orgânica média do capital), de seus baixos salários e preço da terra (justificados pela abundância destes elementos), a posição hegemônica do capital financeiro no interior do processo de monopolização acaba por se reproduzir mundialmente. Desta maneira, as grandes organizações financeiras submetem a si grande parte do mundo por meio da exportação de capitais, possibilitando a exploração da força de trabalho das mais distintas regiões e estabelecendo assim relações de transferência internacional de valor.

---

<sup>39</sup> Claro que os diversos teóricos aqui incluídos trataram em algum momento de processos particulares de transição e desenvolvimento do modo de produção capitalista, tal como Lênin em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. A questão aqui posta é a posição destas análises no marco das contribuições do debate do imperialismo.

As exportações de capitais influem, acelerando-o poderosamente, no desenvolvimento do capitalismo nos países para onde são canalizadas. Se, portanto, até certo ponto, estas exportações são suscetíveis de terem como efeito um afrouxamento da evolução dos países exportadores isso só sucede desde que não se desenvolva em profundidade e extensão o capitalismo no mundo inteiro. (LÊNIN, 1979, p. 63)

Para Lênin, o sentido do desenvolvimento capitalista das regiões para as quais se exporta capitais é dado tanto por um avanço das relações capitalistas de produção em seu interior e de elevação de suas forças produtivas, quanto subordinado aos interesses dos países mais avançados e determinado de forma integrada ao seu desenvolvimento. Desta maneira, às relações de transferência de valor próprias da atuação do capital financeiro associam-se também formas de subordinação comercial das nações “subdesenvolvidas”.

Aparece aqui em primeiro plano a necessidade de subordinação dos processos concretos de trabalho ao interesse dos monopólios, ou seja, o enquadramento da estrutura produtiva dos países “atrasados” ao impulso de valorização dos capitais baseados nos países “avançados”<sup>40</sup>. Ao lado da monopolização crescente da economia mundial se impõe, assim, a necessidade de controle por parte dos grupos financeiros de todo o estoque possível de matérias primas, ou seja, basicamente de todos os territórios que contenham de fato ou apenas potencialmente a capacidade de servir aos interesses de tais grupos. Nesse contexto, a expansão imperialista aparece como ordem do dia aos países “avançados”, e a corrida pelos territórios econômicos se potencializa.

Com efeito, é preciso andar depressa: as nações que não estão abastecidas arriscam-se a jamais o estar e a não tomar parte na gigantesca exploração do globo que será um dos fatos essenciais do próximo século - o séc. XX. Eis porque por toda a Europa e a América foram recentemente agitadas pela febre da expansão colonial, do ‘imperialismo’ que é a característica mais notável do fim do séc. XIX. (LÊNIN, 1979, p. 86)

É o processo de monopolização, portanto, a característica fundamental deste período histórico. A atuação do capital financeiro sobre o mundo, na tentativa de englobar para si os territórios necessários à realização de mercadorias, à aplicação dos capitais excedentes, os territórios que contém em si as matérias primas e demais meios de produção, é uma atuação

---

<sup>40</sup> “Estes monopólios tornam-se sólidos sobretudo quando reúnem apenas em suas mãos todas as fontes de matérias-primas e nós vimos com que ardor os grupos monopolistas internacionais dirigem os seus esforços no sentido de arrancarem ao adversário toda a possibilidade de concorrência, de se apoderarem, por exemplo, das jazidas de ferro ou de petróleo, etc. Somente a posse de colônias dá ao monopólio completas garantias de sucesso face a todas as eventualidades da luta contra os seus rivais, (...). Quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais se faz sentir a falta de matérias-primas, mais dura se torna a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas no mundo inteiro e mais brutal é a luta pela posse de colônias” (LÊNIN, 1979, p. 81-82).

que vai no sentido de monopolizar o conjunto das áreas econômicas do mundo, subordinando-as ao interesse dos grupos financeiros internacionais e elevando a centralização de capital a níveis nunca vistos. Este potencial econômico, aliado à adoção de políticas protecionistas por parte dos países industriais, garante a tais empresas a hegemonia nos seus respectivos setores, impossibilitando qualquer tipo de concorrência por parte de estruturas produtivas menores. A existência de organizações similares em potencial produtivo, no entanto, coloca a possibilidade de uma concorrência violenta, que contém assim também a vicissitude de uma nova divisão das áreas de influência de cada empresa. Desta maneira, ainda dentro dos limites da propriedade privada, não é de forma alguma eliminada a dinâmica de concorrência *entre* os monopólios no contexto de mercados mais amplos, e o peso dos mesmos sobre a classe trabalhadora. Em verdade, a monopolização dos países industriais potencializa a capacidade de luta econômica das empresas, permitindo sua ação implacável sobre as companhias menores e reproduzindo em escala ampliada as condições da instabilidade constante e cada vez maior da vida social, por meio da disputa violenta no seu *front* externo de atuação (LÊNIN, 1979, p. 26-27).

O que se configuraria, assim, é um período de intensas disputas econômicas e políticas entre grupos que estão em constante processo de modificação organizacional, de transformação de suas estruturas produtivas, de alteração em suas estratégias de mercado. Qualquer tipo de equilíbrio que se estabeleça entre os diferentes grupos monopolistas, nesse contexto, só pode ser momentâneo, e desta maneira o período contém em si a possibilidade permanente de novos conflitos econômicos, de novas disputas políticas, de novas guerras etc. Lênin põe em evidência também a associação cada vez mais íntima entre tais grupos monopolistas e os Estados de que se originam, sendo os últimos os portadores por excelência dos instrumentos político-econômicos adequados aos interesses dessa fração da burguesia: “na época do capital financeiro, os monopólios privados e os monopólios de Estado, se interpenetram, não sendo mais do que elas na luta imperialista entre os maiores monopólios pela partilha do mundo” (LÊNIN, 1979, p. 71).

Nesse contexto, o Estado, em sua caracterização como arma política de tais grupos financeiros, ganha novas determinações em sua forma de atuação sobre o mundo. Visando garantir os espaços econômicos de tais monopólios, este se lança à luta encarniçada sobre as mais diferentes regiões. O *neocolonialismo* é, assim, a política por excelência desta etapa histórica. Lênin, em importante passagem, aponta que a forma de subordinação das diferentes regiões ao interesse econômico das nações mais poderosas não se dá somente pela dominação política direta, mediante a constituição de colônias, mas que a força econômica dos países

“centrais” é capaz de dominar até países politicamente independentes, que passam a ter sua estrutura produtiva em condição subordinada. A luta pelo domínio sobre estes “países semi-coloniais” é tanto mais encarniçada quanto maior for o processo de partilha do restante do mundo. Desta maneira,

o capital financeiro e a política internacional que com ele se conforma (...) criam entre os Estados diversas formas transitórias de dependência. Esta época não se caracteriza apenas pelos dois principais grupos de países: possuidores de colônias e colonizados, mas ainda por variadas formas de países dependentes que, gozando nominalmente de uma independência política, na realidade, estão presos nas redes de dependência financeira e diplomática. Já indicamos uma destas formas: as semi-colônias. (LÊNIN, 1979, p. 84-85)

Para o autor, o estabelecimento do mercado mundial capitalista, mesmo na “época do livre comércio”, já continha em si a necessidade do desenvolvimento desigual entre os países, dadas as diferenças existentes quanto às condições internas da acumulação de capital e o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Ao mesmo tempo, a força econômica da maior potência – a Inglaterra - exigia a desigualdade da estrutura produtiva das outras economias de acordo com as necessidades de seus capitais, o que levou a processos distintos de conformação do capitalismo nas outras regiões<sup>41</sup>. Mas os fenômenos e legalidades que emergem na nova fase do modo de produção capitalista desenvolvem e reproduzem em escala ampliada a relação de desenvolvimento desigual e subordinação econômica no interior do mercado mundial, e desta maneira a condição dependente imposta pela atuação imperialista do capital, expressa em “variadas formas”.

O impulso à mundialização do capital e à integração produtiva internacional levado a cabo pelo capital financeiro acabaria, então, por consolidar o mercado mundial capitalista como uma unidade de relações entre países imperialistas e coloniais ou semicoloniais. A ligação econômica entre as diferentes regiões, desta forma, não permite a igualação de seus níveis de desenvolvimento, mas, pelo contrário, reforça a tendência ao aprofundar das desigualdades. Assim, a categoria do desenvolvimento desigual em Lênin aparece abarcando a noção de que as formas particulares que assume o modo de produção capitalista são definidas de maneira integrada e hierarquizada no interior da economia mundial capitalista. As relações de dominação são condicionantes do sentido da evolução do capitalismo nas

---

<sup>41</sup> “O desenvolvimento desigual, e por saltos, das diferentes empresas, das diferentes indústrias e dos diferentes países é inevitável em regime capitalista. A Inglaterra, uma vez tornada capitalista, e tendo adotado o livre-câmbio, por volta dos meados do séc. XIX, pretendeu desempenhar o papel de ‘oficina do mundo inteiro’, de fornecedora de artigos manufaturados de todos os países que deviam, em troca, abastecê-la de matérias-primas.” (LÊNIN, 1979, p. 60)

regiões específicas, favorecendo-as ou subordinando-as, reproduzindo e aprofundando as desigualdades existentes no mercado mundial. Como aporte teórico importante, deve-se ressaltar a concepção mais ampla do desenvolvimento desigual trabalhada por Lúkacs (2018, p.380-385) enquanto uma categoria que implica o relacionamento recíproco entre estruturas heterogêneas, que envolve grupos com condições objetivas e subjetivas distintas, e que se desdobra em possibilidades e alternativas de ação diferenciadas. A partir de seu enquadramento no âmbito da esfera econômica é possível compreender a *necessidade* das variadas formas que vai assumir o modo de produção capitalista e, portanto, a desigualdade de suas tendências internas<sup>42</sup>.

Bukhárin, em sua ênfase analítica na totalidade do mercado mundial, demonstra que esses fatores de desigualdade, apesar de estarem vinculados a elementos naturais, são determinados por categorias cada vez mais sociais, em acordo também com a crescente interrelação entre setores econômicos distintos. Segundo ele,

Qualquer que seja, porém, sua importância, as diferenças naturais das condições de produção passam, cada vez mais, a segundo plano, em relação às diferenças que decorrem nos diversos países, do crescimento desigual das forças produtivas. (...) Mais importante ainda para nós, porém, é o fato de a desigualdade de desenvolvimento das forças produtivas criar diversos tipos econômicos e diversas esferas industriais, alargando, desse modo, a divisão internacional do trabalho sobre uma base social. Queremos referir-nos à diferença existentes entre países industriais, que importam produtos da agricultura e exportam produtos manufaturados, e os países agrários, que exportam produtos agrícolas e importam produtos da indústria. (BUKHARIN, 1986, p.19-20)

Tais apontamentos são feitos dentro da perspectiva de repartição básica do trabalho social entre “indústria” e “agricultura”, corrente na literatura do debate clássico e substancialmente problemática, por utilizar erroneamente as categorias apresentadas por Marx em *O capital* (tal como a categoria de “indústria”, tratada como sinônimo de fábrica), por levar a uma série de equívocos quanto à compreensão dinâmica própria da produção agrícola e por fazer crer que a condição subordinada está inerentemente relacionada à uma hegemonia da produção de matérias-primas e/ou gêneros agrícolas. Apesar disso, é importante observar o sentido argumentativo mais geral, a saber: que a configuração da economia mundial é posta pelo espraiamento mesmo das relações capitalistas, onde as desigualdades resultantes são, por conseguinte, determinadas por suas categorias imanentes. Se são categorias cada vez mais sociais, portanto, que determinam a divisão social do trabalho em plano mundial, se as formas que assumem os diferentes processos concretos de trabalho são determinadas no contexto de

---

<sup>42</sup> Para uma análise precisa da categoria de *desenvolvimento* no pensamento marxiano, ver Bonente (2016).

um mercado mundial integrado e hierarquizado, então é evidente que qualquer teoria que vise naturalizar como qualidades inerentes aos países os seus processos produtivos determinados historicamente torna-se uma teoria apologética das relações de domínio e subordinação.

Este posicionamento permite a Bukhárin (1986) demonstrar que o imperialismo reproduz também em escala mundial as relações de produção (e, conseqüentemente, as contradições de classe) típicas do capitalismo, determinadas pela dinâmica de uma lei do valor universal e atuante sobre uma estrutura de relações de produção cada vez mais complexa. É por isto que encontramos em sua contribuição uma particular ênfase na conformação de preços internacionais para as mercadorias e salários, além da afirmação da tendência à igualação das taxas de lucro no âmbito do mercado mundial. Daí a indicação da existência de mecanismos de transferência internacional de mais-valor que são relativamente independentes da utilização da força política e/ou quaisquer outros mecanismos extraeconômicos, tais como os decorrentes da desigualdade da composição orgânica dos distintos capitais<sup>43</sup>.

Em conformidade com Lukács (2018), o espaço de atuação das tendências mais gerais do modo de produção capitalista passa a ser o mercado mundial, onde suas desigualdades internas se sintetizam na “unidade do fluxo global” e justamente a partir destas legalidades universais, de acordo com as heterogeneidades, se reproduzem as tendências de desenvolvimento desigual. O capitalismo, como modo de produção universalizante e de complexas relações puramente sociais vai ser necessariamente o terreno de explicitação do desenvolvimento desigual. É a complexidade de suas relações econômicas que abre espaço para a determinação social da diversidade de suas estruturas particulares, e, portanto, para o sentido de seu desenvolvimento.

De modo que a primeira produção realmente social, a capitalista, constitui também o primeiro terreno adequado à plena explicitação do desenvolvimento desigual. Isso porque a vinculação econômica faz com que, a partir de territórios cada vez mais extensos e ligados economicamente, seja criado um sistema de relações econômicas cada vez mais ricas e intrincadas, em cujo âmbito as diversidades locais podem influir – tanto positiva quanto negativamente – com cada vez mais intensidade e facilidade sobre a direção do desenvolvimento global. (LUKÁCS, 2018, p. 384)

---

<sup>43</sup> As contribuições de Bukhárin (1986) neste sentido são possíveis, de maneira contraditória, também pela extrapolação que faz da tendência à monopolização dos países industriais. A afirmação desta tendência acabaria por efetivar a integração completa entre o capital financeiro e o Estado, fazendo emergir o que o pensador denomina *trustes capitalistas nacionais*. A consideração do centro imperialista como uma única estrutura monopolizada, como um único capital, permite a apreensão da disputa entre nações como a concorrência universal intercapitalista e o vislumbre das legalidades que daí se desenvolvem, como a tendência à conformação da taxa de lucro média e as transferências de valor entre capitais de distintas produtividades.

Este tema adquire particular relevo quando Lênin discute a já mencionada tendência à desaceleração do desenvolvimento da produtividade social nas esferas monopolizadas e suas consequências para as relações econômicas mundiais. Da mesma forma que o monopólio obstrui internamente o desenvolvimento das forças produtivas, a aquisição de colônias permite uma acumulação de riqueza descolada do crescimento da capacidade produtiva de determinado país imperialista. Passam a constituir-se, assim, como “estados-rentistas”, que desenvolvem sua atuação política e militar cada vez mais voltada no sentido de garantir o pagamento dos “tributos” que lhes pertencem. A exportação de capitais para os países subordinados garante tanto a apropriação do mais-valor aí produzido quanto favorece o avanço das relações capitalistas e de seu desenvolvimento industrial.

O capitalismo, no seu conjunto, desenvolveu-se muito mais rapidamente do que dantes, mas tal desenvolvimento surge geralmente de forma desigual, manifestando-se essa desigualdade de desenvolvimento principalmente através da decadência dos países ricos em capital (Inglaterra). (LÊNIN, 1979, p. 124)

Por serem estes Estados-rentistas usufruidores da exploração do trabalho de diversas regiões, firma-se a possibilidade de diminuir o grau de exploração de parte da classe trabalhadora, em especial da mais bem organizada, colocando assim fissuras no movimento operário destes países e combatendo suas perspectivas revolucionárias<sup>44</sup>. Ao mesmo tempo, a imposição do capitalismo nas novas regiões subjugadas, que passam a sofrer com a exasperação das tendências mais desumanas deste modo de produção, desenvolve as condições objetivas e subjetivas necessárias para a sua emancipação econômica e política. Desta maneira, no pensamento de Lênin a noção de desenvolvimento desigual se vincula aos resultados heterogêneos para as correlações particulares da luta de classes. Como resultado desta capacidade de articulação, Lênin demonstra tanto as causas profundas do fenômeno do reformismo nos países centrais quanto a possibilidade de reação violenta pela classe trabalhadora dos países dependentes e colonizados.

---

<sup>44</sup> Vale notar que Lênin detém uma análise da modificação das condições da luta de classes no interior tanto dos países “centrais” quanto dos “dependentes” muito mais complexificada do que a estabelecida por Bukhárin. Isso ocorre porque este último, ao levar ao extremo a tendência à monopolização da vida econômica nacional, e com a decorrente centralidade analítica da conformação dos *trustes capitalistas nacionais*, acaba por limitar a possibilidade de compreensão das contradições de classe posta no interior dos países pelo desenvolvimento desigual, dado o tratamento destes como organizações econômicas unitárias e coesas. Assim, conforme apontam Caputo e Pizarro, “O nível conjuntural (...) alcança uma dimensão extraordinária na análise de Lênin, que o incorpora a todo momento, o papel e o caráter que as classes e grupos sociais assumem com o desenvolvimento do imperialismo, e com eles as novas formas ideológicas que se manifestam” (CAPUTO & PIZARRO, 1971, p. 206). Tradução livre de “El nivel coyuntural, como ya lo dijimos, alcanza extraordinaria dimensión en el análisis de Lenin, quien incorpora en todo momento, el papel y el carácter que adoptan las clases y grupos sociales con el desarrollo del imperialismo y con ellas las nuevas formas ideológicas que se adoptan”.



### 2.3 O debate clássico do imperialismo e a transição dependente

A análise da contribuição de Rosa Luxemburgo indicou que a atuação do capitalismo sobre as diferentes formações sociais se estabelece das necessidades internas vinculadas à sua reprodução ampliada, a partir da busca por espaços de realização do mais-valor produzido e da subordinação do maior volume de meios de produção e força de trabalho possíveis, de maneira a permitir a acumulação não-constrangida de capital. O capitalismo em seu movimento normal coloca a dissolução de outros modos de produção como necessidade imanente, ao mesmo tempo que incorpora os pressupostos objetivos de sua reprodução. Apesar de todas as dificuldades teóricas relacionadas à esta perspectiva, ela estabelece uma percepção importante do imperialismo como um fenômeno que contém dimensões relacionadas tanto às necessidades de valorização quanto às determinações vinculadas aos valores de uso, as quais condicionam a transformação das outras sociedades.

A ênfase da pensadora na necessidade da violência e sua descrição das mudanças nas relações de propriedade e das dinâmicas entre as classes no interior das sociedades pré-capitalistas se vincula diretamente aos resultados que obtivemos no capítulo anterior e demonstra a complexidade da atuação expansiva do capital, que para sua efetividade enquanto força externa deve necessariamente se vincular a elementos internos para garantir sua vitória, apesar da crueza visível da destruição material e humana. Em sua distinção das “fases” da luta do capital contra a economia natural, além da demonstração absolutamente adequada das dificuldades que esta forma econômica representa para o capitalismo, Luxemburgo distingue os momentos fundamentais da transição, a saber: a introdução forçada do mercado como mediador da reprodução social, agora efetivada por produtores independentes entre si; e a expropriação dos produtores diretos, de maneira a liberar tanto meios de produção quanto força de trabalho. Apesar de sua separação temporal e categorial indevida, a pensadora demonstra a íntima relação entre esses dois processos e a dupla determinação da atuação expansiva do capital, condicionante da forma subordinada de integração à divisão internacional do trabalho. Portanto, a construção e afirmação desta forma subordinada do capitalismo aparece como síntese das relações e contradições operantes no interior do mercado mundial.

Vimos que essa dupla determinação do imperialismo também comparece na linha principal do debate clássico, apesar de agora mediada pelo processo de monopolização e pela atuação do capital financeiro. A exportação de capitais, dos valores excedentes aos países industriais, e a subordinação dos processos produtivos concretos e das matérias primas do restante do mundo aparecem como elementos centrais das novas relações econômicas internacionais, que consolidam relações de imperialismo e dependência no mercado mundial e as transferências de valor. Ainda que esse posicionamento tenha impedido a análise detalhada da transição das distintas sociedades ao capitalismo, aqui também é explícita a determinação de sua forma subordinada de integração e de seu sentido posterior de desenvolvimento. Daí adquire importância ímpar a centralidade na análise da categoria do desenvolvimento desigual, que contém em si a concepção da unidade diferenciada que é o mercado mundial capitalista. As distintas trajetórias são assim determinadas de forma integrada e de acordo com relações heterogêneas, o que põe legalidades e condicionantes particulares para os diferentes países. Da mesma maneira, a ênfase na totalidade permite antever relações específicas que se estabelecem entre as diferentes regiões e que reproduzem as condições de domínio e de dependência, enfatizando a importância das determinações crescentemente sociais. Foi a conjugação destas colocações com a demonstração de seus desdobramentos para a correlação interna de classes e para a capacidade de apreensão das diferentes realidades nacionais que comprovou a fecundidade da interpretação da “linha principal” e explica sua influência, teórica e política, para os movimentos de libertação dos países dependentes.

O tratamento do desenvolvimento desigual e combinado e do caráter particular da economia dependente abriu o caminho para a teorização sistemática das legalidades específicas à esta forma do capitalismo algumas décadas mais tarde, quando da emergência da teoria marxista da dependência. Os pensadores aqui incluídos, ao estudar as determinações e tendências particulares à forma dependente, especificamente a latino-americana, colocaram uma interpretação de sua constituição histórica e, portanto, de seu processo específico de transição ao capitalismo, o que justifica seu debate no próximo capítulo. Além de seus avanços, a teoria marxista da dependência também carregou alguns dos limites da linha principal do debate clássico, o que explica o espaço reservado neste capítulo à crítica de suas concepções de monopólio e da relação entre níveis de concreção e determinação entre condições gerais e particulares no capitalismo. Ainda que sob novas temáticas, a incapacidade relativa em superar tais limites se constituiu em barreiras teóricas importantes, que serão especificadas adiante.

### 3. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A teoria marxista da dependência foi construída a partir do início da década de 1960 na América Latina, como uma perspectiva de crítica radical tanto às propostas desenvolvimentistas apresentadas pela CEPAL quanto aos partidos comunistas “oficiais” da época, que colocavam como horizonte político a superação das estruturas atrasadas da região (seus traços feudais ou semifeudais, o domínio da produção agrária ou das elites reacionárias) a partir de seu desenvolvimento econômico autônomo, baseado na aliança com os setores mais avançados da burguesia nacional, em especial o industrial (MARINI, 2005c, p. 63-64). Tratava-se, para os autores dependentistas, de demonstrar a impossibilidade histórica da “revolução democrático-burguesa” e pôr em seu lugar a transição socialista como único caminho possível para a superação da condição de “subdesenvolvimento”.

Este ramo teórico se desenvolveu em um primeiro momento no Brasil, país onde as contradições derivadas da industrialização dependente e da integração monopólica mundial do pós-guerra assumiram maior relevo. Em meio à grande instabilidade política e econômica do início dos anos 1960, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, que também eram militantes da organização de esquerda revolucionária Polop – Política Operária, se propuseram o esforço de estabelecer as bases de apreensão das legalidades particulares das economias latino-americanas, partindo de uma recuperação rigorosa da teoria marxiana, mas desdobrando-a de acordo com as determinações mais concretas das relações de desigualdade e subordinação existentes no mercado mundial.

Tomando as teorias clássicas do imperialismo como o quadro condicionante geral, se buscava desenvolver as categorias fundantes da dependência e suas legalidades, para que fosse possível a compreensão plena de seus fenômenos particulares e os desdobramentos para o horizonte político da classe trabalhadora<sup>45</sup>. Como parte deste esforço, era preciso reformular a compreensão histórica da formação da América Latina, a trajetória do subcontinente a partir da emergência do modo de produção capitalista e os desenvolvimentos particulares assumidos pelos diferentes países da região, para chegar ao contexto geral de crise do desenvolvimentismo e a ascensão de regimes militares.

---

<sup>45</sup> Para uma exposição sistemática dos principais elementos das teorias clássicas do Imperialismo resgatados pelos autores da teoria marxista da dependência, ver Caputo & Pizarro (1971).

Trata-se, portanto, de um amplo esforço de apreensão das relações existentes em um sistema capitalista mundial, que apontava tanto para o debate de suas características mais gerais quanto para o trabalho historiográfico rigoroso das múltiplas trajetórias dos países dependentes. Como veremos, são resultado deste empreendimento coletivo categorias originais para a compreensão da realidade latino-americana, tais como as *transferências de valor*, a *superexploração*, a *cisão do ciclo do capital dependente*, entre outras contribuições absolutamente necessárias, que abriram caminho para a compressão do caráter antinacional das burguesias dependentes e traçavam desta maneira a necessidade do socialismo.

### 3.1 Avanços da teoria marxista da dependência

O escrito *Dialética da dependência* foi terminado por Ruy Mauro Marini em 1972, quando este trabalhava junto a outros teóricos e militantes exilados no Centro de Estudos socioeconômicos (Ceso) no Chile, em meio ao governo da Unidade Popular de Salvador Allende. Em marcante continuidade com sua obra anterior *Subdesenvolvimento e Revolução*<sup>46</sup>, de 1966, produzido durante seu exílio anterior no México, constituía-se na tentativa de sistematizar as bases teóricas e metodológicas da dependência, de acordo com a crítica às concepções de desenvolvimento burguesas ou as apresentadas pelo marxismo “vulgar” da época. Apesar do caráter limitado do texto, nele encontramos as propostas fundamentais da teoria marxista da dependência, a partir da análise mas geral da trajetória dos países latino-americanos, desde a nova divisão internacional do trabalho posta pela revolução industrial até a crise das décadas de 1950/1960 e o aparecimento de novos fenômenos tais como os regimes militares e o *subimperialismo*. Dado o contexto coletivo de trabalho em que foi produzido, pode-se utilizar as categorias desenvolvidas neste texto como ponto de referência às produções de todo o conjunto de pesquisadores marxistas que se envolveram com a questão da dependência na época.

Marini (2005a, p.131-133) inicia *Dialética da dependência* perfazendo uma crítica às análises marxistas pretensamente ortodoxas que são incapazes de apreender a realidade latino-americana por sua transposição mecânica dos conceitos marxianos, não fazendo as concretizações adequadas e nem traçando as relações com a totalidade dos fenômenos do mundo social. Essa transposição não dialética das categorias estaria na raiz de um segundo tipo de desvio, o qual, diante da insuficiência apresentada pelas análises “ortodoxas”,

---

<sup>46</sup> MARINI, 2017.

incorpora às categorias marxistas conceitos e metodologias que lhe são estranhos, gerando um ecletismo teórico que em nada ajudaria para uma apreensão rigorosa da realidade.

Dada a incompatibilidade da economia latino-americana com relação ao capitalismo apresentado pelos países “centrais” (ou ao descrito em *O capital*), o pensamento marxista “vulgar” derivava que nesta região ainda não haviam se afirmado de maneira suficiente as relações próprias a este modo de produção – seja por atrasos, seja por “deformações”. Assim se fazia evidente uma incompreensão tanto do caráter ao mesmo tempo universal e insuficiente da descrição presente na obra de Marx, quanto da própria noção equivocada de *desenvolvimento*. Indo mais a fundo na crítica e focando na questão do “pré-capitalismo”, Marini indica que:

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI, 2005b, p. 132)

Assim, para o autor, as economias dependentes devem ser entendidas como uma forma particular de capitalismo, onde as suas leis universais se afirmam de maneira distinta às de outras regiões, e cuja trajetória deve ser apreendida em sua inserção na totalidade das relações próprias ao modo de produção capitalista. Marini combate as visões unilineares sobre a categoria de desenvolvimento, enfatizando o caráter desigual e combinado das diferentes trajetórias e colocando ênfase na totalidade das relações para a compreensão das particularidades. Neste sentido, o *subdesenvolvimento* latino-americano deve ser cada vez menos derivado de “atrasos” ou “deformações” históricas, e sim interpretado como resultado do *avanço* do capitalismo na região, da maneira específica de como se consolida e desenvolve. Portanto, seria preciso compreender a maneira como o capitalismo se torna universal ao mesmo tempo que se particulariza para apreender as tendências próprias às economias dependentes.

Para Marini, é a afirmação das relações capitalistas de produção a partir da divisão internacional do trabalho engendrada pela revolução industrial (a partir da “circulação” em nível mundial) e sua complexificação específica na América Latina de acordo com sua inserção subordinada (a sua forma particular de “produção”) que vai explicar o desenvolvimento dependente, articulado com a totalidade do mercado mundial e que

apresenta legalidades específicas para a reprodução de seus capitais (onde se apresentam formas particulares de “circulação”). Desta maneira, Marini defende que a apreensão teórica da condição dependente deve tomar em consideração em primeiro lugar o modo específico que o capitalismo se estabelece historicamente, que serve de base a todo desenvolvimento posterior e que ilumina, ao apresentá-las de maneira mais simples, certas tendências próprias do capitalismo dependente. Na defesa de sua argumentação, Marini cita um trecho da *Introdução à crítica da economia política*, de Marx:

(...) a categoria mais simples pode expressar as relações dominantes de um todo não desenvolvido ou as relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existiam historicamente antes de que o todo se desenvolvesse no sentido expressado por uma categoria mais concreta. Só então, o caminho do pensamento abstrato, que se eleva do simples ao complexo, poderia corresponder ao processo histórico real. (MARX *apud* MARINI, 2005a, p.133)

O problema é que, como veremos no desenvolvimento teórico de *Dialética da dependência*, Marini parece interpretar daí a *necessidade*, e não apenas a *possibilidade*, da identidade entre o processo de concreção teórico, de complexificação das categorias e o emergir de novas e o desenvolvimento histórico da condição dependente. Essa questão se torna mais evidente no escrito *Sobre a dialética da dependência*, que foi publicado em 1973 na edição de junho da *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* e cujo objetivo era justamente elucidar alguns de seus posicionamentos em *Dialética da dependência* frente aos debates que haviam suscitado. Um dos pontos de que trata é justamente o tema do método utilizado:

Um segundo problema se refere ao método utilizado no ensaio, que se explicita na indicação da necessidade de partir da circulação para a produção, para empreender depois o estudo da circulação que esta produção engendra. Isso, que tem suscitado algumas objeções, corresponde rigorosamente ao caminho seguido por Marx. Basta recordar como, em *O capital*, as primeiras seções do livro I estão dedicadas a problemas próprios da esfera da circulação e somente a partir da terceira seção se entra no estudo da produção: do mesmo modo, uma vez concluído o exame das questões gerais, as questões particulares do modo de produção capitalista se analisam de idêntica maneira nos dois livros seguintes. Mais além da exposição, isso tem a ver com a essência mesma do método dialético, que faz coincidir o exame teórico de um problema com seu desenvolvimento histórico; é assim como essa orientação metodológica não só corresponde à fórmula geral do capital, mas também dá conta da transformação da produção mercantil simples em produção mercantil capitalista. (MARINI, 2005b, p. 174-175)

Desta maneira, a justificativa de Marini de seu método analítico de passagem da circulação para a produção e por fim o estudo da síntese dos movimentos da economia dependente é baseada em uma interpretação historicista do método de Marx, em que o autor

entende a necessidade de “coincidir o exame teórico de um problema com seu desenvolvimento histórico”. Da mesma forma que no livro I de *O capital* a passagem do estudo da “produção mercantil simples” para a produção mercantil capitalista seria justificada analiticamente pelo próprio processo histórico, o caminho da circulação para a produção dependente corresponderia ao espraiamento das relações capitalistas sobre a América Latina, a partir da revolução industrial.

Importante observar que a “passagem” da circulação mercantil à produção capitalista contida nos primeiros capítulos de *O capital* é um movimento teórico distinto do descrito por Marini, não sendo correta, entende-se, compreendê-la como um movimento histórico. De fato, após a análise formal das relações de troca ocorridas no mercado, Marx (2013, caps. 3 e 4) parte para a apreensão do processo de produção, o qual possui uma *prioridade ontológica*<sup>47</sup> sobre a circulação e onde operam leis e tendências que muitas vezes se manifestam de maneira contraditória. Da mesma maneira, a passagem da circulação para a produção dependente poderia ser justificada não somente a partir de um movimento histórico, mas pela própria noção de prioridade analítica e afirmação de um mercado mundial capitalista, da compreensão das leis e tendências próprias à totalidade de um modo de produção e à maneira como elas se particularizam. Assim, o estudo do desenvolvimento capitalista dependente não pode ser feito senão pela compreensão de como este é resultado do funcionamento próprio da totalidade do mercado mundial, de como ela gera em seu interior relações heterogêneas, de subordinação e domínio, e de como, a partir da universalização destes mecanismos, o capitalismo se particulariza como capitalismo dependente<sup>48</sup>.

Em *Dialética da dependência*, a exposição teórica se desenvolve junto à própria evolução histórica do capitalismo latino-americano. Em nossa perspectiva, tal caminho metodológico leva potencialmente a uma confusão entre o processo de passagem entre diferentes níveis de abstração e a distinção do que é geral e o que é particular para a condição dependente. Marini parece incorrer no mesmo problema no qual se embrenharam os teóricos da *linha principal* do debate clássico do imperialismo, que perceberam a monopolização da vida econômica operada no interior dos países centrais como um fator que mudava

---

<sup>47</sup> Nas palavras de Lúkacs (2018, p. 307): “Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível”. Nos termos do tema aqui tratado, isso significa que somente podemos apreender a totalidade das relações da circulação de mercadorias quando já são conhecidas as determinações da produção, que lhe é ontologicamente pressuposta e condicionante.

<sup>48</sup> Dito de outra forma, defendemos que a gênese do mercado mundial não pode ser compreendida como mero espraiamento das relações comerciais dos capitais industriais, mas sim como um momento ontologicamente central do modo de produção capitalista, a partir do qual se explicitam e desenvolvem plenamente suas determinações centrais, inclusive o desenvolvimento de relações de imperialismo e dependência entre capitais.

qualitativamente as leis expostas por Marx em *O capital*, tal como apontado por Corrêa (2012). De maneira similar, pensamos que em *Dialética da dependência* aparecem dificuldades para a apreensão correta das leis de movimento próprias à dependência e da maneira específica de como essas leis e tendências se sintetizam com outras estruturas e produzem os fenômenos históricos. O resultado do tratamento analítico de Marini nos parece ser a ambiguidade quanto à condição do que é essencial e o que é contingente para o capitalismo dependente, e que se explicita em fenômenos tais como a industrialização dependente, o *subimperialismo*, entre outros<sup>49</sup>.

Em todo caso, seguindo as concepções e metodologia apresentadas anteriormente, Marini passa a tratar da trajetória do capitalismo latino-americano, identificando em seu período inicial os fenômenos e tendências que compõem a essência da condição dependente e que, em fases posteriores, se complexificam e se tornam menos aparentes. O ponto de partida histórico do desenvolvimento do capitalismo na América Latina é a sua integração aos circuitos comerciais em expansão pela ascensão do capitalismo no continente europeu. Essa integração, que é definidora da própria existência da região, coloca-a como parte da totalidade do capitalismo mundial e estabelece as condições de existência e determinações de sua estrutura socioeconômica. O capitalismo latino-americano tem desde o princípio, ainda segundo Marini (2005a, p. 133), o sentido de seu desenvolvimento vinculado às tendências próprias de relações econômicas que despontam em outras regiões: “Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional”.

De acordo com Marini, as funções que a América Latina assume tiveram efeitos de suma importância para a trajetória do capitalismo como um todo, já que sua produção específica em termos de valor de uso, em especial de metais preciosos e mercadorias de luxo, permitiram a expansão da atuação e importância do capital comercial e do capital usurário, além de ter sido um fator de estímulo ao sistema manufatureiro, pressuposto ao desenvolvimento da grande indústria. A revolução industrial, que põe a emergência da grande indústria, teve um impacto profundo sobre o funcionamento do capitalismo mundial,

---

<sup>49</sup> O problema apontado é evidente nas categorias mais complexas e concretas, em particular no caso do *subimperialismo*. Por estar vinculado enquanto fenômeno às contradições postas pelo processo de industrialização dependente, baseado no avanço da complexificação do setor de bens-suntuários em um mercado interno constrangido, ou seja, por ter um elevado grau de concreção e delimitação histórica, é difícil distinguir quais de seus nexos são essenciais e quais são contingentes, o que constitui em obstáculo para compreender as permanências e as mudanças em seu desenvolvimento fenomênico posterior. Longe do mero descarte da categoria, no entanto, entendemos que é necessário que se imponha sua investigação crítica, de maneira a evidenciar suas conexões fundamentais e ampliar os nexos processuais por ela abarcados, como também aprofundar sua capacidade explicativa sobre fenômenos mais concretos.



colocando uma série de transformações em todos os âmbitos sociais, inclusive o político, e que se manifestou, na América Latina, como o processo de independência política da região. Conjuntamente a esta afirmou-se a dependência econômica em relação à Inglaterra, explicitada na subordinação de sua produção material às necessidades da produção industrial inglesa. Assim, ainda segundo o autor, mesmo que pouco vinculados entre si, os países latino-americanos passaram ao papel de produtores de matérias-primas e gêneros alimentícios e consumidores da produção industrial europeia, estabelecendo neste processo a formação de determinados mecanismos de transferência de valor.

A revolução industrial, e isto é central, estabeleceria a divisão internacional do trabalho, onde os países latino-americanos têm papel fundamental enquanto produtores de valores de uso determinados, necessários à industrialização, e, também, como demandantes de parte da produção industrial. Assim, se estruturam economicamente de acordo com as necessidades próprias aos capitais dos países centrais, e esta configuração é o fator objetivo que condiciona o desenvolvimento do capitalismo na região. Para Marini (2005a, p. 134-135):

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

Esta subordinação à lógica e às necessidades dos capitais dos países centrais, imposta pela revolução industrial, é assim a consolidação mesma da condição dependente. Neste espaço, o capitalismo adquire particularidades frente ao capitalismo dos países “centrais”, e suas leis internas, além de assegurarem um desenvolvimento próprio, reproduzem em escala ampliada as relações de subordinação. Assim, a dependência seria uma condição posta pela própria afirmação do capitalismo mundial, condição que se reproduz em escala ampliada - e que só pode ser superada pelo rompimento radical com as relações de produção que a sustentam (MARINI, 2005a, p. 135).

Uma questão se impõe neste momento. Se a configuração da América Latina enquanto um espaço historicamente determinado está vinculada à subordinação da região aos ciclos comerciais que se expandiram pelo impulso dos capitais europeus, porque não apontar o princípio da colonização como data inicial também da situação de dependência? A resposta de Marini é direta, ao indicar que

a situação colonial não é o mesmo que a situação de dependência. (...) No que se refere às relações internacionais da América Latina, se, como assinalamos, esta desempenha um papel relevante na formação da economia capitalista mundial (principalmente com sua produção de metais preciosos nos séculos 16 e 17, mas sobretudo no 18, graças à coincidência entre o descobrimento de ouro brasileiro e o auge manufatureiro inglês), somente no curso do século 19, e especificamente depois de 1840, sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente. Isto se explica se considerarmos que é com o surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho. (MARINI, 2005a, p. 135-136)

Ou seja, mesmo que a América Latina tivesse sido fruto e propulsora da expansão comercial e da afirmação da economia capitalista mundial, a revolução industrial engendra uma mudança qualitativa no interior desta última, colocando novas tendências e relações. Assim, o desenvolvimento da grande indústria aparece como momento fundamental de um novo tipo de articulação das economias latino-americanas à totalidade do capitalismo, transformando o conteúdo do comércio mundial ao estabelecer uma divisão internacional do trabalho de acordo com as necessidades do capital industrial (aqui entendido como capital investido na indústria propriamente dita) e ressignificando, desta maneira, a subordinação econômica e política destas regiões:

A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes, e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade na atividade especificamente industrial. (...) O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas. (MARINI, 2005a, p. 136-137)

A divisão internacional do trabalho se estrutura, portanto, a partir das necessidades próprias à reprodução ampliada do capital industrial europeu. Para o autor, a subordinação em termos de valor de uso, ou seja, a produção material latino-americana voltada à satisfação das exigências dos capitais ingleses, principalmente em termos de matérias-primas industriais e gêneros alimentícios, é o condicionamento geral que vai se impor à região e ao desenvolvimento de sua forma particular de capitalismo. E esta inserção dependente só foi possível pela condição objetiva em que a região se encontrava no momento do avanço das relações capitalistas mundiais posto pela revolução industrial, condição relegada,

especificamente para a América Latina, pela configuração específica deixada pelo sistema colonial.

Este tema também obtém um tratamento relevante em *O capitalismo dependente latino-americano*, de Vânia Bambirra, que foi escrito em 1970 e publicado dois anos mais tarde. Tendo sido produzido no interior do trabalho coletivo posto pela experiência do CESO da Universidade do Chile, este livro supera em vários pontos o caráter limitado da obra de Marini, por introduzir análises teóricas e históricas que se encontram em um menor nível de abstração. Nele, Bambirra defende que a partir das determinações mais gerais da dependência também se produzem diferenciações internas, que são elas mesmas a forma de manifestação histórica desta condição. Assim, para níveis menos elevados de análise, o exame dos mecanismos mais gerais da dependência se apresenta insuficiente, sendo necessário, como mediação entre este e o estudo das trajetórias concretas dos diferentes países, o tratamento da tipologia que emerge a partir deste desenvolvimento e distinção<sup>50</sup>.

Segundo Bambirra (2013, p. 55-62), o processo de industrialização latino-americano, que fundamenta objetivamente esta diferenciação tipológica, se baseia primeiramente na substituição de importações, mecanismo onde as mercadorias vindas dos países centrais passam a ter sua produção satisfeita a partir de indústrias nacionais. Ele é potencializado em períodos de crise do mercado mundial e de restrição externa, quando a demanda representada pelo mercado interno dinamiza o surgimento de setores industriais, primeiro vinculados à produção de bens de consumo não-durável e, de acordo com a complexificação do processo, se direcionando em seguida à ramos de maior composição orgânica e de bens de capital. A substituição de importações não é, entretanto, um mecanismo automático, que sempre passa a operar durante os períodos de restrição externa, mas antes, para ocorrer, pressupõe um grau mínimo anterior de estruturação do mercado interno e de desenvolvimento industrial. É a busca pela apreensão de quais os determinantes históricos destes elementos que leva Bambirra

---

<sup>50</sup> Para a construção desta tipologia é considerada a diferenciação que se produz no interior da condição dependente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, onde, pela afirmação das tendências inerentes aos mecanismos de concentração e centralização de capital no interior dos países centrais e no mercado mundial, se modificam o conteúdo das relações econômicas internacionais. A tendência à integração monopólica faz divergir as trajetórias dos países latino-americanos de acordo com as estruturas econômicas que encontra. Segundo a autora, os países de tipo A são aqueles que abarcaram um processo de industrialização a partir da existência de um mercado interno vinculado à atividade do setor exportador, processo determinado pelas particularidades da condição dependente, mas que foi capaz de fazer surgir setores burgueses nacionais vinculados à produção industrial. Os países de tipo B são aqueles em que a industrialização é fruto somente da ação do capital estrangeiro mediante a sua integração monopólica com os capitais dos países centrais, o que coloca distinções frente aos países de tipo A e onde não há qualquer controle nacional sobre as indústrias criadas. Os países de tipo C, finalmente, são aqueles que mesmo na fase de integração monopólica não passaram pela industrialização. As leis e tendências particulares a cada tipo serão definidas justamente pela diferença assumida pela industrialização. Ver Bambirra (2013, p. 58-60).

a analisar suas possibilidades de conformação no interior das economias dependentes, produtos por sua vez da própria afirmação do capitalismo na região.

Ao longo do século XIX se desenvolve e amplia a subordinação da estrutura econômica dos países latino-americanos de acordo com as necessidades dos capitais industriais, principalmente quando da emergência de setores mecanizados voltados para a produção de máquinas. De acordo com o que já foi assinalado, a penetração destes impulsos capitalistas nas antigas colônias exportadoras se dá pelos seus setores centrais, vinculados ao mercado mundial, e que condicionam assim a transformação da totalidade das sociedades latino-americanas.

Produzem-se assim profundas transformações que tendem à modernização do sistema produtivo dos países dependentes, de modo que tal sistema possa responder a duas ordens de necessidades da expansão do capitalismo mundial:

1º. O aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para satisfazer as demandas crescentes da nova fase de industrialização nos países capitalistas avançados.

2º. A expansão dos mercados internos desses países, a fim de que sejam capazes de absorver maior quantidade dos produtos manufaturados dos países capitalistas centrais.

E, embora essas duas questões possam ser analiticamente separadas, como objeto de estudo, para facilitar nosso trabalho de pesquisa, na prática histórico-concreta estavam intimamente vinculadas como partes constitutivas de um mesmo processo econômico. (BAMBIRRA, 2015, p. 66-67)

A expansão das relações capitalistas de produção no interior da economia dependente se dá concomitantemente à sua transformação estrutural, no sentido de se adequarem à produção dos valores de uso requeridos pelos capitais industriais, principalmente de matérias-primas e gêneros alimentícios, e de se conformarem como espaço de realização para a própria produção manufatureira. Essas funcionalidades que são assumidas pelas economias dependentes na divisão internacional do trabalho são aspectos que compõem um mesmo processo, derivados da atuação expansiva do capital e da maneira particular que ele se universaliza. De acordo com a autora,

o mesmo processo que gera a divisão internacional do trabalho é aquele que, por sua vez, cria as condições para a expansão dos mercados nacionais e engendra, portanto, os elementos de superação das economias fundamentalmente exportadoras. Qual é o caráter das transformações modernizadoras que ocorrem nos setores primários-exportadores dos países dependentes na busca por adaptá-los às necessidades da nova expansão do capitalismo mundial? *Em primeiro lugar*, as transformações modernizadoras se manifestam na *organização social da produção*, na medida em que se generalizam as relações capitalistas de produção nos setores-chave da economia. Eles passam, assim, a serem predominantes, através da compra da força de trabalho mediante o pagamento de salário e, conseqüentemente, através da

formação de um mercado livre de trabalho. O fato de que, naquele momento, já estivesse bastante avançada a conquista do monopólio real sobre a propriedade das terras localizadas nas regiões mais importantes – monopólio este alcançado por uma restrita camada de donos de terra - de certa forma favorece a formação de um mercado livre de trabalho, em um processo estimulado em grande medida pela expansão do setor exportador. (...) É nesse processo de monopolização que restringe as áreas da economia de subsistência e de autoconsumo e gera um potencial disponível de mão de obra para ser proletarizada no setor exportador. A proletarização expressa o processo de penetração do capitalismo no campo – que, embora em vastas regiões passe a ser predominante, não elimina completamente as relações pré-capitalistas ou semi-serviis, e até coexistente com estas em alguns casos, tendendo a uma aproximação maior ou menor às relações capitalistas de produção puras, de acordo com as necessidades do sistema. Por outro lado, essa proletarização também se torna possível e necessária porque corresponde à melhor forma de entrelaçamento entre os países dependentes e os países capitalistas avançados. (BAMBIRRA, 2015, p. 67-68)

O central da perspectiva traçada por Bambirra é a ênfase na compreensão das “transformações modernizadoras” impostas pela revolução industrial como um processo de mudança na essência, na “organização social da produção” da economia dependente, e não uma mera atualização técnica e produtiva de seus processos de trabalho concretos. É pela inserção e subordinação do setor exportador no mercado mundial capitalista que se principia o processo de imposição das relações capitalistas de produção, a partir da quebra das unidades produtivas autossuficientes e da proletarização dos produtores diretos, pondo a contradição social básica entre capital e trabalho. A conformação da classe trabalhadora é estimulada pelo processo de monopolização das terras próprio à expansão do setor exportador sob o impulso capitalista, onde se fazem plenamente presentes a expropriação direta e outros mecanismos de acumulação primitiva. É a lógica da produção subsumida à ampliação do mais-valor e da produtividade que impõe como necessidade a conformação da classe trabalhadora e, portanto, de um mercado de trabalho, em uma dinâmica determinada pelas necessidades dos países industriais.

Assim, o avanço das relações capitalistas de produção modificaria o conteúdo da subordinação econômica latino-americana ao mesmo tempo que manteria o poder político e econômico das classes dominantes locais, justamente por ser mantida a centralidade do setor exportador para a estruturação econômica dependente. Nesta interpretação, será a modernização da estrutura deste setor, necessária ao atendimento das funções que a economia dependente assume ao longo do século XIX, que vai permitir a ampliação de sua acumulação de capital e de seu dinamismo econômico, engendrando a formação de setores complementares também dinâmicos e conformando, mediante o espraiamento da renda gerada, um mercado interno organizado. Ao longo do tempo, vão se desenvolver, dessa

forma, em alguns países latino-americanos certas atividades centradas somente em seu mercado interno. Estas atividades, apesar de subordinadas à dinâmica do setor exportador, possuirão uma trajetória em que ganham uma autonomia crescente e que vão possibilitar a emergência de novos processos no interior da sociedade dependente, tal como a emergência das primeiras indústrias.

É importante reforçar que Bambirra (2013, p.79-80) vincula a inexistência de revoluções e rupturas políticas e econômicas radicais na América Latina à manutenção de sua relação subordinada frente aos países centrais, estando sua história determinada pela evolução do capitalismo mundial. A hegemonia das classes vinculadas ao setor exportador está, segundo a autora, determinada pela subordinação econômica da região e, portanto, os processos históricos que mudem a forma da dependência (mas não esta condição em si) não podem ter como resultado senão a manutenção de seu poder político e econômico, mesmo que com uma complexificação cada vez maior da relação de classes. E a industrialização, ao ser determinada pela dinâmica do setor exportador, se baseou também no poder das classes dominantes. O que se desenvolveria, assim, seria uma relação de complementariedade e interdependência entre os setores exportadores e os industriais, colocando assim um regime político de compromisso entre essas frações da burguesia.

Voltando a Marini (2005a), vimos que a expansão comercial levada a cabo a partir dos séculos XIV e XV é um pressuposto para a revolução industrial e é a base sobre a qual esta se assenta, por possibilitar a existência de uma circulação mercantil desenvolvida, ou seja, de espaços de realização e acesso à determinados meios de produção, além de permitir o desenvolvimento dos capitais comercial e usurário. As relações de subordinação postas por esta mesma expansão estabelecem as possibilidades da divisão internacional do trabalho de acordo com os interesses dos capitais centrais e, portanto, a especialização das economias latino-americanas. Vale enfatizar o nexos categorial importante que se estabelece: Marini defende a constituição da relação de dependência a partir da revolução industrial pois é com base nesta que se universalizam a atuação, as tendências e as necessidades internas dos capitais industriais europeus, que transformam e subordinam a estrutura econômica dos países latino-americanos<sup>51</sup>.

Para Marini, portanto, a dependência é fundamentada com base na concorrência universal posta pela revolução industrial, ou seja, é a categoria da concorrência de capitais

---

<sup>51</sup> No apêndice deste trabalho tratamos da centralidade da grande indústria para a transformação da forma do trabalho social e afirmação do modo de produção capitalista, com base na subordinação real do trabalho ao capital, e ficará evidente o seu papel histórico para a construção do mercado mundial especificamente capitalista.

que medeia as legalidades universais do modo de produção capitalista e as relações de dependência (e assim o próprio imperialismo). Isto aparece claramente na análise do autor quando trata das transferências de valor, em que o mecanismo posto em evidência é a transferência via preços internacionais, seja no interior do mesmo setor da produção ou entre setores diversos. Esta posição ganha força na medida em que Marini evidencia que o papel específico assumido pela economia latino-americana permite a transformação das relações próprias ao processo produtivo levado a cabo nos países centrais, o que demonstra como as relações de subordinação em termos de valor de uso se articulam com elementos vinculados ao processo de valorização.

A revolução industrial, ao pôr a forma especificamente capitalista do processo de trabalho, introduz os mecanismos que possibilitam a busca ilimitada pela elevação da produtividade, colocando o mais-valor relativo como a base do processo de acumulação capitalista. No entanto, é pressuposta a disponibilidade material tanto das matérias-primas e de alimentos exigidos pelo aumento de produtividade quanto pela ampliação da escala produtiva. Para Marini, portanto, é no papel de fornecedora destes elementos que a América Latina contribui de maneira crucial para o avanço da revolução industrial e, portanto, para a reprodução ampliada do modo de produção capitalista.

Se é próprio ao capitalismo a centralidade das relações econômicas como base da exploração e da extração de mais-trabalho, deslocando a necessidade direta de mecanismos políticos de coerção, ou seja, se a própria afirmação das leis econômicas garante a reprodução ampliada de um sistema de exploração, mesmo que este mecanismo não seja evidente, nada poderia ser diferente no âmbito internacional. Assim, à medida que o mercado mundial se consolida e desenvolve, é o funcionamento de suas leis intrínsecas que garante a reprodução das relações heterogêneas em seu interior, a ampliação da subordinação econômica e, portanto, da dependência. É a expansão do mercado mundial, a partir da revolução industrial, que coloca a desigualdade estrutural entre os diferentes países, a qual, por estar de acordo com as necessidades dos capitais dos países centrais, permite o avanço de sua reprodução ampliada. Desta maneira, o desenvolvimento desigual e combinado das diferentes nações é parte intrínseca do processo de “tomada do mundo” pelo modo de produção capitalista. Os mecanismos estabelecidos por este mercado mundial, a despeito da aparência de igualdade entre as nações na troca de mercadorias, contêm, além da subordinação material entre os capitais, processos de transferência de valor entre eles.

Entre os processos de transferência de valor, Marini (2005a) põe em evidência, em primeiro lugar, aqueles relacionados ao mecanismo de conformação de preços mediado pela

concorrência internacional entre capitais. No interior de uma mesma esfera de produção, a transferência de valor se dá no sentido de favorecer os países que produzem suas mercadorias abaixo do tempo de trabalho médio, ou seja, aqueles que apresentam maior produtividade. Neste caso, é o vender das mercadorias pelo seu valor – determinado no mercado mundial – que engendra a transferência de valor entre capitais. Entre setores distintos, é a tendência de igualação das taxas de lucro entre países que possuem capitais de diferentes composições orgânicas (e, portanto, diferentes produtividades) que conforma os preços de produção como reguladores dos preços de mercado em nível internacional e estabelece relações de transferência de valor no sentido dos países de maior produtividade, em geral países industrializados. Esse processo também se realiza pela situação de monopólio produtivo que estes mesmos países possuem quanto aos produtos manufaturados, possibilitando desta maneira a apropriação de um valor maior do que são responsáveis por produzir (Marini, 2005a, p. 144-145).

Ainda de acordo com os argumentos elaborados por Marini (2005a), os capitais dos países dependentes não procuram suprimir o mecanismo de transferência de valor mediante a elevação de sua produtividade, mas sim buscam compensá-lo internamente por meio do que o autor chama *superexploração da força de trabalho*<sup>52</sup>. A superexploração da força de trabalho se baseia em métodos relacionados ao mecanismo do mais-valor absoluto, ou seja, à ampliação da jornada de trabalho e da intensidade do processo de trabalho e, além destes, também pelo pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor normal. Desta maneira, os três métodos assinalados se baseiam na “violação” do valor da força de trabalho destes países, sendo os dois primeiros pautados pelo aumento de seu consumo (via incremento da intensidade ou prolongamento da jornada de trabalho) sem correspondência em aumento salarial, e o último é diretamente relacionado ao pagamento abaixo de seu valor normal.

A superexploração também se vincula às possibilidades abertas pela estruturação produtiva dos países latino-americanos. Ao cumprir o papel de fornecedora de matérias-primas e alimentos dos países europeus, a América Latina teve seu eixo de acumulação desde o princípio virado ao mercado externo, sendo este último o espaço por excelência de realização de suas mercadorias. Desta maneira, a força de trabalho interna sempre representou um mercado secundário para os capitais dependentes, o que abriu espaço para a violação cotidiana de seu valor sem que houvesse danos em termos de demanda. Além disso, a

---

<sup>52</sup> Na verdade, em *Dialética da dependência* Marini utiliza *superexploração do trabalho*, termo que consideramos impreciso por “tratar a força de trabalho (mercadoria) como sinônimo do trabalho (o valor de uso da mercadoria) e, portanto, perder de vista a dialética da mercadoria força de trabalho” (CARCANHOLO, 2013, p. 75). Para uma crítica detalhada desta categoria, ver Carcanholo, 2013.



atividade agrícola levada à cabo nestas regiões permite a extração de uma maior quantidade de mais-valor sem aumento significativo de dispêndio com a parte constante do capital, possibilitando a diminuição de sua composição valor e, assim, a elevação da taxa de lucro. Portanto, para Marini, o fenômeno da superexploração, enquanto mecanismo de compensação das transferências de valor no nível do mercado mundial, é também desenvolvimento das determinações impostas pelas necessidades concretas, em valores de uso, dos capitais industriais europeus. É, desta maneira, a síntese internamente desdobrada das relações heterogêneas no interior do mercado mundial, tanto de transferência de valor, quanto de subordinação material.

Importante explicitar que a superexploração não exige, como fenômeno, a predominância das relações de produção capitalistas para ocorrer. De fato, a inserção mesma da América Latina no mercado mundial é o fator de imposição da lógica capitalista de valorização, que paulatinamente irá modificar as relações produtivas já existentes na região e introduzir as relações de produção especificamente capitalistas. Desta maneira, o fenômeno da superexploração é gestado a partir das relações produtivas pré-existentes, enquanto o conjunto das relações capitalistas ainda está em processo de afirmação plena.

o simples fato da vinculação ao mercado mundial, e a conversão conseguinte da produção de valores de uso em produção de valores de troca que isso acarreta, tem como resultado imediato desatar um afã por lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente. (...) O efeito da troca desigual é — à medida que coloca obstáculos a sua plena satisfação — o de exacerbar esse afã por lucro e aguçar portanto os métodos de extração de trabalho excedente. (MARINI, 2005a, p. 148-149)

É a introdução mesma do imperativo ao lucro mediante a incorporação ao mercado mundial e à concorrência universal postos pela revolução industrial que impõe uma mudança no conteúdo e sentido do trabalho social e, portanto, estabelece a possibilidade de ocorrência de fenômenos tais como a superexploração da força de trabalho, mesmo que ainda não estejam totalmente bem estabelecidas as bases do modo de produção capitalista, tal como a existência de uma classe trabalhadora “livre”. É neste sentido que Marini aponta a utilização histórica do trabalho escravo pelo capital a partir das necessidades de acumulação postas em condições históricas e geográficas específicas (MARINI, 2005a, p. 150). No entanto, o fenômeno da superexploração só pode se efetivar plenamente a partir da hegemonia das relações capitalistas de produção, pois é a desvinculação entre a posse do trabalhador e a utilização de sua força de trabalho, própria à existência de uma classe trabalhadora “livre”,

que permite o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor normal, já que é indiferente ao capital a não-reposição do maior desgaste da mesma.

O capital só se vincula à força de trabalho no processo de produção e no interesse de extrair a maior porção possível de mais-trabalho. Assim, ao se inserir, a partir da emergência do mercado mundial, os imperativos capitalistas nas economias exportadoras escravagistas, amplia-se a exploração do trabalho escravo enquanto o trabalho assalariado ainda não aparece como dominante. A superexploração da força de trabalho escrava só foi possível enquanto a ampla disponibilidade de escravos possibilitava seu preço relativamente baixo e permitia, assim, ao capital não se preocupar muito com as perdas geradas a si próprio pela ampliação de seu desgaste. Desta maneira, nas economias latino-americanas, a abundância de escravos é um fator contrarrestante à passagem ao trabalho assalariado. Somente a partir do momento que a superexploração do trabalho escravo não era mais possível devido à sua escassez que se possibilitou a plena transição ao regime assalariado. A necessidade de abundância de trabalho “livre”, base inclusive para a própria superexploração do trabalhador assalariado, é assim um dos fatores que leva a cabo o processo de abolição da escravatura no Brasil. O que vai permitir ao capital desgastar de maneira acentuada a força de trabalho latino-americana, sem se preocupar com sua reprodução, é a abundância de “braços livres” na região, derivada dos grupos populacionais conformados pelo período anterior de colonização (onde foram arrancados de sua reprodução cotidiana “fora” do modo de produção capitalista”) e pela emigração de parte da classe trabalhadora europeia, tornada excedente em seus países de origem pelo próprio avanço da revolução industrial.

Desta maneira, a transição às relações de produção capitalistas pela qual passa a América Latina é um fenômeno que se apresenta tanto pela emergência do trabalho assalariado como forma predominante da força de trabalho, quanto pela apropriação e intensificação, ainda que de maneira historicamente transitória, de formas de trabalho não-capitalistas como a escravidão. Este processo se apresentará de maneiras particulares de acordo com as condições objetivas que encontra nas estruturas produtivas dos países dependentes. A vinculação ao mercado mundial, portanto, implica em modificações nas relações de produção internas, colocando particularidades ao capitalismo que se configura na região. Esta forma específica da produção, posta pela particularização de um modo de produção que se universaliza, deve desdobrar também uma forma específica da circulação de capital.

O ciclo do capital na economia dependente está relacionado aos diferentes ciclos efetivados na totalidade do mercado mundial, baseados em relações desiguais e combinadas

entre si. Sua especificidade, portanto, está relacionada aos papéis assumidos pela região no mercado mundial, sua subordinação econômica e os processos de transferência de valor que seus capitais sofrem. É desta maneira, conforme exposto, que a sustentação ao mecanismo do mais-valor relativo, próprio ao avanço industrial europeu, se dá pela utilização de instrumentos em geral associados ao mais-valor absoluto para a ampliação da exploração do trabalhador latino-americano. O ciclo do capital latino-americano apresenta, conseqüentemente, particularidades importantes, já que o espaço de realização de suas mercadorias não é o mesmo em que elas são produzidas, o que determina limites e possibilidades definidoras da condição dependente. Para Marini, nela é potencializada a contradição, própria ao modo de produção capitalista, entre produção e realização das mercadorias.

Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital — a produção e a circulação de mercadorias — cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (MARINI, 2005a, p. 155)

As determinações postas pelas relações de produção dependentes, desta maneira, vão impor uma diferenciação do mercado interno destes países, onde o consumo representado pela classe trabalhadora sofre pela intensificação da superexploração, gerando setores produtivos nacionais limitados, e o consumo improdutivo derivado do mais-valor é satisfeito mediante importações dos países centrais. As duas esferas de consumo, interligadas pela exploração da força de trabalho no processo produtivo, caracterizam a cisão própria à economia dependente e são expressão potencializada da contradição própria ao capitalismo da classe trabalhadora enquanto produtora e consumidora de mercadorias. A diferenciação do mercado interno dependente é da mesma maneira resultado da subordinação da produção econômica latino-americana à satisfação das necessidades das estruturas produtivas dos países centrais e dos processos de transferência de valor. É a partir desta base que, quando mudam as condições gerais do mercado mundial, com seus efeitos sobre o conjunto dos países dependentes, se principia o processo de industrialização dependente.

Será em um contexto de crise do mercado mundial capitalista, no período histórico que se inicia com a Primeira Guerra Mundial, perpassa a crise de 1929 e que somente termina com o fim da Segunda Guerra Mundial, que se abrirá a possibilidade histórica de complexificação da estrutura produtiva de determinados países latino-americanos, a partir da emergência de

um setor industrial cada vez mais desenvolvido. Esse processo de industrialização, no entanto, será construído dentro dos limites estabelecidos pelas determinações mais gerais da economia dependente, e quando da nova fase imperialista lançada no pós-guerra, baseada na integração entre os grandes monopólios provenientes dos países centrais, encontrará contradições cada vez mais gritantes, que culminarão na aceitação do papel de sócio menor do imperialismo por parte das burguesias latino-americanas e tomarão forma política em violentos estados militarizados.

### 3.2 Colonização e dependência

Resta fazer menção às contribuições de Theotonio dos Santos, aglutinadas em seu livro *Imperialismo y Dependencia*, publicado no México em 1978. A obra é um dos textos mais importantes da teoria marxista da dependência, e constitui-se do acúmulo dos principais aportes feitos pelo autor entre finais da década de 1960 e os primeiros anos da de 1970. Ela também foi produzida no interior do ambiente de trabalho conjunto do qual são fruto os dois textos já comentados, porém guarda ao mesmo tempo um maior distanciamento temático e algumas diferenças teóricas importantes.

De início, nos parecem significativas as relações categoriais que o autor estabelece entre os fenômenos do *imperialismo* e da *dependência*. Ele argumenta que as teorias clássicas do imperialismo desenvolvidas no início do século XX foram responsáveis por analisar processos específicos nos centros capitalistas, e a despeito de serem insuficientes para a compreensão das leis e tendências próprias à dependência, elas constituem seu pressuposto teórico, por justamente colocarem o seu quadro geral condicionante. A teoria da dependência é desta maneira o desdobramento necessário das teorias do imperialismo, de forma a compreender como as leis gerais do capitalismo se desenvolvem e assumem formas particulares, de acordo com sua inserção diferenciada e subordinada no mercado mundial. Para Dos Santos (1978), o imperialismo e a dependência são os elementos contraditórios que integram a totalidade do mercado mundial, estando em condicionamento recíproco constante e requerendo também a unidade particularizada de seu tratamento teórico. A perspectiva que se coloca, desta maneira, não é a de centros imperialistas que determinam unilateralmente os países que lhe são subordinados, mas antes a noção da totalidade de um mercado mundial que se manifesta em processos de desenvolvimentos particulares, combinados e desiguais entre si. A história do modo de produção capitalista, o “avanço” do capital, se particulariza assim no

“atraso” latino-americano. O subdesenvolvimento não é a negação do capitalismo, mas antes seu fruto por excelência. Ele é resultado necessário da gênese e da reprodução ampliada deste sistema.

Este ponto de vista que permeia toda a teoria marxista da dependência comparece no tratamento especial que Dos Santos (1978) dá à questão do caráter do período colonial latino-americano. A resposta para a questão importante quanto a caracterização das sociedades coloniais e o absurdo da defesa de elementos feudais em sua formação se enquadra na apreensão dos mecanismos que operavam no interior da expansão marítima europeia. As particularidades das colônias latino-americanas, como o regime de trabalho escravocrata, a existência de bolsões de subsistência e o caráter limitado das relações capitalistas devem ser compreendidas à luz dos momentos mais gerais efetivados no interior do período “mercantil-manufatureiro”.

A partir de sua interpretação sobre os escritos de Marx, Dos Santos (1978) caracteriza o sistema colonial como uma fonte de acumulação primitiva de capital, com base no comércio escravocrata e na expropriação de riquezas, sendo um eixo de sustentação da produção manufatureira e um centro produtor das necessidades europeias em termos de recursos e outros produtos, contribuindo também desta maneira para a emergência do capitalismo industrial. Esta relação de não-identidade entre o domínio do capital comercial e o capitalismo industrial se ressignifica, para o mundo colonial, na indicação de que o fenômeno de sua subordinação não estava posto pela afirmação do modo de produção especificamente capitalista. Porém, isto não significa que nesta região predominavam relações de produção feudais, mas antes, que tais relações eram sínteses necessárias do movimento de expansão comercial da época, que acabou por impor, devido às próprias limitações do capital comercial, formas de trabalho semi-servis ou escravocratas:

Deslocando a análise para o mundo colonial, vemos quão errôneo é estabelecer uma relação direta entre o domínio do capital comercial na América Latina colonial e a instalação de um modo de produção capitalista. (...) Isto não significa que tenham existido modos de produção “feudais” na América Latina, pois não se tratava de criar uma sociedade feudal, fechada sobre si mesma. A produção nasceu entre nós como produção de mercadorias. Mas como produção atrasada e submetida ao capital comercial, o qual gera regimes de produção pré-capitalistas. (DOS SANTOS, 1978, p. 336)<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> Tradução livre de “Trasladado el análisis al mundo colonial, vemos cuán erróneo es concluir una relación directa entre el dominio del capital comercial en Latinoamérica colonial y la instalación de un modo de producción capitalista. (...) Esto no significa que hayan existido modos “feudales” de producción en América Latina, pues no se tratava de crear una sociedad feudal, cerrada sobre sí misma. La producción ha nacido entre nosotros fundamentalmente como producción de mercancías. Pero como producción atrasada y sometida al capital comercial, lo cual genera regímenes de producción precapitalistas.”

Assim, e de acordo com a própria perspectiva totalizante que Dos Santos propõe, fica evidente que o período da colonização deve ser analisado como determinado pelos mecanismos profundos que operavam no interior das sociedades europeias, que não estavam vinculados à afirmação do modo de produção capitalista mas que eram diretamente relacionados à expansão comercial. Desta maneira, o sentido da colonização era de fato a produção comercial, mas esta não indicava necessariamente a existência de um modo de produção capitalista posto. Tal análise é de fundamental importância, a despeito do autor colocar ênfase na existência de um “capitalismo comercial”, em contradição ao modo de produção feudal e eixo de sua dissolução. Também importante é a ênfase do caráter limitado e em grande parte reacionário do capital comercial, que se constituiu em barreira a ser superada pelo capital industrial, o que somente seria possível após a revolução industrial e a transição ao assalariamento. Assim, também negando sua caracterização feudal, para apreender a realidade do sistema colonial devemos enquadrá-lo na totalidade das relações econômicas da época, como modos de produção acessórios que recuperavam formas de trabalho pré-capitalistas justamente como parte da transição a este modo de produção. Para Dos Santos (1978), o ponto de vista que deve prevalecer é o da totalidade, que permite apreender que a existência de formas de trabalho semi-serviis ou escravocratas era posta pela orientação mercantil das colônias e pelo caráter limitado do capital comercial<sup>54</sup>.

Como vimos, a dependência é uma situação em que os processos internos a determinadas economias estão condicionados pelos movimentos de outras economias dominantes. É uma situação de subordinação frente ao predomínio dos países centrais, cujos capitais se apropriam de um volume maior de valor do que produziram a partir de sua hegemonia tecnológica, econômica e política. Dizer que a dependência é uma situação condicionada não significa a unilateralidade e a predeterminação das trajetórias, senão que o quadro de suas possibilidades está posto como limite para os desenvolvimentos particulares. Desta maneira, tais condicionamentos estão suscetíveis tanto à pluralidade das características

---

<sup>54</sup> “Apesar de se terem estabelecido modos de produção próximos à servidão (modos semiserviis ou mistos de servidão e outras formas de produção), o conjunto da economia não era feudal pois se dedicava à produção de mercadorias e era dominada pelo capital comercial e financeiro. Isto não quer dizer, no entanto, que não fora uma economia pré-capitalista, pois, como afirmamos, o capital mercantil não gera um modo de produção capitalista por si mesmo” (DOS SANTOS, 1978, p. 353). Tradução livre de “A pesar de que se hayan establecido modos de producción cercanos al servilismo (modos semiserviles o mixtos de serviles y otras formas de producción), el conjunto de la economía no era feudal, pues se dedicaba a la producción de mercaderías y era dominada por el capital comercial y financiero. Esto no quiere decir, sin embargo, que no fuera una economía precapitalista, pues como decimos, el capital mercantil no genera un modo de producción capitalista por sí mismo”.

particulares, que assim redefinem as diferentes formas de manifestação da dependência, quanto às próprias alterações das estruturas imperialistas e seus desdobramentos, que modificam, mas nunca rompem a própria caracterização dependente.

Outro elemento fundamental para a conceituação da dependência, segundo Dos Santos, é sua apreensão não enquanto subordinação meramente externa, mas sim como um fenômeno que se baseia na dominação internalizada mediante os interesses das classes dominantes locais. Desta maneira, se a burguesia latino-americana não defende um projeto político e econômico autônomo não é por ser alienada, reacionária etc., mas sim porque seus próprios interesses materiais estão de acordo com a posição subordinada, funcionando como um elemento interno do imperialismo, enquanto burguesia especificamente dependente. Portanto, apesar de existirem contradições entre os interesses da burguesia latino-americana e a dos centros imperialistas, estes se conjugam na manutenção da situação dependente. Para Dos Santos (1978), compreender esta situação de compromisso é um elemento fundamental para não cair em falácias tais como a interpretação culturalista quanto ao atraso das elites locais. Finalmente, se a dependência é um fenômeno de internalização e particularização das condições relacionais heterogêneas inerentes ao modo de produção capitalista, isto significa que sua superação implica necessariamente o enfrentamento ao mercado mundial capitalista como um todo.

De acordo com os processos mais gerais do próprio modo de produção capitalista, Dos Santos argumenta que a dependência se expressou historicamente em pelo menos três formas, cada uma determinada de acordo com mecanismos específicos de domínio político e econômico e de transferência de riqueza.

Ditas formas são:

1º A dependência colonial, comercial-exportadora, na qual o capital comercial e financeiro, aliado do Estado colonialista, dominava as relações econômicas nas economias europeias e coloniais mediante o monopólio do comércio.

2º A dependência financeiro-industrial, que se consolida em finais do século XIX, caracterizada pelo domínio do grande capital nos centros hegemônicos e sua expansão ao exterior para investir na produção de matérias primas e produtos agrícolas consumidos nos centros hegemônicos.

3º A dependência tecnológico-industrial, novo tipo de dependência consolidado no período pós-guerra, caracterizada basicamente pelo domínio tecnológico-industrial das empresas transnacionais, que passam a investir nas indústrias destinadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos. (DOS SANTOS, 1978, p. 310)<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> Tradução livre de “Dichas formas son: 1º La dependencia colonial, comercial-exportadora, en la cual el capital comercial y financiero, aliado del Estado colonialista, dominaba las relaciones económicas en las economías europeas y coloniales, mediante el monopolio del comercio; 2º La dependencia financiero-industrial, que se

As duas primeiras formas da dependência, a colonial e a financeira-industrial, se baseavam no caráter agroexportador das economias latino-americanas, que por sua vez condicionava uma limitada circulação das rendas em seu interior, formas de superexploração da força de trabalho que limitavam o mercado interno, a existência marcante de economias de subsistência e o controle direto dos capitais provenientes dos países centrais sobre certos setores centrais. Assim,

Na primeira e na segunda forma da dependência, a produção se orientou para os produtos destinados à exportação (...). A estrutura produtiva interna se caracterizava assim por uma rígida especialização e pela orientação de regiões inteiras para a monocultura (caso do Caribe, do nordeste brasileiro, etc.). (DOS SANTOS, 1978, p. 312)<sup>56</sup>

Aqui se faz necessário apontar um elemento fundamental na análise de Dos Santos, colocado já quando o autor enumera as diferentes formas assumidas pela dependência e aqui novamente posto explícito. A especialização e orientação exportadora inegáveis das duas primeiras formas de dependência são aqui igualadas justamente por suas características formais comuns, o que consideramos um problema relevante. Vimos no tratamento anterior das perspectivas de Bambirra (2015) e Marini (2005a) que, para tais autores, o tipo de produção, o valor de uso produzido, o papel assumido enquanto espaço de realização de mercadorias, o conteúdo das relações econômicas internacionais, seus instrumentos de extração de riquezas e seus efeitos sobre a estrutura social exportadora são completamente distintos para as duas formas trabalhadas. Em acordo com esta linha, entendemos que a proposta de Dos Santos (1978) esconde processos históricos importantes para o mercado mundial capitalista, que diferenciam o caráter e o conteúdo da posição das economias exportadoras latino-americanas nas relações econômicas internacionais. Podemos dizer, neste sentido, que é justamente a ruptura entre elas que constitui momento central para o estudo da dependência especificamente capitalista.

---

consolida a fines del siglo XIX, caracterizada por el dominio del gran capital en los centros hegemónicos y su expansión hacia el exterior para invertir en la producción de materias primas y productos agrícolas consumidos en los centros hegemónicos; 3º La dependencia tecnológico-industrial, en el período de la posguerra, se consolidó en un nuevo tipo de dependencia, caracterizada básicamente por el dominio tecnológico-industrial de las empresas transnacionales, que pasan a invertir en las industrias destinadas al mercado interno de los países subdesarrollados.”

<sup>56</sup> Tradução livre de “En las formas primera y segunda de dependencia, la producción se orientó hacia los productos destinados a la exportación (...). La estructura productiva interna se caracterizaba así por una rígida especialización y una orientación de regiones enteras hacia la monocultura (caso del Caribe, del noreste brasileño, etc.).”



Desta maneira, e em segundo lugar, a crítica deve ser apontada diretamente à própria caracterização da condição colonial enquanto uma situação de dependência. Aqui a posição de Dos Santos contrasta marcadamente com a assumida por Marini (2005a), para quem somente se pode falar de dependência especificamente capitalista a partir da revolução industrial, quando o modo de produção capitalista se põe por completo e reconfigura a estrutura das relações econômicas internacionais produzida pela expansão comercial europeia, dando-lhes novo conteúdo. Apesar de ser inegável o caráter subordinado das colônias frente às metrópoles e sua orientação comercial, o modo de produção especificamente capitalista e o capital industrial ainda não haviam se efetivado em seu interior, o quadro geral de sua sociabilidade não estava determinado pelas legalidades do capitalismo, as quais somente aparecem plenamente conforme este impõe uma forma do trabalho e do intercâmbio social que lhe são específicas. Neste sentido, nos aproximamos da perspectiva de Marini, e pensamos que, ao se igualar a situação colonial à condição de dependência a partir de uma equiparação formal, perdemos de vista as conexões internas necessárias com outros momentos do modo de produção, o que constitui em obstáculo para a apreensão da especificidade da categoria e da totalidade de suas leis e tendências,.

Esse problema se relaciona, de maneira mais evidente, à perspectiva histórica de Dos Santos a respeito do período do capitalismo comercial. Apesar de não ser identificado com o modo de produção capitalista em si, ele é encarado como o fator dissolvente da sociedade feudal e motor da expansão mercantil que constitui o pressuposto da emergência da revolução industrial, em clara proximidade do autor com o que foi definido por Wood (2001) como o “modelo mercantil” da transição ao capitalismo. Para Dos Santos, atuação do capital comercial põe grande parte das relações fundamentais que são pressupostas ao capitalismo, em especial a existência de um mercado mundial dominado por relações heterogêneas entre países. Neste sentido, ao se estabelecer uma linha direta entre o domínio do capital comercial e a emergência da grande indústria, é natural reconhecer nos fenômenos próprios à expansão mercantil as categorias específicas ao capitalismo, ainda que não totalmente desenvolvidas. Desta maneira, as colônias latino-americanas no mínimo guardariam os traços mais gerais das formas de dependência ulteriormente assumidas. No primeiro capítulo, no entanto, vimos por meio do debate das perspectivas de Wood (2001) e Brenner (1988) a importância de se distinguir entre o conteúdo das relações econômicas estabelecidas pela expansão mercantil e aquelas postas pelo modo de produção capitalista, rompendo com a noção problemática de igualdade entre relações comerciais e relações capitalistas. Neste sentido, e tentando seguir os apontamentos desses dois autores, acreditamos que a despeito da ênfase que Dos Santos

coloca sobre a revolução industrial, seu ponto de vista acaba por camuflar certos aspectos importantes de seu conteúdo histórico, sendo um obstáculo à apreensão plena da emergência concreta da dependência e suas legalidades.

De outro modo, importa também a maneira pela qual a dependência é caracterizada. Apesar de serem feitos apontamentos fundamentais, necessários à crítica das perspectivas conservadoras (como as desenvolvimentistas) e à concepção adequada de como se desenvolvem de maneira desigual e combinada os distintos capitais no interior da totalidade do modo de produção capitalista, a dependência não é derivada das determinações mais gerais estabelecidas de acordo com as categorias básicas do capitalismo, sendo em parte construída teoricamente como negação de certas posições, em parte se assumindo como descrição dos múltiplos princípios já mencionados, derivados das teorias do imperialismo, mas não plenamente articulados e referidos entre si. Assim, a despeito de ser colocada como situação imanente à emergência e reprodução ampliada do mercado mundial, é explícita a falta de desenvolvimento da categoria da dependência a partir dos elementos universais legados por Marx em sua análise dos fundamentos gerais do modo de produção capitalista. Ela não é diretamente desdobrada de suas categorias básicas, como necessidade de suas contradições fundantes, mas é mediada, por toda a perspectiva do autor, pela teoria dos monopólios legada pela vertente “clássica” das teorias do imperialismo. Esse tipo de análise fica particularmente evidente quando Dos Santos estabelece como base explicativa da transferência de valor via preços a existência dos monopólios sobre a produção industrial, e não a desigualdade entre a composição orgânica dos capitais dos países centrais e dos dependentes, tal como aponta Marini<sup>57</sup>. Assim, enquanto para este a transferência de valor via preços se dá diretamente com

---

<sup>57</sup> “O sistema de preços se situa na área da circulação da riqueza. Mediante a venda dos produtos se realiza um mais-valor que se criou no processo produtivo. Nas trocas internacionais não se produz, portanto, um processo de exploração da força de trabalho. Mas sim uma expropriação por parte de um proprietário privado da parte do resultado do trabalho apoderado por outro proprietário. Para que esta apropriação se dê, é necessário que estas trocas não se façam segundo o valor real dos produtos. Ou seja, supõe condições especiais de monopólio de mercado. (...) a questão dos termos de troca e do comércio desigual é essencialmente um problema de poder econômico. Os mecanismos de oferta e demanda, os mecanismos de custos de produção nos quais entram os salários, as limitações ao aumento do consumo de produtos primários e agrícolas, apesar de contarem significativamente no comércio destes produtos, são fenômenos secundários” (DOS SANTOS, 1978, p. 321-322). Tradução livre de “El sistema de precios se sitúa en el área de la circulación de la riqueza. Mediante la venta de los productos se realiza una plusvalía que se creó en el proceso productivo. En el intercambio internacional no se produce por lo tanto un proceso de explotación de la fuerza de trabajo. Pero sí se produce una expropiación por parte de un propietario privado de parte del resultado del trabajo apoderado por otro propietario. Para que esta apropiación se dé es necesario que este intercambio no se haga según el valor real de los productos. Es decir, supone condiciones especiales de mercado monopólico. (...) la cuestión de los términos de intercambio y del comercio desigual es esencialmente un problema de poder económico. Los mecanismos de oferta y demanda, los mecanismos de costo de producción en que entran los salarios, las limitaciones al aumento del consumo de productos primarios y agrícolas, a pesar de contar significativamente en el comercio de estos productos, son fenómenos secundarios”.

a afirmação da concorrência em nível internacional, em Dos Santos ela é explicada de acordo com a sua negação, pela existência dos monopólios.

Os monopólios de produção industrial, de tecnologia, de fretes e seguros compõem o fenômeno base da explicação do autor para as transferências de valor e para a subordinação das estruturas produtivas latino-americanas. Nesse contexto, entendemos que ao deslocar a concorrência como mediação, tanto se impossibilita a derivação orgânica da categoria das determinações mais gerais apresentadas por Marx, a demonstração de sua necessidade a partir do desenvolvimento de suas contradições inerentes, quanto se perde parte do significado histórico da revolução industrial. É claro que autor trata largamente de sua importância, dos processos qualitativamente novos que dela emergem e suas consequências para as colônias, as transformações nas forças produtivas, os impactos universais da emergência de um novo modo de produção. No entanto, compreendemos que ao mesmo tempo se ocultam alguns fenômenos essenciais que se constituem nos mecanismos fundamentais de emergência da sociabilidade capitalista, base do desenvolvimento pleno de suas categorias e tendências universais.

Importante frisar que, para Marx (1984, p. 76), a revolução industrial é a universalização da concorrência a partir do deslocamento da centralidade do homem do processo produtivo, de sua substituição pela máquina, e assim o desenvolvimento da contradição entre valor e valor de uso pela superação dos limites impostos pelos processos concretos de trabalho ao impulso à valorização. É pela subsunção real do trabalho ao capital que o valor generaliza a si mesmo e, portanto, abre espaço para o pleno desenvolvimento das categorias imanentes ao modo de produção capitalista emergente<sup>58</sup>. Portanto, pensamos que, ao não se apreender a concorrência entre capitais como o fenômeno por meio do qual se expressam as legalidades do capitalismo, se perdem de vista suas interrelações categoriais fundamentais, abrindo espaço para equívocos tais como a igualação de fenômenos que são formalmente próximos mas que guardam um conteúdo distinto.

Entendemos que, se se pretende estabelecer a dependência como um fenômeno inerente ao capitalismo, parte inseparável de seu funcionamento, além do método de sua apreensão rigorosa, clara está a necessidade de relacioná-la como resultado por excelência da revolução industrial, da emergência do modo de produção capitalista e da explicitação de suas legalidades a partir da concorrência universal. Assim, somente a partir da análise dos desdobramentos das contradições fundantes do capitalismo que fica claro como, junto à

---

<sup>58</sup> Ver o Apêndice deste trabalho.

subsunção completa do trabalhador europeu, o capital se lança à conquista do conjunto da humanidade.

### 3.3 A transição dependente latino-americana

As contribuições categoriais da teoria marxista da dependência, em seu esforço de reenquadrar a revolução socialista como a única alternativa real da classe trabalhadora latino-americana, fornecem elementos indispensáveis para a compreensão de como o capitalismo, ao mesmo tempo em que se estrutura enquanto modo de produção universalizante, condiciona relações heterogêneas em seu interior, de subordinação e domínio. O mercado mundial, totalidade das relações capitalistas de produção, é ao mesmo tempo a unidade entre relações de imperialismo e dependência, e o resultado disso é que em sua reprodução são ampliadas as divergências entre as distintas trajetórias. Por isso mesmo que enquanto transição imposta desde o exterior, a construção da dependência não poderia ser senão a incorporação subordinada às legalidades capitalistas, que as reproduz em formas específicas e desenvolvem características e fenômenos particulares no interior deste modo de produção.

A ênfase de Marini na constituição da dependência a partir da revolução industrial e suas conseqüentes formas de integração ao mercado mundial, como fornecedora de matérias-primas para a produção industrial europeia, de gêneros alimentícios, além de espaço para a realização de mercadorias, estabelecem um marco histórico e categorial indispensável para delimitação e pleno estabelecimento dos nexos adequados. Apesar de sua postura metodológica obstaculizar a compreensão plena sobre a posição particular ou universal de determinadas categorias, principalmente as com maior nível de concreção, os traços ontológicos gerais apontados pelo autor são de tal maneira centrais que permitem a ênfase na revolução industrial como momento histórico essencial para a emergência do mercado mundial. Conforme demonstramos, este posicionamento é indispensável para a afirmação da importância da concorrência entre capitais como categoria mediadora entre as contribuições de Marx presentes em *O capital* e o desenvolvimento das categorias particulares à dependência. Somente no interior dessas considerações é que a *superexploração da força de trabalho* ganha pleno significado enquanto momento categorial central da dependência, ao mesmo tempo síntese destas relações heterogêneas de subordinação dos processos produtivos concretos e de transferência de valor no interior do mercado mundial quanto a base de desdobramento de suas tendências particulares. Dessa estrutura legada pela transição

subordinada ao modo de produção capitalista vão se desenvolver suas categoriais particulares, como a forma específica que aqui vai assumir o ciclo do capital, e desta maneira o quadro condicionante geral de sua trajetória de desenvolvimento.

Conforme demonstrado por Bamberger, a revolução industrial transforma as relações de produção latino-americanas a partir da sua viragem ao comércio internacional, legada pelo antigo sistema colonial. As relações capitalistas de produção se inserem justamente pelos setores exportadores, que por serem os centrais dessas formações sociais condicionam a mudança da totalidade de estrutura produtiva e de relações sociais básicas de produção. Desta maneira, em conjunto com a integração subordinada ao mercado mundial se estabelecem no interior da economia dependente a quebra dos espaços de reprodução material alheios ao mercado e a proletarização crescente dos produtores diretos. Este resultado é, no entanto, apenas sua tendência mais geral, e vimos que o capitalismo, em seu espraiamento pelo mundo, pode muitas vezes se utilizar de formas de trabalho que lhe são alheias para garantir suas necessidades de acumulação. Desta maneira, se torna evidente a relação contraditória da unidade entre a vinculação mercadológica da produção e a forma assalariada da força de trabalho, e corroboração da prioridade histórica e ontológica da primeira, que se vincula diretamente aos apontamentos feitos no primeiro capítulo sobre o processo geral de transição ao capitalismo. Por fim, também é importante a anotação de Bamberger sobre a forma específica em que se deu a inserção das relações capitalistas na região e a transformação de seu conteúdo estrutural, a mudança das relações de propriedade correspondentes significaram a manutenção do poder político das antigas classes exportadoras e estabeleceu a vinculação desta condição dependente à manutenção de uma forma política subordinada.

O tema da colonização encontra um tratamento sistemático nos trabalhos de Dos Santos, que estabelece importantes referenciais para a análise das relações de produção da América Latina no período da transição entre o modo de produção feudal e o capitalista. Sua defesa da perspectiva da totalidade para a compreensão do papel cumprido pela colonização estabelece um importante referencial para a defesa tanto da impossibilidade de caracterização da sociedade colonial como plenamente feudal quanto sua identificação com o modo de produção capitalista. Apesar da ênfase positiva no conteúdo qualitativamente novo das relações econômicas internacionais postas pela revolução industrial, a interpretação do autor esbarra na proximidade ao chamado “modelo mercantil” do processo de transição. Ao ver a atuação de um capitalismo comercial como diluidora do feudalismo e mecanismo propulsor do modo de produção capitalista, obstaculizou a plena apreensão da totalidade de relações contidas na categoria da dependência, sua emergência e especificidades históricas. Assim, o

posicionamento de Dos Santos serve como exemplo dos problemas teóricos levantados pela igualação acrítica das relações mercantis com o capitalismo, obscurecendo a especificidade e pressupostos históricos deste último, e sua controversa igualação da condição colonial com a dependência aparece como o resultado por excelência.

Indicamos também que muitas destas dificuldades estão relacionadas à manutenção de certas posições problemáticas já identificadas no debate clássico do imperialismo. Entendemos, no, entanto, que em suas formulações categoriais e apontamentos ontológicos centrais, indispensáveis teórica e politicamente, já estavam contidos os elementos que possibilitam a renovação crítica da teoria marxista de dependência, a partir da discussão ampla das suas formulações e rigorosamente referenciadas na teoria marxiana. Esta foi a perspectiva que orientou esse trabalho, ao buscar na contraposição entre diferentes debates que em geral não dialogam muito entre si a especificidade da transição para a forma capitalista dependente, seus marcos históricos gerais e os nexos categoriais aqui relacionados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que seguimos ao longo dos capítulos antecedentes teve forte referência nos trabalhos de Carcanholo (1996), Bonente (2016), Corrêa (2012), Miranda (2016) e Leite (2016). A recuperação crítica de temas e conceitos caros ao debate marxista aí contida nos guiou quando da apreensão dos limites e possibilidades dos debates da transição e do imperialismo, condicionando nossa forma de interpretá-los e apontando onde deveríamos buscar as determinações mais gerais do que chamamos de “transição dependente”.

A contribuição de Miranda (2016) nos foi particularmente relevante por explicar o nexos presente na perspectiva marxiana entre o capital enquanto uma força estranhada e seu caráter autoexpansivo, que põe necessariamente o mercado mundial a partir da incorporação (violenta, como vimos) de modos de produção antes voltados ao valor de uso. Sua defesa da concepção marxiana do mercado mundial como a totalidade das relações de produção capitalistas possibilita a indicação deste como o espaço de ação da lei do valor e das tendências mais gerais do modo de produção capitalista, que se manifestam de forma desigual de acordo com a heterogeneidade das relações econômicas internacionais. Essa posição permite o desdobramento das determinações apresentadas em *O capital* em um maior nível de concretude e a compreensão da *necessidade* da desigualdade ampliada das distintas trajetórias de desenvolvimento. Ao partir da concorrência intercapitalista em nível mundial, Miranda consegue demonstrar a centralidade das transferências de valor (derivadas da desigualdade entre produção e apropriação do mais-valor no interior do mercado mundial) como o condicionante deste desenvolvimento desigual e combinado entre os países.

Em estreita conexão com os apontamentos de Miranda, e com base em um amplo resgate das diferentes interpretações do imperialismo no pensamento marxista, Leite (2016) defende que o fenômeno das transferências de valor é a essência do imperialismo capitalista, a qual se manifestaria em formas distintas de acordo com diferentes épocas e conjunturas. Ao corroborar a concorrência de capitais como sua mediação real, se permite à defesa da revolução industrial como momento histórico fundante do modo de produção capitalista e de seu mercado mundial, portanto do imperialismo, a partir da subsunção real do trabalho ao capital e do revolucionamento crescente das forças produtivas. Ao mesmo tempo, daí efetiva a derivação categorial do imperialismo desde a lei do valor, e, portanto, a demonstração de sua permanência dentro da historicidade capitalista.

A referência direta nos textos de Marx foi outra de nossas bases de pesquisa, e nos foi de particular relevância seu enquadramento da contradição entre os processos particulares de trabalho concreto e o trabalho social abstrato, expressa também como contradição entre valor e valor de uso, como a relação básica do capitalismo e de onde se desdobram suas categorias particulares. Ao estar contida nessa relação tanto determinações gerais do processo social de trabalho, da relação do homem com a natureza, quanto as contingências representadas pela particularidade histórica do trabalho abstrato, o impulso estranhado de valorização que daí emerge deve não só desenvolver categorias específicas e cada vez mais sociais (como a categoria do mais valor-relativo), mas também recolocar suas determinações primárias, ainda que de maneira transformada - tal como a mudança do processo de trabalho pela afirmação do modo de produção capitalista. Isso significa que a compreensão totalizante e adequada à concretização crescente deste modo de produção só é possível quando se reconhecem não só seus aspectos íntimos ao fenômeno da valorização, mas também suas novas determinações em termos de valores de uso.

Esta foi a base que nos permitiu identificar os avanços e limites da crítica de Maurice Dobb ao “modelo mercantil” da transição do feudalismo ao capitalismo e a originalidade da contribuição de Robert Brenner, cuja análise enfatizou a centralidade da luta de classes e da mudanças das relações de propriedade para a emergência não-teleológica do mercado como mediador do intercâmbio e da reprodução social. Conforme vimos, nesta perspectiva a lei do valor aparece como resultado da afirmação tanto de tendências mais gerais do ser social quanto de relações particulares, historicamente contingentes. É desta maneira possível apreender a dinâmica capitalista não como uma oportunidade aberta aos homens, contida desde sempre no interior do ser social, mas como uma relação estranhada, onde a valorização do valor é imposta pela própria estrutura específica da produção social e não pela natureza interior dos indivíduos.

As perspectivas de Robert Brenner e Ellen Wood de como o “valor emerge do valor de uso” e domina a reprodução social, conforme colocamos de maneira um tanto vulgar, nos permitiram identificar alguns elementos básicos para a compreensão da transição ao capitalismo enquanto este é uma força externa *real*, a saber: a prioridade e necessidade da violência extra-econômica; a mudança forçada das relações de propriedade de acordo com a imposição do mercado como mediador social e a expropriação dos produtores diretos; e a impossibilidade de se igualarem em conteúdo as relações econômicas mundiais resultantes da expansão comercial e o mercado mundial, posto pela emergência do modo de produção especificamente capitalista.



No prosseguimento dos nossos estudos, vimos que várias destas considerações foram abarcadas na teoria da acumulação de capital de Rosa Luxemburgo, em sua análise sistemática das transformações impostas às sociedades não-capitalistas. E a importância desta perspectiva se deu não só pela ênfase na mudança das relações de propriedade e na proletarianização da maior parte dos produtores diretos, como sua associação com o duplo caráter da atuação imperialista do capital. A necessidade de incorporar espaços de realização do mais-valor e de submeter a totalidade dos pressupostos materiais do processo de produção é, desta maneira, o quadro condicionante da transição das demais sociedades ao capitalismo, determinando não só a forma de transformação das relações de produção como sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Apontamos que, mesmo sendo a interpretação de Luxemburgo problemática em vários aspectos, como na separação absoluta e temporal entre os efeitos “disruptivos” e “expropriadores” da atuação do capital (que confunde a prioridade ontológica dos primeiros com uma defesa de sua distinção histórica), sua teoria do imperialismo tem o mérito de ser derivada da reprodução ampliada do capital, sendo portanto resultado por excelência da valorização e assim inerente ao modo de produção capitalista.

Mesmo no ponto que consideramos mais problemático da proposta de Luxemburgo, sua interpretação sobre o sentido metodológico dos esquemas de reprodução do Livro II de *O capital*, entendemos que a defesa da posição de Marx deve ser conjugada com o desenvolvimento do grau de concreção de sua análise, de maneira a não só superar as limitações da autora, como a avançar na apreensão das novas determinações do mercado mundial que aparecem. E pensamos ser possível encontrar nos *Grundrisse* um caminho importante. Ali, Marx demonstra que a produção ampliada de mais-valor por parte dos capitais exige a produção de um excedente correspondente em outros pontos da circulação social (MARX, 2011, p. 332). Desta maneira, é uma necessidade da acumulação de capital a ampliação da circulação a partir de um maior *quantum* de valor produzido pelos capitais já existentes ou pela criação de novos setores da produção dominados pelo capital. Se evidencia de maneira mais concreta a determinação expansiva do capital e sua tendência para a criação do mercado mundial a partir da ampliação da produção de mais-valor e do domínio do sobre setores que antes eram externos, alheios ao modo de produção capitalista. Desta maneira, ao contrário do que defende Rosa Luxemburgo, o capital domina e desintegra tipos diferentes de sociedade não porque é incapaz de realizar no interior do modo de produção capitalista o mais-valor produzido, mas, justamente ao contrário, porque a reprodução do capital impõe como tendência a produção de mais-valor em setores cada vez mais amplos.

Importante observar que novas determinações aparecem quando se avança na concretização da análise e se inclui a produção do mais-valor relativo, tornada possível de maneira ilimitada quando do revolucionamento crescente das forças produtivas a partir da revolução industrial. Por se relacionar à ampliação da produtividade social, esta produção impõe a ampliação do consumo da mercadoria produzida tanto nos círculos já existentes quanto em novos espaços econômicos, condicionando também a produção de novas necessidades correspondentes à difusão da mercadoria já produzida. Dado o caráter limitado da demanda de qualquer valor de uso, sua massificação leva à produção de novas necessidades e das mercadorias capazes de satisfazê-las. Assim, a incorporação do desenvolvimento da produtividade social na análise vincula a necessidade de ampliação dos “pontos de produção de mais-valor” à exploração de novos ramos produtivos e à diversificação dos já existentes. Como observa Marx:

Por outro lado, a produção de *valor excedente relativo*, i.e., a produção de valor excedente fundada no aumento e no desenvolvimento de forças produtivas, requer a produção de novo consumo; requer que o círculo de consumo no interior da circulação se amplie tanto quanto antes se ampliou o círculo produtivo. Primeiro, ampliação quantitativa do consumo existente; segundo, criação de novas necessidades pela propagação das existentes em um círculo mais amplo; *terceiro*, produção de *novas* necessidades e descoberta e criação de novos valores de uso. Em outras palavras, para que o trabalho excedente ganho não permaneça simples excedente quantitativo, mas para que ao mesmo tempo o círculo das diferenças qualitativas do trabalho (e, com isso, do trabalho excedente) seja continuamente aumentado, diversificado e mais diferenciado em si mesmo. (...) Daí a exploração de toda a natureza para descobrir novas propriedades úteis das coisas; troca universal dos produtos de todos os climas e países estrangeiros; novas preparações (artificiais) dos objetos naturais, com o que lhes são conferidos novos valores de uso. (MARX, 2011, p. 333)

Pela tendência de criação de novos valores de uso para superar os limites das indústrias já existentes, o capitalismo promove o desenvolvimento universal das necessidades humanas, da aplicação científica aos processos produtivos e a exploração universal da natureza. A expansão do capital sobre o conjunto das formas de sociabilidade que lhe são alheias envolve, assim, a necessidade de encontrar espaços ampliados de produção de mais-valor, de estender as possibilidades de realização das mercadorias produzidas e de exploração das capacidades naturais do conjunto do planeta. Da mesma maneira, o revolucionamento das forças produtivas exige a satisfação da demanda crescente por matérias primas, o que também envolve a ampliação de seus mercados fornecedores. Essas são determinações mais concretas da emergência e funcionamento do mercado mundial capitalista e constituem, como não poderia deixar de ser, o desdobramento necessário da contradição básica do capitalismo, e

delas se desenvolvem tanto a concorrência universal quanto a heterogeneidade estrutural entre os capitais.

As relações de imperialismo e dependência, desta maneira, são determinações do mercado mundial capitalista em um maior nível de concreção, são o desdobramento necessário da contradição básica entre valor e valor de uso para o conjunto de espaços dominados pelo capital. A concorrência de capitais como mediação das relações de imperialismo e dependência deve abarcar, portanto, não somente o desenvolvimento do fenômeno das transferências de valor, mas também da relação de subordinação da produção concreta de determinados capitais a outros centros de acumulação. Claro que estas vertentes da atuação imperialista não são de forma alguma autônomas entre si, e sabemos que, tal como as transferências de valor só podem ocorrer tendo por base valores de uso particulares (como na concorrência intrasetorial), o capital somente submete a si determinados processos concretos de trabalho de acordo com sua necessidade de valorização. Portanto, apesar da perspectiva da transferência de valor enfatizar as categorias puramente sociais desenvolvidas pelo capitalismo, e, portanto, sua particularidade histórica, a própria condição de subordinação ou domínio no mercado mundial deve ser compreendida como resultado da síntese entre esses dois aspectos.

Essa dimensão contraditória do imperialismo capitalista compareceu de maneira explícita não só na teoria da acumulação de Rosa Luxemburgo, mas também é expressa na “linha principal” do debate clássico do imperialismo, ainda que mediada pela teoria dos monopólios. Quando debatemos as propostas de Marini e as contribuições da teoria marxista da dependência, apontamos que para o desenvolvimento da categoria da *superexploração da força de trabalho* era importante não só sua qualificação como compensação das transferências internacionais de valor como o seu condicionamento da viragem externa da estrutura produtiva dependente e suas determinações em valores de uso específicos. Em um momento posterior, vimos que essa categoria central da condição dependente coloca formas próprias do ciclo do capital, que estabelecem os limites do desenvolvimento dessas economias e as particularidades da industrialização, a partir de setores e processos produtivos específicos.

Importante destacar que as transformações históricas na forma de expressão das transferências de valor, tal como apresentadas por Leite (2016, cap. 2), são sempre acompanhadas por mudanças na estrutura produtiva dos países, tanto imperialistas quanto dependentes. Se a divisão clássica entre países industrializados e agrários marcou as perspectivas que enfatizaram as exportações de capitais, quando a industrialização do terceiro

mundo ganhou força as propostas teóricas passaram a iluminar as relações de troca desigual. Da mesma maneira, novas as teorias que enfatizam o fenômeno das expropriações emergem no mesmo momento de conformação de um novo padrão de reprodução agroexportador para nossa América Latina. Assim, parece também haver uma relação básica de subordinação da produção concreta que se expressa de maneiras diversas de acordo com a conjuntura histórica, com determinações mais ou menos complexas, que é também mediada pela concorrência intercapitalista e que ganha corpo nas diferentes formas da divisão internacional do trabalho.

Por fim, a concepção do mercado mundial e de suas heterogeneidades como resultado e expressão da contradição básica do capitalismo direciona o desenvolvimento de categorias mais concretas, permitindo a apreensão cada vez mais próxima das diferentes posições no interior do modo de produção capitalista em sua totalidade de relações. Portanto, a qualidade desta abstração se dá justamente por se direcionar a fenômenos mais concretos, e encontra confirmação na centralidade explicativa que assumem o aspecto qualitativo dos processos particulares de trabalho e as transferências de valor em categorias que visam uma aproximação cada vez maior da realidade das distintas formações econômicas, tais como a de *padrão de reprodução do capital*<sup>59</sup>. Desta maneira deve ficar evidente a centralidade da contradição entre valor e valor de uso para a constituição do modo de produção capitalista no mundo, seu desdobramento contraditório e necessariamente violento, sendo a base de compreensão da especificidade da transição dependente.

Para a melhor qualificação desse processo, as contribuições de Lênin e Bukhárin estabeleceram considerações ontológicas adequadas para as determinações das relações capitalistas no âmbito da economia mundial, em especial a noção de desenvolvimento desigual e sua relação com a dinâmica interna de classes dos diferentes países. A “linha principal” do debate clássico do imperialismo contribuiu para a apreensão das heterogeneidades do mercado mundial desde a perspectiva dependente, e a teoria marxista da dependência contém em si o desenvolvimento de várias de suas propostas, como também carregou alguns de seus problemas teóricos.

Pelo estudo da *Dialética da dependência* encontramos indicações de suma importância para a compreensão dos fundamentos históricos da dependência, a partir da ênfase na revolução industrial como marco de emergência do modo de produção capitalista. A defesa de Marini da concepção de dependência como forma particular de capitalismo, determinada de maneira desigual e combinada pela inserção subordinada ao mercado mundial capitalista, se

---

<sup>59</sup> Neste sentido, ver Ferreira, Osorio & Luce (2012).

relaciona também com a mediação categorial posta pela concorrência intercapitalista e permite, como vimos, a delimitação adequada de sua periodização e o estabelecimento de seus nexos categoriais corretos. Com Bambirra, analisamos a maneira como a subordinação real do trabalho ao capital, ao transformar as relações econômicas internacionais a partir da mundialização das necessidades do capital industrial, revoluciona o conteúdo da estrutura colonial desde seus setores exportadores e inaugura a condição dependente através da mudança das relações de propriedade, do fim dos espaços alheios ao mercado e da imposição do processo de transição ao trabalho assalariado. A forma como interagem as diferentes classes neste processo e a posição particular que assumem as classes políticas dominantes latino-americanas constituem em importante exemplo histórico de como a inauguração do capitalismo necessariamente altera de maneira violenta a estrutura interna de classes das regiões dependentes, tal como foi apontado em maior nível de abstração por Rosa Luxemburgo.

Encontramos nas análises de Dos Santos sobre o tema da colonização espaço para reafirmar a impossibilidade de igualar o fenômeno da expansão comercial com as tendências de um modo de produção capitalista bem estabelecido, como já havíamos vislumbrado no primeiro capítulo<sup>60</sup>. A ênfase na totalidade para a compreensão do conteúdo da estrutura colonial é um aporte importante deste teórico tanto para a negação de sua delimitação enquanto economia feudal quanto a defesa da sua impossibilidade como capitalismo. Apesar da manutenção em seu pensamento da teoria dos monopólios como mediadora do imperialismo e a noção da transição do feudalismo ainda muito própria ao “modelo mercantil”, sua consideração da totalidade parece ser um passo importante para compreender a complexidade de relações que estavam em jogo nas relações econômicas internacionais no período de transição e as determinações novas que aparecem a partir da revolução industrial.

Como resultado da nossa pesquisa temos a reunião de algumas determinações muito gerais sobre o processo que denominamos de “transição dependente”, e que tentamos sintetizar nessas considerações finais. Nos assombra, em relação ao presente trabalho, o nível de abstração talvez demasiado alto e sua incapacidade de fornecer um instrumental analítico adequado a interpretar tanto os processos históricos particulares de transição ao capitalismo quanto as diferentes conjunturas nacionais e os novos padrões de reprodução existentes no

---

<sup>60</sup> Nessa perspectiva, nos parece muito difícil a defesa de existência de uma categoria de “mercado mundial” transcendente ao capitalismo, e por isso nos afastamos do nexo categorial defendido por Leite (2016, p. 55). O imperialismo e o mercado mundial, ambos especificamente capitalistas, não poderiam guardar entre si uma relação de forma e conteúdo, mas sim de nível de abstração: o mercado mundial é a unidade entre imperialismo e dependência, sendo o desenvolvimento necessário das relações de produção capitalistas em um maior grau de concreção.

interior nas estruturas dependentes. Em nossa defesa, pensamos que sua validade talvez se dê pela tentativa de debate das mediações adequadas à compreensão totalizante da realidade concreta, abrindo espaço para análises capazes de conduzir à difícil, mas central, tarefa de formulação política. Neste sentido, entender as vias de construção da dependência pode nos armar teoricamente para compreender o conteúdo e expressão histórica de processos que ainda vivemos. Mas nosso esforço só vai ter validade se se constituir em base para análises cada vez mais concretas e para propostas de atuação prática.

## REFERÊNCIAS

ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (orgs) *The Brenner Debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University, 2002.

BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.

BOIS, G. *Contra la ortodoxia neo-malthusiana*. In: ASTON, T. H. & PHILPIN, C. H. E. (Eds). *El debate Brenner: estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1988.

BONENTE, B. I. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Niterói: Eduff, 2016.

BRENNER, R. *Estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial*. In: ASTON, T. H. & PHILPIN, C. H. E. (orgs). *El debate Brenner: estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1988.

BRENNER, R. *The agrarian roots of european capitalism*. In: ASTON, T. H. & PHILPIN, C. H. E. (orgs). *The Brenner debate: Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BUKHARIN, N. *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico*. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., 1986.

CARCANHOLO, M. D. *Causa e formas de manifestação da crise: uma interpretação do debate marxista*. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em economia, Universidade Federal Fluminense, 1996.

CARCANHOLO, M. D. *(Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho*. In: ALMEIDA FILHO, N. (org). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

CAPUTO, O; PIZARRO, R. “Imperialismo, dependência y relaciones económicas internacionales”. *Cuadernos de Estudios Socioeconómicos*, CESO, Santiago de Chile: 1971, n. 12-13.

- CORRÊA, H. F. *Teorias do imperialismo no século XXI: (in)adequações do debate no marxismo*. Tese (Doutorado em Economia). Programa de pós-graduação em economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- DOBB, M. *Introdução*. In: SWEEZY, P. M. *et al. Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1988.
- DOS SANTOS, T. *Imperialismo y dependencia*. México DF: Era, 1978.
- FERREIRA, C; OSORIO, J; LUCE, M. (orgs) *Padrão de reprodução do capital: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HILTON, R. *A transição do feudalismo ao capitalismo: um debate*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. *Introdução*. IN: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KUCHENBUCH, L; MICHAEL, B. Estructura y dinámica del modo de producción "feudal" en la Europa preindustrial. *Studia Historica. Historia Medieval*, Salamanca, v. 4, nov. 2009.
- LENIN, V. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Ed., 1979.
- LEITE, L. M. *O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx*. Tese (Doutorado em Economia). Programa de pós-graduação em economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- LUCE, M. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LÚKACS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. 2ª ed., São Paulo: Boitempo, 2018.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.
- MARINI, R. M. *Sobre a Dialética da dependência*. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.



MARINI, R. M. *Memória*. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005c.

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2017.

MARX, K. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. *El capital: Libro I, Capítulo VI* (inédito). Ciudad de México: Siglo XXI, 1984.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MIRANDA, F. F. *Mercado mundial e desenvolvimento desigual: uma contribuição teórica a partir de Marx*. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de pós-graduação em economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 2001.

SWEEZY, P. M. *et al. Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977a.

SWEEZY, P. M. *Uma crítica*. In: SWEEZY, P. M. *et al. Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977b.

SHAIKH, A. *Valor, Acumulación y Crisis: ensayos de economía política*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1990.

SHAIKH, A. *Capitalism: Competition, Conflit, Crises*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WOOD, E. M. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

## APÊNDICE – Marx, grande indústria e mercado mundial

Na exposição dos principais elementos da perspectiva de Vânia Bambirra (2013) e Ruy Mauro Marini (2005a) sobre o processo latino-americano de passagem ao modo de produção capitalista, buscamos evidenciar o papel que assume a revolução industrial como um momento central para a emergência do mercado mundial e o estabelecimento das relações de imperialismo e dependência. Apesar de toda a ênfase já posta pelos textos analisados, pensamos ser necessário recuperar parte da perspectiva de Marx sobre a questão, de maneira a elucidar quais são as mudanças qualitativas estabelecidas pelo advento da máquina no processo de produção e os nexos categoriais decorrentes.

Vimos no capítulo 1 que a relação alienada da produção social frente aos produtores diretos é posta pela forma do trabalho e do intercâmbio social especificamente capitalista, que coloca objetivamente a tendência à expansão ilimitada do valor, com base na contradição entre trabalho privado concreto e trabalho social abstrato, entre valor de uso e valor, e que se desdobra necessariamente na contradição social entre capital e trabalho. Estas relações são personificadas pelo capitalista, que é esta força estranhada “com consciência e vontade”, e o trabalhador, a força criadora de valor e personificação do homem dominado pela produção.

A produção especificamente capitalista, como processo de exploração do trabalho vivo para a criação de capital, incorpora e subordina a força de trabalho. Todo processo capitalista de produção contém em si, portanto, a subsunção formal do trabalho ao capital. No entanto, historicamente esta apropriação da produção pelo capital não se constitui em mudança *a priori* do processo real de trabalho. A produção de capital emerge necessariamente com base em processos de trabalho que lhe são anteriores, subordinando, portanto, estas formas preexistentes de produção. Apesar de aqui já se impor a relação de exploração entre capital e trabalho como medida por relações de trocas, puramente monetárias, “eliminando da relação de exploração todas as excrescências patriarcais e políticas ou inclusive religiosas” (MARX, 1984, p. 62), e mesmo que sob a direção do capital ocorram modificações formais nestes processos, tais como aumento da escala e da jornada de trabalho, da intensidade do trabalho, na sua organização, estes não são alterados em seu modo real de trabalho<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> Vale notar que mesmo a mudança formal do processo de trabalho como dominado pelo capital já implica em alterações em termos de sua produtividade. De fato, o trabalho assalariado posto pelo capital põe uma aparência de liberdade e responsabilidade sobre a qualidade da mercadoria produzida pelo produtor direto que condiciona

Somente com o desenvolvimento histórico da produção capitalista, o qual tem a subordinação formal do trabalho ao capital como fundamento, que emerge o modo de produção capitalista, por meio do qual é colocada a totalidade das relações especificamente capitalistas e sua forma própria do processo de trabalho<sup>62</sup>. Da subordinação formal do trabalho ao capital se desenvolve a subordinação real, a partir do deslocamento da centralidade do processo de trabalho do homem para a máquina, modificando as relações existentes não só no interior do processo de trabalho, mas o conjunto das relações econômicas e sociais. A máquina é um mecanismo que se utiliza das ferramentas que o homem utilizava e toma seu lugar para transformar o objeto de trabalho de acordo com o trabalho concreto em questão<sup>63</sup>. Por não contar com os limites inerentemente humanos, a máquina abre espaço para a ampliação não-constrangida da produtividade do trabalho, a partir da simultaneidade de processos e de sua constante revolução técnica. Na manufatura, o processo de produção tem por referência a atividade do trabalhador, e desta forma a adequação do instrumento e da organização social a ele. Na produção mecanizada, o trabalhador deixa de ter tal centralidade, e o processo de produção passa a ser pensado e revolucionado de acordo unicamente com o resultado planejado e com o conhecimento técnico-científico existente. O processo de produção deixa de ser efetivado por trabalhadores autonomizados, e se constitui agora como movimento contínuo do objeto de trabalho entre os processos particulares das diferentes máquinas-ferramentas, no interior do mecanismo total mecanizado. Assim, na grande indústria o organismo de produção é “inteiramente objetivo”, derivado das necessidades da

---

uma produtividade e qualidade do trabalho superiores ao do produtor escravizado ou servil. Além disso, o trabalho assalariado contém em si a possibilidade de formas que premiam o trabalhador de acordo com sua produtividade, o que não ocorre ao trabalhador escravizado pelo fato de o valor da sua força de trabalho não pertencer à sua própria pessoa. Esta aparência de liberdade do trabalhador, além de colocar o aumento da qualidade e da produtividade de seu trabalho, o coloca também como senhor de seu próprio corpo. Assim, apesar de estar relacionada à ilusão de possibilidade de ascensão social e de liberdade, esta capacidade de autodomínio do trabalhador assalariado também abre a possibilidade de efetivar uma ação histórica distinta (mesmo no interior do modo de produção).

<sup>62</sup> É contraposta à esta forma desenvolvida, na qual está também desenvolvida a subsunção do trabalho ao capital, que Marx identifica a subsunção formal, em si limitada por se basear em formas do processo do trabalho preexistentes. É por esse motivo que, dados os limites de desenvolvimento das forças produtivas, prevalece na subsunção formal do trabalho ao capital os mecanismos de extração de mais-valor abarcado pelo mais-valor absoluto.

<sup>63</sup> “Toda maquinaria desenvolvida consiste em três partes essencialmente distintas: a máquina motriz, o mecanismo de transmissão e, por fim, a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. A máquina motriz atua como força motora do mecanismo inteiro. Ela gera sua própria força motora, como a máquina a vapor, a máquina calórica, a máquina eletromagnética etc., ou recebe o impulso de uma força natural já existente e externa a ela, como a roda-d’água o recebe da queda-d’água, as pás do moinho, do vento etc. O mecanismo de transmissão, composto de volantes, eixos, rodas dentadas, polias, hastes, cabos, correias, mancais e engrenagens dos mais variados tipos, regula o movimento, modifica sua forma onde é necessário – por exemplo, de perpendicular em circular – e o distribui e transmite à máquina-ferramenta. Ambas as partes do mecanismo só existem para transmitir o movimento à máquina-ferramenta, por meio do qual ela se apodera do objeto de trabalho e o modifica conforme a uma finalidade. É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que nasce a revolução industrial no século XVIII.” (MARX, 2013, p. 446-447).

produção do valor de uso concreto, e este meio de trabalho concentrado e complexificado somente pode ser manejado pelo trabalhador social<sup>64</sup>. A fábrica inaugura a subsunção real do trabalho ao capital pois se apaga por completo a centralidade da habilidade do trabalhador no processo de produção, e sua atividade é objetivamente determinada por um movimento que lhe é externo e independente. São superados os limites da manufatura ao se incorporarem *realmente* os trabalhadores em um mecanismo cujo movimento lhes é alienado.

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve à máquina. Lá, o movimento do meio de trabalho parte dele; aqui, ao contrário, é ele quem tem de acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, tem-se um mecanismo morto, independente deles e ao qual são incorporados como apêndices vivos. (MARX, 2013, p. 495)

A indústria se impõe plenamente quando da aplicação de máquinas-ferramenta em todas as etapas de um processo de produção, tornando o homem somente apêndice deste último. O sistema mecanizado e integrado é a base da grande indústria e de seu próprio revolucionamento constante. Desta maneira, a processualidade da mecanização crescente da produção se dá no sentido de liberar o capital das limitações colocadas pelos trabalhadores, primeiro em sua habilidade manual direta, depois em sua força motriz, e por fim da própria produção artesanal das máquinas. O impulso dos meios de trabalho enquanto capital de se liberarem do trabalho se desdobra necessariamente na produção mecanizada dos meios de produção. Somente assim é permitida a construção de máquinas motrizes cada vez maiores e de máquinas-ferramenta cada vez mais múltiplas e complexas, condicionando o aumento pleno da produção e das forças produtivas. É a partir da mecanização da produção de máquinas que o modo de produção capitalista consolida sua base técnica plena e a grande indústria adquire um impulso autossustentado ao crescimento. A revolução industrial é, desta

---

<sup>64</sup> “Em nenhum sentido a máquina aparece como meio de trabalho do trabalhador individual. A sua *differentia specifica* não é de forma alguma, como no meio de trabalho, a de mediar a atividade do trabalhador sobre o objeto; ao contrário, esta atividade é posta de tal modo que tão somente medeia o trabalho da máquina, a sua ação sobre a matéria-prima – supervisionando-a e mantendo-a livre de falhas. (...) A atividade do trabalhador, limitada a uma mera abstração da atividade, é determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso. (...) Na produção baseada na maquinaria, a apropriação do trabalho vivo pelo trabalho objetivado (...) é posta como caráter do próprio processo de produção, inclusive de acordo com os seus elementos materiais e seu movimento material. O processo de produção deixou de ser processo de trabalho no sentido de processo dominado pelo trabalho como unidade que o governa. Ao contrário, o trabalho aparece unicamente como órgão consciente, disperso em muitos pontos do sistema mecânico em forma de trabalhadores vivos individuais, subsumido ao processo total da própria maquinaria, ele próprio só um membro do sistema, cuja unidade não existe nos trabalhadores vivos, mas na maquinaria viva (ativa), que, diante da atividade isolada, insignificante do trabalhador, aparece como organismo poderoso. Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe ao trabalho vivo no próprio processo do trabalho como o poder que o governa, poder que, de acordo com sua forma, o capital é como apropriação do trabalho vivo”. (MARX, 2011 p. 581)

maneira, um processo histórico que se inicia nas últimas décadas do século XVIII e perpassa grande parte do XIX, a partir da substituição dos trabalhadores por máquinas-ferramenta até sua afirmação pela produção de máquinas por máquinas, incluindo todos os revolucionamentos nos transportes e nas comunicações relacionados.

Como já foi tratado, o desenvolvimento das forças produtivas no interior do processo de trabalho, a partir de sua socialização, divisão do trabalho, introdução de maquinaria e métodos de organização científica, aparece como desenvolvimento da força produtiva do capital, como força do trabalho morto que domina o trabalho vivo. Ao livrar o processo de produção da centralidade da habilidade manual do trabalhador, colocando em seu lugar a máquina como o eixo da produção, ele possibilita a expansão da produtividade independentemente da destreza do homem, subordinando-a somente à aplicação produtiva das ciências naturais, e desenvolve a relação de domínio do trabalho objetivado como um domínio também real. Ao contornar os limites físicos e morais colocados pelo mecanismo do mais-valor absoluto, o mais-valor relativo posto pela expansão da produtividade coloca a possibilidade de efetivação da totalidade das leis e tendências do modo de produção capitalista, sendo ao mesmo tempo a efetivação da própria lei do valor como fenômeno regulatório essencial da sociedade<sup>65</sup>. É somente a partir da posição deste desenvolvimento ilimitado da força de trabalho permitida pela subordinação real do trabalho ao capital, da ampliação da produção e diversificação das esferas de produção dominadas pelo modo de produção capitalista que se encontram as bases de afirmação da troca como meio universal de intercâmbio do trabalho social, ou seja, da lei do valor. As tendências que já aparecem quando da subsunção formal do trabalho ao capital, como o imperativo à valorização, somente encontram expressão plena a partir deste momento histórico.

O resultado material da produção capitalista, além do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, está constituído pelo aumento da massa de produção e o crescimento e diversificação das esferas produtivas e de suas ramificações; somente depois se desenvolve correspondentemente o valor de troca dos produtos: a esfera onde operam ou se realizam como valor de troca. ‘A produção pela produção’ – a produção como fim em si mesma – por certo já entra em cena com a subsunção formal do trabalho ao capital, tão logo o valor de troca do produto chegue a ser o fim decisivo. Contudo, esta tendência imanente da relação capitalista não se realiza de maneira adequada – e não se converte em uma condição necessária, inclusive desde

---

<sup>65</sup> O domínio da produção capitalista sobre setores cada vez mais amplos da produção social desenvolve o caráter universal da troca desses produtos, impondo o mercado como o espaço de intercâmbio do conjunto da humanidade, afirmando nesta mesma medida a própria lei do valor: “Finalmente o produto desenvolve seu caráter como mercadoria, e com isto seu caráter como valor de troca, ao multiplicar-se incessantemente as diversas esferas da produção, e portanto a esfera de intercâmbio do produto” (MARX, 1984, 114). Tradução livre de “Finalmente el producto desarrolla su carácter como mercancía, y con ello su carácter como valor de cambio, al multiplicarse incessantemente las diversas esferas de la producción, y por tanto la esfera de la intercambialidad del producto.”

o ponto de vista tecnológico – até que não se tenha desenvolvido o modo de produção especificamente capitalista, e com ele a subsunção real do trabalho ao capital. (MARX, 1984, p. 76)<sup>66</sup>

O papel periférico do trabalhador no processo de trabalho, o domínio cada vez mais liberado das forças do trabalho morto frente ao trabalho vivo e a mistificação ampliada da relação entre capital e trabalho representam um desenvolvimento da alienação posta pela contradição entre valor e valor de uso, a capacidade máxima da tentativa do valor de se autonomizar dos limites representados pelo valor de uso, do processo concreto de trabalho. Todas as barreiras à ampliação ilimitada do valor são postas agora pelas próprias contradições engendradas no interior do modo de produção, que o capital também incessantemente busca superar. A subsunção real do trabalho ao capital é, desta maneira, a base da concorrência e da afirmação universal da própria lei do valor, e conseqüentemente de suas tendências imanentes. Como observa o autor:

Seu objetivo [é] que cada produto, etc., contenha o máximo possível de *trabalho não pago*, e isto somente se alcança através da *produção pela produção*. Isto se apresenta *por um lado* como *lei*, pelo que o capitalista que produz em pequena escala incorporaria no produto um *quantum* de trabalho maior que o socialmente necessário. Se apresenta, portanto, como uma aplicação adequada da *lei do valor*, que não se desenvolve plenamente se não sobre a base do modo de produção capitalista. Porém, aparece *por outro lado* como impulso do capitalista individual, que para violar essa lei ou para *utilizá-la astutamente* em seu benefício procura rebaixar o *valor individual* de sua mercadoria *abaixo* de seu valor socialmente determinado. (MARX, 1984, p. 76)<sup>67</sup>

A indústria tanto coloca a produção ampliada de mercadorias, possibilitando a diversificação da produção social, quanto exige esta mesma diversificação de acordo com suas constantes ampliações da escala de produção e revoluções técnicas. Desta maneira, ao

---

<sup>66</sup> Tradução livre de “El resultado material de la producción capitalista amén del desarrollo de las fuerzas productivas sociales del trabajo, está constituido por el aumento de la masa de la producción y el acrecentamiento y diversificación de las esferas productivas y de sus ramificaciones; sólo después de esto se desarrolla correspondientemente el valor de cambio de los productos: la esfera donde operan o se realizan como valor de cambio. “La producción por la producción” – la producción como fin en sí misma – ya entra en escena por cierto con la subsunción formal del trabajo en el capital, no bien el fin inmediato de la producción llega a ser, en general, producir una plusvalía lo más grande y lo más abundante posible, no bien el valor de cambio del producto llega a ser el fin decisivo. Con todo, esta tendencia inmanente de la relación capitalista no se realiza de manera adecuada – y no se convierte en una condición necesaria, incluso desde el ángulo tecnológico – hasta tanto no se haya desarrollado el modo de producción especificamente capitalista y con él la subsunción real del trabajo en el capital.”

<sup>67</sup> Tradução livre de “Su objetivo [es] que cada producto, etc., contenga el *máximo* posible de *trabajo impago*, y ello sólo se alcanza merced a la *producción por la producción misma*. Esto se presenta *por un lado* como *ley*, por cuanto el capitalista que produce en pequeña escala incorporaría en el producto un cuanto de trabajo mayor que el socialmente necesario. Se presenta pues como una aplicación adecuada de la *ley del valor*, que no se desarrolla plenamente si no es sobre la base del modo de producción capitalista. Pero aparece *por otra parte* como impulso del capitalista individual, que para violar esa ley o para *utilizarla astutamente* en su beneficio procura rebajar el *valor individual* de su mercancía *por debajo* de su valor socialmente determinado.”

desenvolver indefinidamente as forças produtivas, estimula a divisão social do trabalho. Essas tendências no interior do mercado mundial colocam novas relações econômicas internacionais, condicionando as diferentes estruturas produtivas de acordo com as necessidades da acumulação de capital e as possibilidades por ela abertas. Se estabelecem relações universais da reprodução social, e assim a interdependência entre os diversos processos de produção<sup>68</sup>.

Na medida em que a revolução industrial coloca por completo sua própria base – a partir da mecanização dos setores produtores de meios de produção –, se impulsionam as tendências ilimitadas da reprodução, e se tornam mundiais as necessidades do capital por matéria-prima e espaços de realização. As mesmas forças que possibilitam a universalização das relações capitalistas impõem a subordinação das estruturas produtivas das sociedades às necessidades dos capitais industriais da Europa Ocidental. Assim, a concorrência impõe a ruptura das formas sociais estranhas ao capital e as subordina também materialmente a sua lógica e necessidades. O nascimento da grande indústria impõe desta maneira a configuração de uma divisão internacional do trabalho, baseada em países centrais onde se encontram os capitais industriais desenvolvidos, e o restante das nações, estruturadas de acordo com as necessidades materiais e de realização dos países imperialistas.

Mas assim que o sistema fabril conquista certa base existencial e determinado grau de maturidade; assim que seu próprio fundamento técnico, a própria maquinaria, passa, por sua vez, a ser produzido por máquinas; assim que se revolucionam a extração de carvão e ferro, bem como a metalurgia e os meios de transportes e, em suma, são estabelecidas as condições gerais de produção correspondentes à grande indústria, esse modo de produzir adquire uma elasticidade, uma súbita capacidade de se expandir por saltos que só encontra limites na insuficiência de matéria-prima e de mercado por onde escoar seus próprios produtos. A maquinaria promove, por um lado, um incremento direto da matéria-prima (...). Por outro lado, o barateamento dos produtos feito à máquina e os sistemas revolucionados de transporte e de comunicação são armas para a conquista de mercados estrangeiros. Ao arruinar o produto artesanal desses mercados, a indústria mecanizada os transforma compulsoriamente em campos de produção de sua matéria-prima. (...) A constante “transformação em supranumerários” dos trabalhadores nos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole (...). Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial. (MARX, 2013, p. 52-523).

---

<sup>68</sup> “A indústria mecanizada impulsiona a divisão social do trabalho muito mais do que a manufatura, pois amplia em grau incomparavelmente maior a força produtiva dos setores de que se apodera. (...) O refinamento e a diversificação dos produtos provêm igualmente das novas relações do mercado mundial, criadas pela grande indústria. Não só se troca uma quantidade maior de artigos de luxo estrangeiros por produtos locais, mas uma massa maior de matérias-primas, ingredientes, produtos semiacabados etc. estrangeiros ingressa na indústria doméstica como meio de produção”. (MARX, 2013, p. 516-517)



O capital industrial se torna a força econômica dominante e impõe universalmente o modo de produção capitalista, desenvolvendo o comércio e as demais formas do capital. O predomínio da máquina possibilita, assim, a história mundial e o intercâmbio universal da humanidade<sup>69</sup>. Se universalizam os elementos internos do capital, inclusive a contradição entre capital e trabalho assalariado e o capital industrial, aquele que domina a produção e lhe dá sua forma particularmente capitalista, é o desenvolvimento da relação alienada inerente à propriedade privada, e impõe a completa subordinação do trabalhador frente ao objeto e ao produto de seu trabalho, subsunção objetivamente determinada (*subsunção real*) pela centralidade da maquinaria no processo de trabalho concreto. Somente a partir de então o capital logra liberar-se dos limites representados pelo trabalhador direto, e permite ao valor, na sua tendência imanente de tentar desgarrar-se por vez do valor de uso, impor a sociabilidade alienada ao conjunto da humanidade, efetivando suas leis e seu domínio como um “poder histórico-mundial”.

Toda a riqueza se tornou riqueza *industrial*, riqueza do trabalho, e a *indústria* é o trabalho explicitado, tal como a *essência fabril* é a essência desenvolvida da *indústria*, i. é, do trabalho, e o *capital industrial* é a figura objetiva explicitada da propriedade privada. Vemos também como só agora a propriedade privada pode explicitar a sua dominação sobre o homem e tornar-se, em forma mais universal, um poder histórico-mundial. (MARX, 2015, p. 340)

Só é possível apreender corretamente as determinações mais gerais da dependência tendo em vista os nexos aqui estabelecidos, de modo a afastar as interpretações tecnicistas da revolução industrial e evidenciando os mecanismos profundos que efetivam a transição de sociedades inteiras à condição subordinada no mercado mundial. Assim podemos compreender como as leis e tendências que condicionam seu desenvolvimento específico são elas mesmas resultado do desdobramento da relação alienada do homem no interior do processo de trabalho, onde a efetiva subsunção do trabalhador ao capital permite a este último se impor sobre a totalidade do gênero humano.

---

<sup>69</sup> “A grande indústria, apesar desses meios protecionistas, universalizou a concorrência (ela é a liberdade prática de comércio, a tarifa protecionista é nela somente um paliativo, uma arma de defesa na liberdade de comércio), criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial, submeteu a si o comércio, transformou todo capital em capital industrial e gerou, com isso, a rápida circulação (o desenvolvimento do sistema monetário) e a centralização dos capitais. Criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e suprimiu o anterior caráter exclusivista e natural das nações singulares. Subsumiu a ciência natural ao capital e tomou da divisão do trabalho a sua última aparência de naturalidade. Destruiu, em geral, a naturalidade, na medida em que isso é possível no interior do trabalho, e dissolveu todas as relações naturais em relações monetárias. (...) Completou a vitória [da vida] de comercial sobre o campo. Seu [pressuposto] é o sistema automático (...)”. (MARX & ENGELS, 2007, p. 59-60).